

RELATÓRIO E CONTAS DE 2006



ÍNDICE

Índice de quadros e gráficos	5
Informação Geral	6
O Banco Popular Portugal em números	7
Órgãos Sociais	8
Relatório de gestão	9-28
Posição do Banco Popular no sector bancário	11
Estratégia comercial	12
Perspectivas para 2007	13
Análise da actividade do Banco	13-25
Recursos e aplicações	13
Resultados e rentabilidade	17
Gestão do risco	23
Sociedades participadas	25
Proposta de aplicação dos resultados	28
Nota final	28
Anexos (artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais)	28
Contas anuais	29-90
Balanços, Demonstrações de Resultados, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações dos movimentos nas contas de Capital Próprio individuais e consolidados	30-39
Notas às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas	40-90

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

■ Quadros

1 - Balanços consolidados	14
2 - Recursos de clientes	15
3 - Nível de concentração dos depósitos de clientes no final de 2006	16
4 - Carteira dos fundos de investimento	16
5 - Crédito sobre clientes	17
6 - Carteira de crédito sobre clientes por prazos de vencimento	18
7 - Contas de resultados	18
8 - Variação da margem financeira - Análise causal	19
9 - Comissões líquidas	19
10 - Custos operacionais	20
11 - Proveitos e custos financeiros. Margens	21
12 - Rentabilidade total	22
13 - Crédito vencido e crédito em incumprimento	24

■ Gráficos

1 - Quotas de mercado do Banco Popular	11
2 - ROE - Comparação com a banca	12
3 - Rácio de crédito vencido - Comparação com a banca	12
4 - Eficiência operativa - Comparação com a banca	13
5 - Activos totais sob gestão	13
6 - Recursos de clientes	15
7 - Fundos de investimento	16
8 - Seguros de reforma e de investimento	17
9 - Crédito sobre clientes	18
10 - Comissões líquidas	19
11 - Eficiência operativa	20
12 - Evolução dos resultados	20
13 - Margem com clientes	21
14 - Margem financeira	22
15 - ROA e ROE	23

INFORMAÇÃO GERAL

O Banco Popular Portugal, SA foi constituído em 2 de Julho de 1991, estando matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número 2.396. O Número de Identificação de Pessoa Colectiva (NIPC) é 502 607 084. Tem o capital social de 176.000.000 de euros. A sede social é na Rua Ramalho Ortigão, 51, em Lisboa. O Banco adoptou a actual denominação social em Setembro de 2005 em detrimento da anterior denominação BNC - Banco Nacional de Crédito, SA. O Banco Popular Portugal participa no Fundo de Garantia de Depósitos. Em 2006, cumpriu o seu exercício social número dezasseis.

A documentação financeira e estatística constante do relatório de gestão e

das contas anuais foi elaborada com critérios analíticos da máxima objectividade, detalhe, transparência informativa e homogeneidade no tempo, a partir das situações financeiras enviadas periodicamente ao Banco de Portugal. As situações financeiras são apresentadas de acordo com as normas vigentes em 2006, em particular as estabelecidas pela Instrução nº 23/2004, de 17.01.2005, do Banco de Portugal no que se refere à apresentação de informações de natureza contabilística.

O relatório de gestão, as contas anuais e os restantes documentos que os acompanham podem ser consultados na internet na página do Banco Popular Portugal: www.bancopopular.pt.

O BANCO POPULAR PORTUGAL EM NÚMEROS (DADOS CONSOLIDADOS)

(milhões de euros, salvo indicação em contrário)

	2006	Varição	2005	2004	2003	2002
Volume de negócios						
Activos totais sob gestão	8.463	20,8%	7.007	5.129	4.430	3.828
Activos totais de balanço	7.545	20,3%	6.272	4.675	4.079	3.660
Recursos próprios (a)	436	19,6%	364	321	280	255
Recursos de clientes:	3.944	9,0%	3.619	2.896	2.959	3.061
<i>de balanço</i>	3.026	4,9%	2.885	2.442	2.608	2.893
<i>outros recursos intermediados</i>	918	25,0%	734	454	351	168
Crédito concedido	5.842	18,2%	4.943	4.284	3.430	2.869
Riscos contingentes	352	14,5%	307	225	196	176
Solvência						
Rácio de solvabilidade (BP) (%)	8,0%	-15,8%	9,5%	9,2%	8,6%	10,1%
Gestão do risco						
Riscos totais	6.194	18,0%	5.250	4.473	3.626	3.045
Crédito vencido	105,1	20,6%	87,1	43,2	25,8	41,2
Crédito vencido há mais de 90 dias	89,2	7,9%	82,7	38,4	20,7	36,3
Rácio de crédito vencido (%)	1,80%		1,76%	1,02%	0,75%	1,44%
Imparidade de crédito	79,5	11,2%	71,5	46,5	49,6	54,5
Cobertura do crédito vencido (%)	75,6%		82,1%	107,6%	192,2%	132,3%
Resultados						
Margem financeira	160,4	20,1%	133,5	118,0	87,5	79,7
Produto bancário	203,5	20,7%	168,6	144,1	118,2	100,1
Margem de exploração	112,3	33,9%	83,9	73,5	55,6	43,3
Resultados antes de impostos	76,2	38,0%	55,2	50,4	30,8	35,0
Resultado líquido	55,9	30,2%	42,9	37,8	22,4	25,9
Rentabilidade e eficiência						
Activos líquidos médios	6.740	29,0%	5.223	4.377	3.452	3.178
Recursos próprios médios	365	16,2%	314	280	256	230
ROA (%)	0,83%		0,82%	0,86%	0,65%	0,82%
ROE (%)	15,31%		13,67%	13,49%	8,77%	11,25%
Eficiência operativa (Cost to income) (%)	44,8%		50,3%	49,0%	53,0%	56,7%
(sem amortizações) (%)	39,5%		44,1%	43,1%	46,3%	50,7%
Dados por acção (b)						
Número final de acções (milhões)	176,0	0,0%	176,0	175,9	175,928	175
Número médio de acções (milhões)	176,0	0,0%	176,0	175,9	175,15	175
Valor contabilístico da acção (€)	2,476	19,6%	2,070	1,827	1,593	1,456
Resultado por acção (€)	0,318	30,2%	0,244	0,215	0,128	0,148
Outros dados						
Número de empregados	1.185	-0,1%	1.186	1.181	1.088	1.005
Número de agências	200	19,8%	167	137	126	111
Empregados por agência	5,9	-16,6%	7,1	8,6	8,6	9,1
Número de caixas automáticos (ATM)	309	23,1%	251	219	139	130

(a) Depois da aplicação dos resultados de cada exercício.

(b) Provisões constituídas de acordo com as normas do Banco de Portugal.

NOTA: Os valores de 2006, 2005 e 2004 estão de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade. Os valores de 2003 e 2002 estão de acordo com as normas de contabilidade então em vigor.

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Jorge Manuel Bonito Pratas e Sousa, Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Filipe Maia de Lima Mayer, Presidente
Antonio Pedro Pujol González, Vice-Presidente
Adriano Manuel da Rocha Carvalho
José Manuel Piriquito Costa
Rafael Bermejo Blanco
Amadeo Pérez Urcola
Carlos Miguel de Paula Martins Roballo

COMISSÃO EXECUTIVA

Antonio Pedro Pujol González, Presidente
Adriano Manuel da Rocha Carvalho
José Manuel Piriquito Costa
Amadeo Pérez Urcola
Carlos Miguel de Paula Martins Roballo

FISCAL ÚNICO

PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por José Manuel Henriques Bernardo ou por qualquer outro membro inscrito na sociedade.

FISCAL ÚNICO SUPLENTE

Jorge Manuel Santos Costa, Revisor Oficial de Contas

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

O Banco Popular Portugal, SA é a matriz de um grupo financeiro que, no final de 2006, tinha 436 milhões de euros de capitais próprios, uma rede de 200 agências e um quadro de pessoal de 1.185 empregados. Contava com 265.400 clientes e fazia a gestão de 8.463 milhões de euros de activos totais, incluindo 3.944 milhões de euros de recursos de clientes. O seu activo líquido ascendia a 7.545 milhões de euros. Em 2006, o Banco Popular Portugal obteve um resultado consolidado de 55,9 milhões de euros, o qual se traduz numa rentabilidade dos capitais próprios de 15,31%.

Em 30 de Agosto de 2006 foi constituída a Popular Seguros, Companhia de Seguros, SA, cujo capital é detido a 100% pela Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, SA, sociedade detida a 100% pelo Banco, com o objectivo de estender a sua actividade de seguros aos ramos não vida.

Em Dezembro de 2006, o Banco Popular Portugal adquiriu cerca de 50% do capital da Heller Factoring Portuguesa, SA, com o objectivo de potenciar o crescimento na actividade de factoring.

A actividade do Banco tem sido desenvolvida com o apoio das seguintes sociedades financeiras que permitem disponibilizar aos clientes um leque completo de produtos e serviços financeiros:

- Gerfundos, SA, detida a 100% pelo Banco, é uma sociedade gestora de fundos de investimento que administra os fundos de investimento mobiliário comercializados pelo Banco Popular;
- Predifundos, SA, detida, igualmente, a 100% pelo Banco Popular, é uma sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário que administra o fundo de investimento imobiliário comercializado pelo Banco;
- Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, SA, participada a 100%

pelo Banco Popular, é uma companhia de seguros de vida que disponibiliza e gere seguros de vida, reforma e investimento, designadamente os comercializados aos balcões do Banco.

- Popular Seguros - Companhia de Seguros, SA, participada indirectamente a 100% pelo Banco Popular, é uma companhia de seguros dos ramos não vida que disponibiliza seguros de ramos reais nomeadamente através dos balcões do Banco.
- Heller Factoring Portuguesa, SA, participada em cerca de 50% pelo Banco Popular Portugal, tendo o Banco Popular Español uma participação semelhante, é uma instituição de crédito que disponibiliza toda a gama de produtos de factoring.

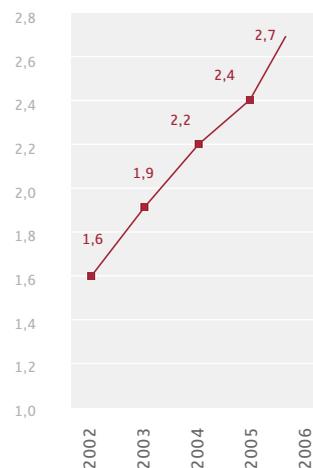
O Banco participa ainda noutras sociedades de carácter instrumental que permitem o desenvolvimento da sua actividade operacional.

Posição do Banco Popular no sector bancário

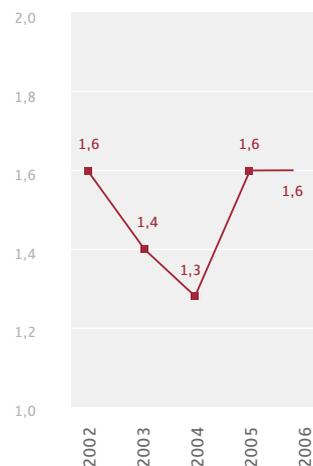
O bom desempenho que o Banco Popular continua a registar na sua actividade tem-lhe permitido uma contínua melhoria da sua posição no conjunto da banca portuguesa, nomeadamente ao nível do activo e do crédito a clientes, da eficiência e da rentabilidade.

Esta evolução tem-lhe permitido conquistar **quota de mercado** nos últimos cinco anos, apesar de ser ainda reduzida. No crédito concedido passou de 1,6%, em 2001, para 2,65%, em Junho de 2006. Nos recursos de balanço de clientes, depois de uma redução em 2003 e 2004 em resultado da opção pelo recurso a fontes de financiamento mais favoráveis em termos de custo, nos últimos anos a quota de mercado dos recursos de clientes voltou a subir para o nível de há 5 anos, atingindo 1,6% em Junho.

A evolução muito positiva da **rentabilidade dos capitais próprios**, com o ROE (resultado líquido/capitais próprios médios) a subir de 11,3%



■ CRÉDITO CONCEDIDO



■ RECURSOS DE CLIENTES

Fig. 1
Quotas de mercado do Banco Popular* (%)

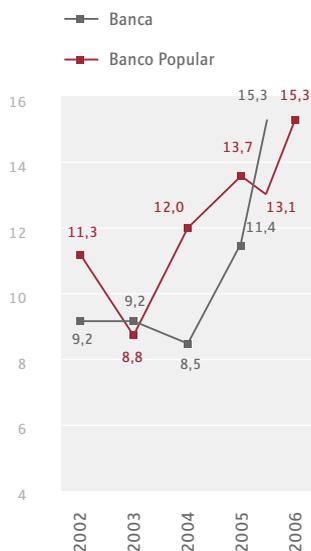


Fig. 2
ROE - Comparação com a banca*
(resultado líquido/capitais próprios médios)
(%)

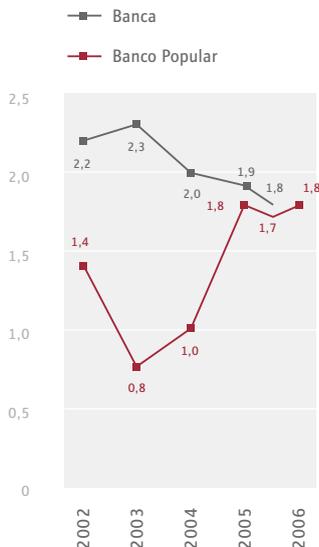


Fig. 3
Rácio de crédito vencido
Comparação com a banca*
(crédito vencido/crédito total)
(%)

para 15,31%, nos últimos cinco anos, permitiu que o Banco Popular Portugal tenha apresentado um valor idêntico ao da média do sector bancário.

Na qualidade do activo, o Banco Popular está, igualmente, ao nível do sector bancário. Comparando o rácio de crédito vencido, ou seja, a relação entre o crédito vencido e o crédito total concedido a empresas e particulares em Portugal, verifica-se que o valor do Banco Popular tem sido sempre inferior ao do conjunto da banca, apesar do aumento registado nos três últimos anos. Em Junho de 2006 (últimos dados disponíveis relativos ao conjunto da banca), enquanto o rácio do Banco Popular era de 1,73%, no sector bancário esse valor era ligeiramente superior (1,8%).

A **eficiência operativa**, que relaciona os custos de transformação (custos de funcionamento mais amortizações) com o produto bancário, tem continuado a manter uma evolução muito positiva no Banco Popular, o que lhe permite apresentar uma posição de clara vantagem no total do sector bancário. Esta melhoria traduziu-se numa redução de cerca de 12 pontos percentuais nos últimos cinco anos.

A orientação estratégica prosseguida pelo Banco Popular tem-lhe proporcionado uma progressiva afirmação no mercado, reflectida no ganho sucessivo de quota de mercado com uma melhoria gradual da rentabilidade e da eficiência, variáveis em que atingiu já um nível mais favorável que a média do sector.

Estratégia comercial

O final do exercício de 2006 encerra o primeiro triénio de actividade após a aquisição do Banco Nacional de Crédito, SA pelo Grupo Banco Popular. O balanço do triénio resume-se na forte expansão dos resultados e da rentabilidade, assim como no aumento significativo do volume de negócio.

Após a implementação, em 2004, de uma nova estratégia comercial orientada para a banca de retalho e de clientes, a oferta de produtos foi significativamente ampliada e, em 2005, verificou-se a verdadeira integração na estrutura e modelo organizacional do Grupo.

No final de 2005 ocorreu a mudança da marca assinalando, o ano de 2006, o início de uma nova etapa de crescimento caracterizado pelo alargamento da base de clientes e aumento da quota de mercado, traduzidos no crescimento do nível de actividade, melhoria da qualidade do crédito e aumento da rentabilidade.

A estratégia comercial do Banco Popular assenta na qualidade do serviço e satisfação dos clientes através da oferta de produtos e serviços, dirigidos a diferentes segmentos e adequados às necessidades concretas de cada cliente através de um atendimento personalizado.

O ano transacto evidencia um aumento significativo do número de clientes e do crédito concedido, assim como um incremento da venda cruzada. Durante o ano foram lançados novos produtos dirigidos aos diferentes segmentos de particulares, alargou-se a oferta de meios de pagamento, nomeadamente de cartões, e lançaram-se novos produtos de crédito habitação e de aplicação de recursos.

A actividade junto das PME, segmento estratégico no modelo de negócio do Banco Popular, caracterizou-se pela realização de acções de campanha, potenciação do crédito especializado, alargamento da oferta de produtos, serviços e funcionalidades, nomeadamente de *cash-management*, estrangeiro e banca à distância. Registou-se, também, um importante incremento da actividade junto do comércio a retalho e de serviços.

A expansão da rede de agências, fundamental para a consolidação do modelo de retalho, traduziu-se na abertura de 33 novos balcões em

Performance Comercial	2006	2005	Variação	
			Valor	%
Total de clientes	265.416	234.507	30.909	13,2
Adesões internet	80.355	60.906	19.449	31,9
Número de cartões de débito	128.095	114.694	13.401	11,7
Número de cartões de crédito	54.882	42.978	11.904	27,7
Número de caixas automáticos (ATM)	309	251	58	23,1

2006, elevando para 200 o número de agências em funcionamento no final do exercício. Inserida no plano de alargamento da rede de distribuição, foi criada uma rede de promotores de negócios a qual contava com mais de 120 efectivos no final do ano transacto.

Perspectivas para 2007

Evidenciando já alguns sinais de retoma, a economia portuguesa deverá registar em 2007 um comportamento mais positivo do que o verificado no ano anterior. Apesar das perspectivas económicas mais favoráveis, a retoma será moderada, consequência da persistência de elevados níveis de desemprego, assim como da assinalável subida das taxas de juro e decorrente aumento dos encargos com o serviço da dívida, por parte de particulares e empresas.

Neste quadro de fraco crescimento económico, o Banco Popular irá prosseguir a sua estratégia de crescimento pautado pela eficiência operativa e comercial, qualidade de serviço e atenção ao cliente.

A actividade centrar-se-á na consolidação do crescimento ao nível do crédito, dos recursos e da base de clientes, perspectivando-se, assim, um aumento da quota de mercado em linha com os objectivos traçados no Plano Estratégico para o triénio 2005-2007.

O ano de 2007 será ainda caracterizado por um aumento importante da venda cruzada e implementação de medidas adicionais destinadas a potenciar o progresso, que já se verifica, na qualidade do atendimento e dos serviços prestados.

Ao nível dos canais de distribuição, quer a rede de agências, quer a rede de promotores de negócios, prosseguirão o respectivo processo de alargamento e consolidação da sua expansão.

Do lado da oferta, destaca-se a ampliação do já abrangente conjunto de produtos de seguros comercializados, bem como da oferta de aplicações, merecendo igualmente referência novos produtos de crédito especializado e funcionalidades de banca à distância, nomeadamente para empresas.

A consolidação do modelo de banca de retalho e de clientes, assente na especialização e segmentação da oferta, atendimento personalizado e qualidade de serviço, serão, assim, as características dominantes da actividade comercial em 2007.

ANÁLISE DA ACTIVIDADE DO BANCO

Recursos e aplicações

ACTIVOS TOTAIS

Os balanços consolidados relativos a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 são apresentados resumidamente no **quadro 1**. No capítulo Contas Anuais, os mesmos são apresentados de acordo com o modelo definido pelo Banco de Portugal.

No final de 2006, o activo líquido consolidado do Banco Popular ascendeu a 7.545 milhões de euros, com um aumento anual de 1.273 milhões de euros, equivalente a um crescimento de 20,3%. Em saldos médios, o valor do activo atingiu 6.740 milhões de euros, mais 29% que no ano ante-

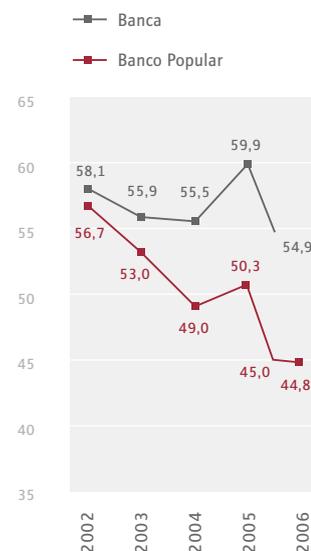


Fig. 4
Eficiência operativa
Comparação com a banca*
(custos de transformação/produto bancário)
(%)

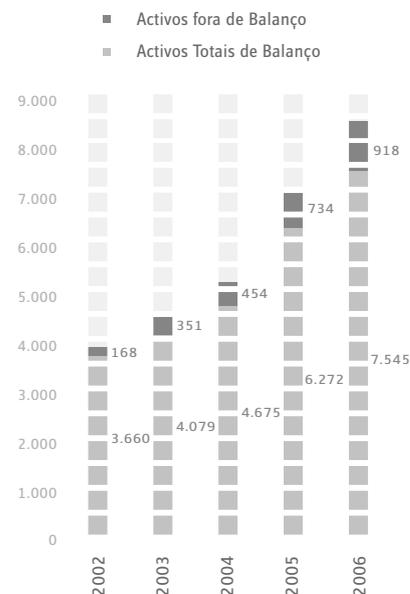


Fig. 5
Activos totais sob gestão
(milhões de euros)

* A informação sobre o total do sector bancário foi obtida a partir das respectivas demonstrações financeiras publicadas pela Associação Portuguesa de Bancos desde Dezembro de 2002 até Junho de 2006, última informação disponível. Os dados relativos a 2005 e 2006 estão de acordo com as novas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC).

rior. O crescimento do activo líquido consolidado está influenciado pela consolidação da Heller factoring Portuguesa na sequência da aquisição de cerca de 50% do seu capital social.

O Banco faz também a gestão de outros recursos de clientes aplicados em instrumentos de investimento, poupança e reforma, fora de balanço, cujo mon-

tante ascendia, no final do ano, a 918 milhões de euros, com um crescimento de 25%, em relação ao ano anterior.

Deste modo, os activos totais geridos pelo Banco atingiram, no final de 2006, um montante de 8.463 milhões de euros, registando um crescimento de 20,8%, relativamente ao ano transacto.

Quadro 1. Balanço consolidado

(milhares de euros)

	2006	2005	Valor	Varição	%
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	94.014	82.327	11.687		14,2
Disponibilidades em outras instituições de crédito	140.347	82.536	57.811		70,0
Aplicações em instituições de crédito	724.957	616.720	108.237		17,6
Crédito a clientes	5.841.928	4.942.981	898.947		18,2
(-) Imparidade	-79.480	-71.505	-7.975		11,2
Activos financeiros	528.387	379.123	149.264		39,4
Propriedades de investimento	2.352	0	2.352		
Imobilizado Total	131.143	124.458	6.685		5,4
Activos por impostos	11.070	16.200	-5.130		-31,7
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.635	2.237	-602		-26,9
Outros Activos	148.297	97.316	50.981		52,4
Total de Activo	7.544.650	6.272.394	1.272.256		20,3
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	3.160.673	2.348.782	811.891		34,6
Recursos de clientes	3.004.755	2.875.219	129.536		4,5
Responsabilidades representadas por títulos	21.544	9.831	11.713		119,1
Passivos financeiros detidos p/ negociação	57.278	2.693	54.585		2.027,2
Passivos subordinados	270.314	307.139	-36.825		-12,0
Provisões	2.343	2.915	-572		-19,6
Provisões técnicas	514.113	302.071	212.042		70,2
Passivos por impostos	19.774	8.782	10.992		125,2
Outros passivos	58.144	50.571	7.573		15,0
Total de Passivo	7.108.938	5.908.002	1.200.936		20,3
Capital					
Capital	176.000	176.000	0		0,0
Prémios de emissão	10.109	10.109	0		0,0
Reservas de reavaliação	8.151	8.789	-638		-7,3
Outras reservas e resultados transitados	165.927	126.553	39.374		31,1
Lucro consolidado do exercício	55.916	42.940	12.976		30,2
Interesses minoritários	19.609	0	19.609		
Total de Capital	435.712	364.391	71.321		19,6
Total de Passivo + Capital	7.544.650	6.272.394	1.272.256		20,3
Passivos e compromissos contingentes					
Passivos eventuais	351.755	307.177	44.578		14,5
Garantias e avals prestados	332.214	297.233	34.981		11,8
Créditos documentários abertos	19.541	9.944	9.597		96,5
Compromissos	1.999.347	1.617.027	382.320		23,6
Créditos irrevogáveis	10.912	8.932	1.980		22,2
Créditos revogáveis	1.988.435	1.608.095	380.340		23,7

RECURSOS DE CLIENTES

O montante global de recursos de clientes dentro e fora de balanço atingiu 3.944 milhões de euros, no final de 2006, mais 9% que no ano anterior. A **figura 6** apresenta a evolução dos recursos totais de clientes nos últimos 5 anos.

Os recursos de balanço, essencialmente depósitos de clientes, atingiram um total de 3.026 milhões de euros, tendo-se verificado um crescimento de 4,9%, ou seja, mais 141 milhões de euros que no ano anterior. Em saldos médios anuais, os depósitos de clientes registaram um aumento de 12%, passando de 2.637 milhões de euros, em 2005, para 2.942 milhões de euros, em 2006.

O crescimento dos depósitos de clientes deveu-se, fundamentalmente, ao aumento dos depósitos à ordem, que registaram um acréscimo de 16,2%, o que permitiu aumentar o seu peso relativo no total dos depósitos de 23,4%, em 2005, para 26,5%, em 2006. No entanto, em saldos médios anuais houve uma evolução negativa dos depósitos à ordem, cujo peso relativo no total baixou de 24,4%, em 2005, para 21,6%, em 2006.

O **quadro 3** apresenta o nível de concentração dos depósitos de clientes por escalões de saldo, registando-se um ligeiro agravamento do grau de concentração existente.

Os recursos intermediados fora de balanço, que incluem as aplicações em fundos de investimento, os planos de poupança-reforma, os recursos captados através de produtos de seguros de investimento e os patrimónios geridos através do *private banking*, registaram um crescimento de 25%, atingindo cerca de 918 milhões de euros no final do ano. A evolução destes recursos é apresentada no final do **quadro 2**.

A colocação de fundos de investimento esteve associada à captação de depósitos em produtos mistos de fundos e depósitos a prazo curto com um prémio na taxa de juro, procurando, assim, adequar os produtos aos perfis do universo de clientes do Banco para evitar a saída de depósitos, menos atractivos em termos de remuneração, dada a política de taxas de juro prosseguida.

O Banco Popular, através da Gerfundos e Predifundos, administra um total de 17 fundos, cuja carteira total ascende a 379 milhões de euros, mais 36,2% do que o valor no final de 2005. No

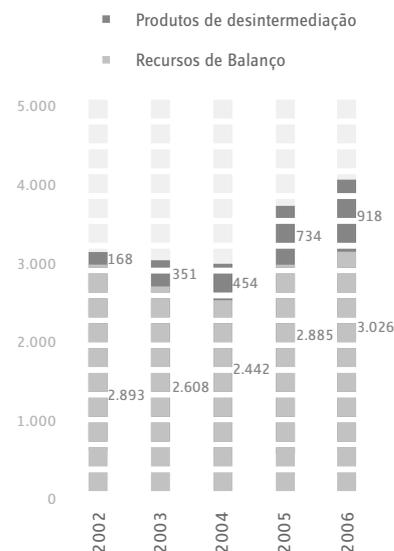


Fig. 6
Recursos de clientes
(milhões de euros)

Quadro 2. Recursos de clientes
(milhares de euros)

	2006	2005	Valor	Variação	%
Recursos de balanço					
Depósitos	2.942.229	2.862.543	79.686	2,8	
Depósitos à ordem	778.896	670.245	108.651	16,2	
Depósitos a prazo	2.058.322	2.066.749	-8.427	-0,4	
Depósitos poupança	96.629	115.737	-19.108	-16,5	
Certificados de depósito	8.382	9.812	-1.430	-14,6	
Obrigações em circulação	13.025	0	13.025		>
Cheques e ordens a pagar	58.857	12.328	46.529		377,4
Juros a pagar e outros recursos	12.188	10.179	2.009		19,7
RECURSOS DE BALANÇO (a)	3.026.299	2.885.050	141.249		4,9
Recursos de desintermediação					
Fundos de investimento	368.051	275.159	92.892	33,8	
Seguros de investimento e capitalização	226.128	182.430	43.698	24,0	
Seguros de reforma	107.518	87.402	20.116	23,0	
Gestão de carteiras	216.273	189.311	26.962	14,2	
RECURSOS FORA DE BALANÇO (b)	917.970	734.302	183.668		25,0
RECURSOS TOTAIS (a + b)	3.944.269	3.619.352	324.917		9,0

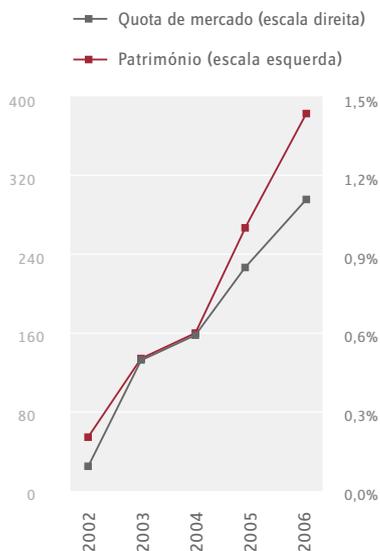


Fig. 7
Fundos de investimento
(milhões de euros e %)

Quadro 3. Nível de concentração dos depósitos de clientes no final de 2006

Escalões de saldos (milhares de euros)	Nº Clientes %	Saldo Total %
Menos de 1	68,51	0,59
1 a 5	14,55	2,47
5 a 10	5,25	2,62
10 a 20	4,59	4,51
20 a 35	2,76	5,06
35 a 50	1,26	3,73
50 a 100	1,62	7,67
Mais de 100	1,45	73,36
Total	100,00	100,00

quadro 4, é apresentada a evolução dos patrimónios dos fundos de investimento geridos. Merecem especial destaque o fundo Popular Imobiliário - FEI, com um crescimento de 46,4 milhões de euros, e os novos fundos, que atingiram globalmente mais de 54 milhões de euros. Em sentido inverso evoluíram os fundos Rendimento e Tesouraria, que, no seu conjunto, diminuíram cerca de 20 milhões de euros.

O Banco Popular comercializa planos de poupança-reforma e os seguros de investimento da Eurovida, da qual detém, desde Outubro de 2005, a totalidade do capital. A captação de recursos de clientes através destes produtos registou, igualmente, uma evolução muito positiva em 2006, com um crescimento de 23%, nos planos de poupança-reforma, e de 24%, nos seguros de investimento e capitalização, conforme se pode verificar na parte final do **quadro 2**.

A gestão de patrimónios está essencialmente direccionada para o segmento de clientes private. No final de 2006, o Banco tinha sob gestão uma carteira total de 216 milhões de euros, mais 14,2% que no ano anterior.

CRÉDITO CONCEDIDO

O crédito concedido a clientes representa a componente de maior peso no activo do Banco, correspondendo a cerca de 77% do total do activo. O **quadro 5** apresenta a composição do crédito concedido a clientes nos finais de 2006 e 2005.

O saldo de crédito concedido ascendeu a 5.842 milhões de euros no final de 2006, registando um aumento de 899 milhões de euros, o que equivale a um crescimento de 18,2%, relativamente ao ano anterior. Em saldos médios, o total de crédito a clientes foi de 5.330 milhões

Quadro 4. Carteira dos fundos de investimento

(milhares de euros)

Fundos	2006	2005	Variação	
			Valor	%
Rendimento	29.818	40.786	-10.968	-26,9
Valor	36.288	31.570	4.718	14,9
Acções	13.970	11.467	2.503	21,8
Euro Taxa Fixa	3.634	5.716	-2.083	-36,4
Poupança Acções	1.449	1.445	5	0,3
Global 25	71.507	65.606	5.901	9,0
Global 50	16.322	10.445	5.878	56,3
Global 75	8.569	6.160	2.409	39,1
Oportunidades Globais	8.036	9.096	-1.061	-11,7
Tesouraria	35.775	44.673	-8.897	-19,9
Cabaz Mundial	9.014	9.885	-871	-8,8
Popular Imobiliário - FEI	63.914	17.525	46.389	264,7
Eurovalor Protegido	13.310	0		
Rendimento Protegido	12.955	0		
Imopopular	2.336	0		
Imoportugal	25.772	0		
Predifundo	26.348	23.812	2.536	10,6
Total	379.018	278.185	100.833	36,2

de euros, correspondente a um acréscimo de 22,9%. O crédito financiado por recursos de clientes representa 51,8% do total, valor inferior ao do ano anterior.

O crédito a empresas e administrações públicas representa 77,7% do total, enquanto o crédito a particulares corresponde apenas a 22,3% do total.

Os empréstimos, onde estão incluídos os empréstimos à construção, que aumentaram 210 milhões de euros, continuam a ter um peso preponderante, representando 43% do total. Os créditos em conta corrente baixaram para 22,2% do total. Destaca-se, ainda, o crédito especializado, onde o leasing mobiliário e imobiliário registou um crescimento de 48%, representando 2,4% do crédito total, e o factoring, que, com a consolidação da Heller Factoring Portuguesa, ganhou um peso de 3,5% do crédito total.

No crédito a particulares, destaca-se o crédito à habitação, que atingiu 844 milhões de euros, e representa 68% deste crédito e 15% do total.

O **quadro 6** apresenta a distribuição e a evolução do crédito a clientes segundo o respectivo prazo de vencimento. No final de 2006, o crédito contratado a mais de um ano representava 58,9% do total, tendo registado um aumento do seu peso relativo no total.

Resultados e rentabilidade

CONTAS DE RESULTADOS

As contas de resultados consolidados são apresentadas, de forma sintética, no **quadro 7**. Nas Contas Anuais, são apresentadas as demonstrações de resultados individuais e consolidados nos dois últimos anos de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal.

A margem financeira resulta da diferença entre os juros e rendimentos similares e os juros e encargos similares. Os primeiros correspondem aos juros recebidos pelas aplicações e às comissões recebidas associadas ao custo amortizado e os segundos dizem respeito aos juros pagos pelos recursos alheios e às comissões pagas associadas ao custo amortizado.

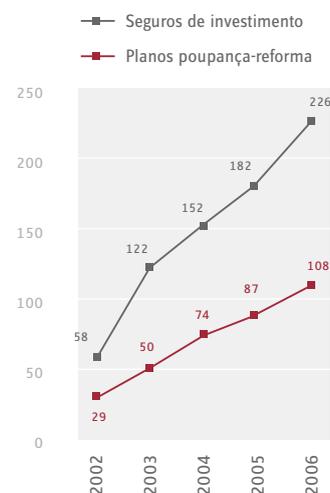


Fig. 8
Seguros de reforma e de investimento (milhões de euros)

Quadro 5. Crédito sobre clientes

(milhares de euros)

	2006	2005	Valor	Varição	%
Crédito concedido (a)					
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	232.163	234.171	-2.007	-0,9	
Empréstimos	2.422.101	2.212.197	209.905	9,5	
Créditos em conta corrente	1.246.983	1.294.599	-47.616	-3,7	
Créditos tomados - factoring	196.854	14.246	182.608	>	
Operações de locação financeira	137.471	92.816	44.655	48,1	
Outros créditos	396.288	185.063	211.226	114,1	
Habitação	844.060	767.449	76.611	10,0	
Consumo	150.422	45.556	104.866	230,2	
Total (a)	5.626.343	4.846.096	780.247	16,1	
Outros créditos (Titulados) (b)	89.250	0	89.250		
Juros e comissões a receber (c)	21.261	9.737	11.523	118,3	
Crédito e juros vencidos (d)					
Até 90 dias	15.871	4.475	11.397	254,7	
Mais de 90 dias	89.203	82.673	6.530	7,9	
Total (d)	105.075	87.148	17.927	20,6	
Total (a + b + c + d)	5.841.928	4.942.981	898.947	18,2	
Menos: (e)					
Imparidade de crédito	79.480	71.505	7.975	11,2	
Total (a + b + c + d - e)	5.762.448	4.871.476	890.972	18,3	

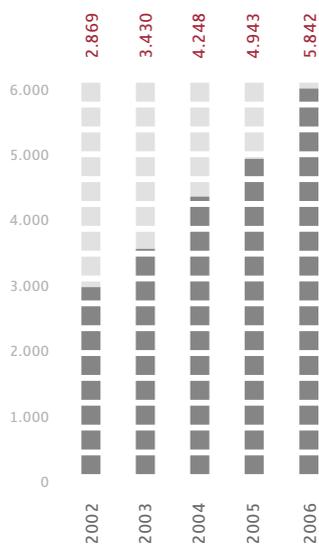


Fig. 9
Crédito sobre clientes
(milhões de euros)

Em 2006, a margem financeira ascendeu a 160,4 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 20,1% e aumentando cerca de 26,9 milhões de euros, relativamente ao ano anterior.

A melhoria da margem financeira ficou a dever-se ao significativo aumento do volume da actividade comercial que compensou a redução da margem financeira em 18 pontos base. Assim, de acordo com o **quadro 8**, o acréscimo de 26,9 milhões de euros na margem financeira correspondeu ao efeito positivo, de 35,3 milhões de euros, do aumento do volume de actividade, o qual compensou o efeito negativo, de 8,4 milhões de euros, resultante da redução da margem financeira.

As comissões líquidas cobradas aos clientes pela colocação de produtos e prestação de serviços atingiram 40,4 milhões de euros, ou seja, mais 20,3% que no ano anterior.

Este valor confirma a tendência do significativo crescimento que se tem verificado nos últimos anos, conforme o demonstra a **figura 10**.

As comissões de meios de cobrança e pagamento, que representam cerca de 45% do total, são as que têm um peso relativo mais importante. Estas comissões registaram um crescimento anual de 11,7%, sendo de destacar as de cartões de débito e crédito com um crescimento de 20,8%. Seguem-se as comissões de operações de crédito e as comissões de gestão de activos, com 24% do total, tendo registado um crescimento, em 2006, de 37,5%. O **quadro 9** apresenta a composição das comissões líquidas e a sua evolução relativamente ao ano anterior.

O produto bancário, soma da margem financeira e das comissões e outros proveitos de exploração, elevou-se a 203,5 milhões, o que corresponde a um crescimento anual de 20,7%.

Quadro 6. Carteira de crédito sobre clientes por prazos de vencimento

(milhares de euros)

	2006	2005	2004	2003	2002
Até 3 meses	1.066.181	968.070	984.537	818.862	231.407
De 3 meses a 1 ano	1.219.495	1.109.452	943.565	1.062.242	1.394.371
De 1 a 5 anos	1.685.358	1.571.685	1.373.397	1.093.191	875.117
Mais de 5 anos	1.744.559	1.196.889	893.197	429.629	326.484
Duração indeterminada (vencidos)	105.075	87.148	43.202	25.784	41.186
Total	5.820.667	4.933.244	4.237.898	3.429.708	2.868.565

Quadro 7. Contas de resultados

(milhares de euros)

	2006	2005	Valor	Varição	%
1 Juros e rendimentos similares	321.382	236.459	84.923		35,9
2 Juros e encargos similares	161.017	102.968	58.049		56,4
3 Margem financeira (1-2)	160.365	133.491	26.874		20,1
4 Comissões líquidas	40.385	33.562	6.823		20,3
5 Outros resultados de exploração	2.746	1.508	1.238		82,1
6 Produto da actividade (3+4+5)	203.496	168.561	34.936		20,7
7 Custos com pessoal	48.863	46.948	1.914		4,1
8 Gastos gerais administrativos	31.423	27.351	4.072		14,9
9 Amortizações	10.956	10.397	559		5,4
10 Margem de exploração (6-7-8-9)	112.255	83.864	28.391		33,9
11 Imparidade do crédito	26.488	32.262	-5.774		-17,9
12 Imparidade de outros activos	7.366	2.871	4.495		156,6
13 Provisões	2.246	-3.350	5.597		-167,1
14 Diferenças de consolidação	0	3.118	-3.118		-100,0
15 Resultado antes de impostos (10-11-12-13+14)	76.154	55.199	20.955		38,0
16 Impostos	20.238	12.259	7.979		65,1
17 Resultado líquido do exercício (15-16)	55.916	42.940	12.977		30,2

Quadro 8. Variação da margem financeira - Análise causal

(milhares de euros)

Variação em:	Por variação do volume de actividade	Por variação nas taxas de juro	Variação total
Crédito concedido	52.006	19.854	71.860
Aplicações em instituições de crédito	3.840	4.209	8.049
Activos financeiros	6.516	-1.507	5.009
Outros activos	21	-16	5
Total de aplicações	62.383	22.540	84.923
Depósitos de clientes	5.365	14.750	20.115
Recursos de instituições de crédito	21.217	16.555	37.772
Passivos subordinados	457	-279	178
Recursos próprios	-	-	-
Outros passivos	74	-90	-16
Total de recursos	27.113	30.936	58.049
Margem financeira	35.271	-8.396	26.874

Os custos operacionais, que englobam os custos com pessoal, os gastos gerais administrativos e as amortizações do exercício, totalizaram 91,2 milhões de euros, registando um incremento de 7,7%. O **quadro 10** apresenta os custos operacionais dos dois últimos anos nas suas diversas componentes.

Os custos com pessoal ascenderam a 48,9 milhões de euros, apresentando um crescimento de 4,1% decorrente da manutenção do quadro de pessoal ao nível do ano anterior, apesar do significativo aumento do

números de balcões, a qual só foi possível em resultado de uma maior automatização de processos, o que permitiu importantes ganhos de eficiência.

O total dos gastos gerais administrativos fixou-se em 31,4 milhões de euros, com um acréscimo de 14,9% face ao ano anterior. Este crescimento deveu-se, essencialmente, ao crescimento da actividade e da rede de agências, estando ainda influenciado por custos decorrentes da implementação de uma maior automatização de processos.

Quadro 9. Comissões líquidas

(milhares de euros)

	2006	2005	Variação %
Comissões de operações de crédito	7.806	6.720	16,2
Comissões de garantias	4.585	4.165	10,1
Comissões de meios de cobrança e pagamento	18.215	16.306	11,7
Cobrança de valores	6.078	5.842	4,0
Transferência de valores	1.203	1.261	-4,5
Cartões de débito/crédito	7.254	6.004	20,8
Cheques	3.679	3.199	15,0
Comissões de gestão de activos	9.727	7.077	37,5
Operações s/ títulos	3.864	2.841	36,0
Guarda de Valores	423	419	0,9
Comissões colocação de fund. invest.	1.146	798	43,7
Private Banking	3.034	2.635	15,2
Outras	1.260	384	228,2
Comissões de venda de seguros	216	479	-54,9
Comissões de manutenção de contas	1.747	330	429,6
Comissões de processamento	957	829	15,4
Outras	1.947	1.108	75,6
Comissões pagas	-4.815	-3.453	39,5
Total	40.385	33.562	20,3

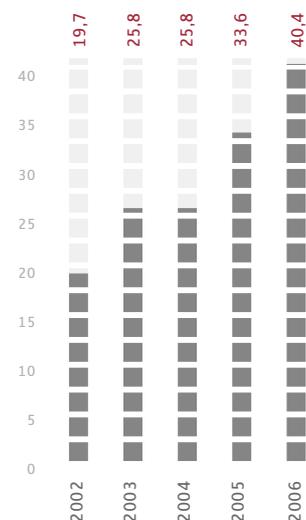


Fig. 10
Comissões líquidas
(milhões de euros)

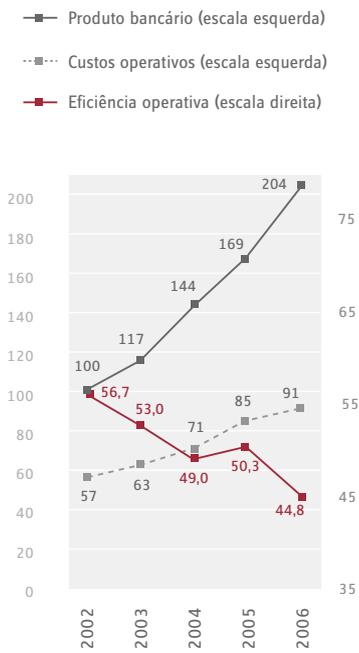


Fig. 11
Eficiência operativa

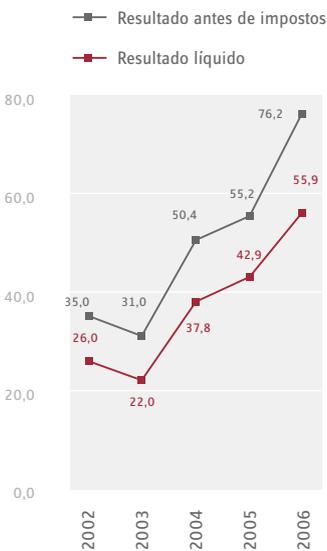


Fig. 12
Evolução dos resultados
(milhões de euros)

Quadro 10. Custos operacionais

(milhares de euros)

	2006	2005	Variação %
Custos com pessoal (a)	48.863	46.948	4,1
Remunerações	35.512	33.017	7,6
Encargos sociais	6.051	5.552	9,0
Fundo de pensões	6.435	7.030	-8,5
Outros custos	865	1.350	-35,9
Gastos gerais administrativos (b)	31.423	27.351	14,9
Fornecimentos de terceiros	3.269	2.730	19,7
Rendas e alugueres	4.024	3.474	15,8
Comunicações e desp. de expedição	3.485	3.661	-4,8
Deslocações, est. e representação	1.842	2.415	-23,8
Publicidade e ed. de publicações	1.639	2.023	-19,0
Avenças e honorários	520	1.523	-65,9
Conservação e reparação	3.772	4.490	-16,0
Seguros	426	521	-18,4
Judiciais, contencioso e notariado	902	650	38,8
Outros serviços de terceiros	11.544	5.863	96,9
Serviços de informática	3.573	607	488,4
Mão-de-obra eventual	893	382	133,6
Limpeza e manutenção	798	756	5,4
Transportes	1.871	1562	19,8
Informações	441	548	-19,5
Auditoria, estudos e consultas	221	480	-53,9
Segurança e vigilância	397	376	5,5
Diversos	3.349	1.151	190,9
Custos de funcionamento (c = a + b)	80.285	74.299	8,1
Amortizações do exercício (d)	10.956	10.397	5,4
Total (c + d)	91.241	84.696	7,7

As dotações para amortizações do imobilizado atingiram cerca de 11 milhões de euros, mais 5,4% que em 2005, aumento este decorrente das amortizações relativas à área informática e às instalações para as novas agências.

O rácio de eficiência operativa, que corresponde à parte do produto bancário consumida pelos custos operativos, fixou-se, em 2006, em 44,8%, valor significativamente inferior ao do ano anterior. A evolução dos últimos 5 anos tem sido muito positiva, como pode ser observado na **figura 11**. Não considerando as amortizações do exercício, este rácio baixa para 39,5%, igualmente bastante inferior ao valor registado no ano anterior.

O peso dos custos com pessoal no produto bancário fixou-se em 24% no final de 2006, valor inferior aos 27,9% verificados no ano anterior.

A margem de exploração, que resulta da diferença entre o produto bancário e os custos operativos, ascendeu, em 2006, a 112,3 milhões de euros, mais 33,9% que no ano anterior.

O resultado bruto obtido (antes de deduzir os impostos sobre os lucros) fixou-se, no final de 2006, em 76,2 milhões de euros, mais 38% que no ano anterior. A este montante deve ser deduzido o imposto sobre os lucros, no valor de 20,3 milhões de euros, chegando-se a um resultado líquido de 55,9 milhões de euros, o que equivale a um crescimento de 30,2% relativamente ao ano anterior. Este valor corresponde a 0,318 euros por acção, comparado com 0,244 euros por acção em 2005. A **figura 12** mostra a evolução nos últimos cinco anos do resultado antes de impostos e do resultado líquido.

RENTABILIDADE

A análise conjunta da conta de resultados e do balanço permite avaliar a rentabilidade da actividade financeira do Banco Popular Portugal, comparando os proveitos e custos e respectivas margens com as aplicações e os recursos que lhes dão origem.

De acordo com o apresentado no **quadro 11**, verifica-se que o crédito concedido a clientes continuou a ser a principal componente do activo médio do Banco, representando 81% do total. O activo foi financiado em 44% por depósitos de clientes e em 38% por recursos de instituições de crédito, principalmente recursos do Grupo Banco Popular. Este quadro compara os saldos médios das aplicações e recursos, com o seu peso relativo no total, os proveitos ou custos e as respectivas taxas médias anuais.

Em 2006, o activo líquido médio atingiu 6.740 milhões de euros, fixando-se a sua rentabilidade global em 4,77%, mais 24 pontos base

que no ano anterior. Por outro lado, o custo médio do total dos recursos afectos ao financiamento do activo registou um aumento de 42 pontos base, atingindo 2,39%. Esta evolução implicou uma redução de 18 pontos base da margem financeira anual, a qual se fixou em 2,38%. O aumento das taxas médias das aplicações e dos recursos é o corolário da evolução ascendente da Euribor verificada durante todo o ano de 2006.

Por sua vez, o crédito a clientes registou um aumento de 42 pontos base na sua taxa média, passando de 4,94%, em 2005, para 5,36%, em 2006, enquanto que o custo médio dos depósitos de clientes se fixou em 2,48%, valor muito superior aos 1,96% verificados no ano anterior. Como consequência, a margem com clientes baixou para 2,89%, menos 9 pontos base que em 2005.

Pela análise das **figuras 13 e 14** verifica-se que, apesar de no último ano ter havido ligeiras reduções na

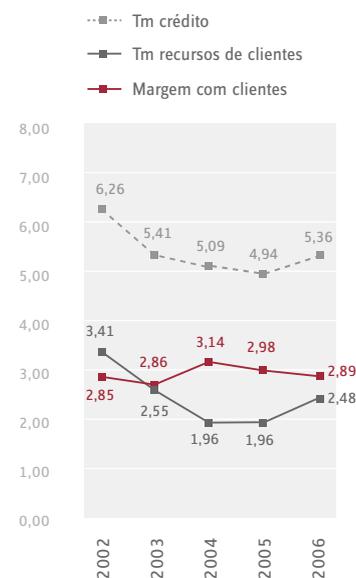


Fig. 13
Margem com clientes (%)

Quadro 11. Proveitos e custos financeiros. Margens (milhares de euros e %)

	2006				2005			
	Saldo Médio	Dist. (%)	Proveitos ou custos	Taxa Média (%)	Saldo Médio	Dist. (%)	Proveitos ou custos	Taxa Média (%)
Crédito concedido (a)	5.445.987	81	291.955	5,36	4.454.053	85	220.095	4,94
Aplicações em instituições de crédito	500.240	7	16.260	3,25	360.210	7	8.211	2,28
Activos financeiros	397.518	6	13.114	3,30	168.619	3	8.105	4,81
Outros activos	395.883	6	53	0,01	239.977	5	48	0,02
Total do Activo (b)	6.739.628	100	321.382	4,77	5.222.859	100	236.459	4,53
Depósitos de clientes (c)	2.942.694	44	72.840	2,48	2.683.688	51	52.725	1,96
Recursos de instituições de crédito	2.559.913	38	79.080	3,09	1.786.720	34	41.308	2,31
Passivos subordinados	293.551	4	9.077	3,09	279.186	5	8.899	3,19
Contas de capital	391.457	6			309.471	6		
Outros passivos	552.013	8	20	0,00	163.794	3	36	0,02
Total do Passivo e Capitais Próprios (d)	6.739.628	100	161.017	2,39	5.222.859	100	102.968	1,97
Margem com clientes (a - c)				2,89				2,98
Margem financeira (b - d)				2,38				2,56

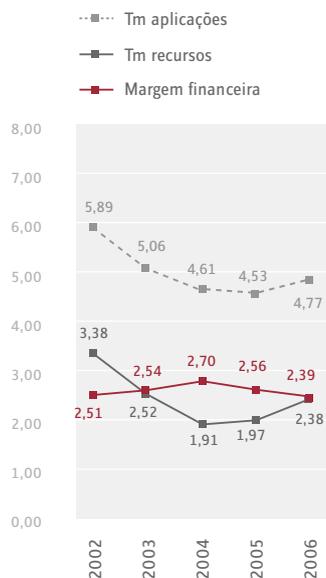


Fig. 14
Margem financeira (%)

margem com clientes e na margem financeira, a sua evolução nos últimos cinco anos tem sido pautada por uma razoável estabilidade. Assim, a margem de clientes teve uma evolução de 2,85%, em 2002, para 2,89%, em 2006. Por sua vez, nos últimos cinco anos, a margem financeira passou de 2,51% para 2,39%.

No **quadro 12** são apresentadas as contas de resultados dos anos de 2006 e 2005 com indicação das suas componentes em percentagem do activo médio total.

A rentabilidade de exploração atingiu, em 2006, 1,67%, mais 6 pontos base que no ano anterior. Esta ligeira melhoria deveu-se essencialmente aos efeitos conjugados da redução do produto da actividade em 21 pontos base compensada pela redução, de

27 pontos base, dos custos operacionais, com particular destaque para a redução, de 17 pontos base, dos custos com pessoal e, de 6 pontos base, dos gastos gerais administrativos.

A rentabilidade do activo (ROA), definida como a relação do resultado líquido com o activo líquido médio, aumentou 1 ponto base relativamente ao ano anterior, fixando-se em 0,83%.

Como corolário do aumento do resultado líquido, a rentabilidade final dos recursos próprios (ROE), definida como a relação entre o resultado líquido com os recursos próprios médios, registou uma melhoria, passando de 13,67%, em 2005, para 15,31%, em 2006. A **figura 15** evidencia a evolução destes indicadores de rentabilidade nos últimos cinco anos.

Quadro 12. Rentabilidade total

(valores em milhares de euros e em % do activo líquido médio)

	2006		2005		Variação	
	valores	%	valores	%	em valor	%
Proveitos das aplicações	321.382	4,77	236.459	4,53	84.923	0,24
Custos dos recursos	161.017	2,39	102.968	1,97	58.049	0,42
Margem financeira	160.365	2,38	133.491	2,56	26.874	-0,18
Comissões líquidas	40.385	0,60	33.562	0,64	6.823	-0,04
Outros resultados de exploração	2.746	0,04	1.508	0,03	1.238	0,01
Produto da actividade	203.496	3,02	168.561	3,23	34.935	-0,21
Custos com pessoal	48.863	0,73	46.948	0,90	1.914	-0,17
Gastos gerais administrativos	31.423	0,47	27.351	0,52	4.071	-0,06
Amortizações	10.956	0,16	10.397	0,20	559	-0,04
Rentabilidade de exploração	112.255	1,67	83.864	1,61	28.391	0,06
Imparidade do crédito	26.488	0,39	32.262	0,62	-5.774	-0,22
Imparidade de outros activos	7.366	0,11	2.871	0,05	4.495	0,05
Provisões	2.246	0,03	-3.350	-0,06	5.596	0,10
Diferenças de consolidação negativas	0	0,00	3.118	0,06	-3.118	-0,06
Rentabilidade antes de impostos	76.154	1,13	55.199	1,06	20.955	0,07
Impostos	20.238	0,30	12.259	0,23	7.979	0,07
Rentabilidade líquida final (ROA)	55.916	0,83	42.940	0,82	12.976	0,01
Por memória:						
Activo líquido médio (€ milhões)	6.740		5.223		1.517	29,0
Recursos próprios médios (€ milhões)	365		314		51	16,2
Rentabilidade líquida dos capitais próprios - ROE (%) (<i>resultado líquido/capitais próprios médios</i>)	15,31		13,67			1,64
Rentabilidade bruta dos capitais próprios (%) (<i>resultado antes de impostos/capitais próprios médios</i>)	20,85		17,57			3,28
Cost to income (%)	39,5		44,1			-4,58

Gestão do risco

No Banco Popular, a gestão do risco inerente à sua actividade assenta fundamentalmente na análise da natureza e composição dos riscos e das garantias estabelecidas e nos mecanismos de controlo nas suas diversas fases: análise das novas operações, seguimento dos riscos assumidos e gestão dos riscos em dificuldade. Dado que o crédito representa, em termos médios, mais de 80% do activo, o risco do crédito é aquele que assume uma maior importância na gestão do risco. Outros riscos assumidos igualmente pelo Banco no decorrer da sua actividade, nomeadamente, os riscos de mercado, de taxa de juro e de liquidez, são tratados nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito associado à possibilidade de efectivo incumprimento da contraparte, traduzido no não reembolso atempado parcial ou total de importâncias mutuadas a clientes (crédito por desembolso) ou na necessidade de assumir compromissos não cumpridos por clientes junto de terceiros e garantidos pelo Banco (crédito por assinatura) continua a ser o risco mais relevante de toda a actividade do Banco Popular.

A exposição a este risco supõe a existência de um sistema de gestão e de controlo do mesmo que assenta num conjunto de princípios, pretendendo-se seguir de perto aquelas que são internacionalmente designadas como "boas práticas".

Os princípios básicos da política creditícia apontam para:

- a separação entre as áreas originadoras de negócio e as áreas de controlo e de decisão, admitindo-se a decisão partilhada entre as áreas comerciais e as áreas especializadas na análise de risco;
- a prioridade às políticas que visam garantir a estabilidade do Banco, assegurar a viabilidade a curto, médio e longo prazos, e à maximização da relação

- a maximização da relação rendimento-risco, em linha com as políticas do Grupo Banco Popular;
- o cumprimento escrupuloso da legalidade vigente, em todos os seus aspectos;
- a adopção gradual do Método de Notações Internas, do Novo Acordo de Basileia, como política de riscos. Tal supõe a introdução de alterações sensíveis nos sistemas de informação do Banco, entretanto iniciadas;
- a solução à medida das necessidades dos clientes, em função da sua vinculação ao Banco, do risco que se assume e da rentabilidade obtida;
- a rapidez na resposta sem menosprezo da eficácia das decisões;
- a busca do máximo equilíbrio entre os investimentos e os recursos;
- a diversificação do risco de crédito;
- o crescimento rentável e de qualidade.

A aprovação específica dos créditos respeita os preceitos e os procedimentos estabelecidos na regulamentação em vigor no Banco. Estão claramente definidos os níveis hierárquicos competentes para a aprovação de créditos de acordo com as características próprias destes, com a preocupação da salvaguarda das necessárias independência, colegialidade e descentralização das decisões, capazes de garantir a celeridade e a eficácia de todo o processo. Sempre que possível, as operações de crédito realizadas com clientes devem inscrever-se nos limites previamente estabelecidos e deverão sempre garantir os pretendidos níveis de rentabilidade, segurança e liquidez dos capitais utilizados. Os critérios utilizados para definir os níveis hierárquicos competentes para a decisão são o tipo de crédito, o montante, o prazo, o preço, o tipo de contra garantia assim como a notação do cliente ou da operação.

No processo de admissão de risco vem o Banco ampliando a aplicação de instrumentos de análise estandarizada e de apoio à decisão. Assim, e além de contar com aplicações que integram em suporte electrónico a informação relevante acerca da

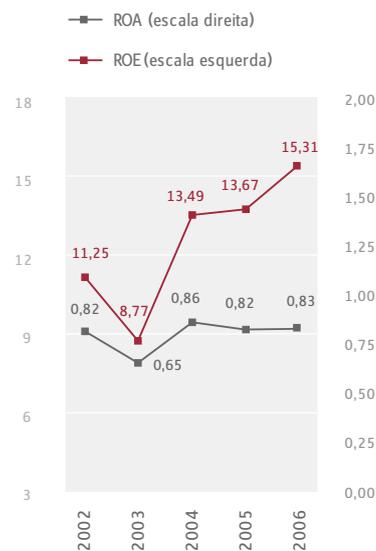


Fig. 15
ROA e ROE
(%)

qualidade do risco, que abrange a posição actual e histórica da relação com o Banco e com o sistema financeiro, e da relação com outras entidades, conta-se também com um leque cada vez mais abrangente de propostas em suporte electrónico que tendencialmente cobrirão todos os tipos de propostas, com as vantagens inerentes, e tem-se neste momento a quase integralidade das operações de retalho suportadas por análise scoring.

No sistema de gestão de crédito, o Banco dispõe de órgãos que actuam consoante o estágio do ciclo de vida dos créditos. Deste modo, conta com um órgão especializado na análise do risco de crédito que actua antes da decisão, colaborando com a Administração na definição, transmissão e acompanhamento das políticas de assumpção de risco adoptadas e decide sobre as operações ou analisa, informa, veicula e apresenta aquelas que são decididas ao nível da Administração.

Conta também com um órgão vocacionado para a análise, prevenção e acompanhamento do risco de crédito que inclui a manutenção de mecanismos de seguimento e de detecção atempada de sinais de erosão da

qualidade dos créditos, e a participação activa nas decisões que envolvem clientes em “watch list”. Numa óptica agregada compete-lhe a análise periódica da carteira de crédito do Banco, com vista ao cálculo da imparidade da carteira de crédito.

O Banco Popular conta, ainda, com uma área, reforçada no ano de 2006 quanto à sua abrangência e articulação e quanto aos meios afectos, a qual, visando minorar as recuperações pela via extra-judicial, actua de forma activa na gestão previsional do crédito vencido e, em fase mais adiantada, na gestão dos activos adquiridos por dação.

O montante do crédito e juros vencidos atingiu, no final de 2006, um total de 105,1 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 18,2%, relativamente ao ano anterior. De acordo com o observado no **quadro 13**, este crédito representava 1,8% do crédito total, ligeiramente superior ao valor registado no ano anterior. Considerando apenas o crédito vencido há mais de 90 dias, estes indicadores baixam para 1,53%, em 2006, e 1,67%, em 2005. Tomando por base os riscos totais, o crédito vencido total representava, em 2006, 1,69%.

Quadro 13. Crédito vencido e Crédito em incumprimento

(milhares de euros)

	2006	2005	Valor	Varição	%
Crédito e juros vencidos	105.075	87.148	17.927		20,6
Crédito vencido há mais de 90 dias (a)	89.203	82.673	6.530		7,9
Crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido (b)	13.571	4.297	9.274		215,8
Crédito em incumprimento (a + b)	102.774	86.970	15.804		18,2
Crédito vencido / crédito total (%)	1,80	1,76			
Crédito vencido há mais de 90 dias / crédito total (%)	1,53	1,67			
Crédito em incumprimento / crédito total (%)	1,76	1,76			
Crédito em incumprimento, líquido / crédito total, líquido (%)	0,72	0,67			
Imparidade sobre crédito a clientes	79.480	71.505	7.975		11,2
Cobertura do crédito vencido (%)	75,6	82,1			
Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias (%)	89,1	86,5			
Cobertura do crédito em incumprimento (%)	77,3	82,2			
por memória:					
Crédito total (c)	5.841.928	4.942.981	898.947		18,2
Riscos extrapatrimoniais (d)	351.755	307.177	44.578		14,5
Riscos totais (c + d)	6.193.683	5.250.158	943.525		18,0

O Banco de Portugal define o conceito de crédito em incumprimento para avaliar a qualidade do crédito das instituições de crédito, correspondendo este à soma do crédito vencido há mais de noventa dias com o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento (aplicação da alínea a) do nº 1 do nº 4º do Aviso nº 3/95). Este crédito corresponde às prestações vincendas de uma mesma operação em que se verifique, relativamente às respectivas prestações vencidas de capital e juros, pelo menos uma das condições: (i) excedam 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos; (ii) estejam em incumprimento há mais de 6 meses, nas operações com prazo inferior a 5 anos, 12 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 5 e inferior a 10 anos, e 24 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

Conforme apresentado no **quadro 13**, o total do crédito em incumprimento do Banco Popular ascendia, no final de 2006, a 102,8 milhões de euros, mais 15,8 milhões de euros que em 2005, representando 1,76% do crédito total.

Em termos consolidados, o valor da imparidade sobre crédito a clientes ascendia, no final de 2006, a 79,5 milhões de euros, mais 11,2% que no ano anterior. Este valor garantia uma cobertura de 75,6% do crédito vencido total e de 77,3% do crédito em incumprimento.

Em termos individuais, o Banco constituiu provisões de acordo com as normas do Banco de Portugal para fazer

face aos riscos do crédito. No final de 2006, estas provisões ascendiam a 114,9 milhões de euros, garantindo uma cobertura de 109,4% do crédito vencido total e de 111,8% do crédito em incumprimento.

SOCIEDADES PARTICIPADAS

O Grupo Banco Popular Portugal inclui outras sociedades especializadas que cobrem muitos dos serviços financeiros não desenvolvidos directamente pelo Banco.

Nas áreas dos seguros de vida e planos de reforma, o Banco Popular participa a 100% no capital da Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, SA, sendo o principal canal de distribuição dos seus produtos através da rede de agências. Esta seguradora detém, por sua vez, a totalidade do capital da Popular Seguros - Companhia de Seguros, SA, que actua na área dos seguros não vida.

Na gestão de fundos de investimento, o Banco actua através da Gerfundos e da Predifundos, sociedades gestoras de fundos de investimento onde detém a totalidade do capital.

Na área do factoring, o Banco intervém através da Heller Factoring Portuguesa, SA, sociedade que já integrava o Grupo Banco Popular e da qual o Banco Popular Portugal adquiriu, em Dezembro de 2006, cerca de 50% do capital.

Nos quadros seguintes são apresentados os balanços e contas de resultados destas sociedades, relativos aos dois últimos anos.

EUROVIDA - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, SA
 (milhares de euros)

Balança	31.12.06		31.12.05		Conta de Exploração	31.12.06		31.12.05	
Activo									
Imobilizações		597		645	Prémios líquidos de resseguro	124.136		80.552	
Investimentos	538.287		314.145		+ Outros proveitos financeiros (líquidos)	17.891		12.315	
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.627		2.237		- Custos com sinistros líquidos de resseguro	52.272		14.579	
Devedores	2.682		1.407		- Provisões técnicas (variação)	77.887		68.684	
Depósitos em bancos e caixas	610		27		- Comissões e outros portes (líquidos)	4.847		3.755	
Acréscimos e diferimentos	3.381		1.099		- Gastos administrativos	2.506		2.396	
Total do Activo	547.184		319.560		= Resultado da Conta Técnica	4.515		3.453	
					+ Resultados de investimentos	1.730		731	
Passivo					+ Outros proveitos (líquidos)	132		-411	
Provisões técnicas	514.127		300.925		+ Resultados extraordinários	-999		29	
Outras provisões	177		168		= Resultado antes de Impostos	5.379		3.802	
Fundo para dotações futuras	5.774		165		- Imposto sobre lucros	1.543		1.046	
Depósitos recebidos de resseguradoras	341		589		= Resultado Líquido	3.835		2.756	
Credores	3.944		2.115						
Acréscimos e diferimentos	893		927						
Passivos subordinados	4.000		2.000						
Recursos próprios	14.094		9.914						
Resultado do exercício	3.835		2.756						
Total do Passivo	547.184		319.560						

POPULAR SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS, SA
 (milhares de euros)

Balança	31.12.06		31.12.06		Conta de Exploração	31.12.06	
Activo							
Imobilizações		143			Prémios líquidos de resseguro		-16
Investimentos	7.384				+ Outros proveitos financeiros (líquidos)		-7
Provisões técnicas de resseguro cedido	8				- Custos com sinistros líquidos de resseguro		6
Devedores	32				- Provisões técnicas (variação)		0
Depósitos em bancos e caixas	- 16				- Comissões e outros portes (líquidos)		34
Acréscimos e diferimentos	0				- Gastos administrativos		42
Total do Activo	7.552				= Resultado da Conta Técnica		-105
					+ Resultados de investimentos		81
Passivo					+ Outros proveitos (líquidos)		0
Provisões técnicas	29				+ Resultados extraordinários		0
Outras provisões	0				= Resultado antes de Impostos		-24
Fundo para dotações futuras	0				- Imposto sobre lucros		0
Depósitos recebidos de resseguradoras	0				= Resultado Líquido		-24
Credores	46						
Acréscimos e diferimentos	2						
Passivos subordinados	0						
Recursos próprios	7.500						
Resultado do exercício	-24						
Total do Passivo	7.552						

GERFUNDOS - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, SA

(milhares de euros)

Balanço			Conta de Exploração		
	31.12.06	31.12.05		31.12.06	31.12.05
Activo					
Caixa e disponibilidades s/ inst. de crédito	1.391	741	+ Juros e proveitos equiparados	39	7
Outro créditos sobre instituições de crédito	1.506	1.506	- Juros e custos equiparados	0	0
Outros activos	616	296	= Margem Financeira	39	7
Total do Activo	3.514	2.544	+ Comissões e out. result. expl. líq.	2.315	1.279
			= Produto Bancário	2.355	1.286
Passivo			- Custos operacionais	172	76
Outros passivos	343	167	= Margem de Exploração	2.183	1.210
Contas de regularização	0	0	+ Resultados extraordinários	0	0
Capital subscrito	300	300	= Resultados antes de Impostos	2.183	1.210
Reservas e resultados transitados	1.288	1.201	- Impostos s/ lucros	600	334
Lucro do exercício	1.583	876	= Resultado Líquido	1.582	876
Total do Passivo	3.514	2.544			
<i>Patrimónios sob gestão</i>	<i>352.670</i>	<i>254.373</i>			

PREDIFUNDOS - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, SA

(milhares de euros)

Balanço			Conta de Exploração		
	31.12.06	31.12.05		31.12.06	31.12.05
Activo					
Caixa e disponibilidades s/ inst. de crédito	647	604	+ Juros e proveitos equiparados	28	21
Outro créditos sobre instituições de crédito	1.004	1.004	- Juros e custos equiparados	0	0
Outros activos	41	32	= Margem Financeira	28	21
Contas de regularização	0	0	+ Comissões e out. result. expl. líq.	400	356
Total do Activo	1.692	1.640	= Produto Bancário	428	377
			- Custos operacionais	44	24
Passivo			= Margem de Exploração	384	353
Outros passivos	39	36	+ Resultados extraordinários	0	0
Capital subscrito	375	375	= Resultados antes de Impostos	384	353
Reservas e resultados transitados	999	973	- Impostos s/ lucros	106	97
Lucro do exercício	278	256	= Resultado Líquido	278	256
Total do Passivo	1.692	1.640			
<i>Patrimónios sob gestão</i>	<i>26.348</i>	<i>23.812</i>			

HELLER FACTORING PORTUGUESA, SA

(milhares de euros)

Balanço			Conta de Exploração		
	31.12.06	31.12.05		31.12.06	31.12.05
Activo					
Caixa e disponibilidades s/ inst. de crédito	1	1	+ Juros e proveitos equiparados	10.392	9.346
Outro créditos sobre instituições de crédito	0	0	- Juros e custos equiparados	4.321	3.413
Crédito a clientes	191.482	184.909	= Margem Financeira	6.071	5.932
Imobilizado	2.527	2.677	+ Comissões e out. result. expl. líq.	-375	-422
Outros activos	414	479	= Produto Bancário	5.695	5.510
Total do Activo	194.424	188.066	- Custos com pessoal	1.872	2.002
			- Gastos gerais administrativos	654	605
Passivo			- Amortizações	237	255
Recursos de instituições de crédito	145.965	140.232	= Margem de Exploração	2.933	2.648
Outros passivos	9.949	11.816	- Provisões e correcções de valor	-139	1.029
Provisões	1.089	1.080	= Resultados antes de Impostos	3.072	1.619
Capital subscrito	12.813	12.500	- Impostos s/lucros	908	465
Reservas e resultados transitados	22.444	21.284	= Resultado Líquido	2.164	1.154
Lucro do exercício	2.164	1.154			
Total do Passivo + Capital	194.424	188.066			

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com o Artigo 24º dos Estatutos e tendo em consideração a conveniência de maximizar o autofinanciamento dos capitais próprios, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2006 do Banco Popular Portugal, SA, no montante de Euros 46.428.587,48, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal

€ 4.643.285,00

Para Outras Reservas

€ 41.785.302,48

NOTA FINAL

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março, renunciou ao cargo de secretário da Mesa da Assembleia Geral Fernando José Domingues Gonçalves, com efeito a partir de 18 de Outubro de 2006.

Em 25 de Janeiro de 2007, renunciou ao cargo de vogal do Conselho de Administração Jesus Rodríguez Fernández. No mesmo dia, foram cooptados para o Conselho de Administração os senhores Amadeo Pérez Urcoia e Carlos Miguel de Paula Martins Roballo, os quais passaram igualmente a integrar a Comissão Executiva.

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento às autoridades monetárias e de supervisão, ao accionista Banco Popular Español e ao Fiscal Único, pela valiosa cooperação no acompanhamento da actividade do Banco Popular Portugal.

O Conselho manifesta igualmente o seu agradecimento aos clientes pela confiança depositada e aos trabalhadores o seu apreço pelo empenhamento profissional no exercício das suas funções e contribuição para o desenvolvimento do Banco.

Lisboa, 16 de Março de 2007
O Conselho de Administração

Posição accionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

(Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Nada a reportar.

Participações qualificadas

(Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários)

Accionistas	Nº Acções	Participação no Capital social	Direitos de voto
Banco Popular Español, SA	176.000.000	100%	100%

CONTAS ANUAIS

BALANÇO INDIVIDUAL NCA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(milhares de euros)

	Notas/ Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	94.011		94.011	82.327
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	130.487		130.487	75.969
Activos financeiros detidos para negociação	14	10.980		10.980	7.090
Outros activos financ. justo valor através de resultados	15	32.364		32.364	32.966
Activos financeiros disponíveis para venda	16	15.169		15.169	36.438
Aplicações em instituições de crédito	17	721.134		721.134	616.492
Crédito a clientes	18	5.575.864	65.739	5.510.125	4.740.603
Outros activos tangíveis	19	163.879	58.769	105.110	102.828
Activos intangíveis	20	19.589	17.177	2.412	4.700
Investimento em filiais e associadas	21	56.093	899	55.194	33.748
Activos por impostos correntes		1.197		1.197	1.643
Activos por impostos diferidos	22	6.916		6.916	6.635
Outros activos	23	152.495	14.175	138.320	104.397
Total de Activo		6.980.178	156.759	6.823.419	5.845.836
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	14	57.278		57.278	2.528
Recursos de outras instituições de crédito	24	3.082.599		3.082.599	2.374.409
Recursos de clientes	25	3.066.216		3.066.216	2.896.701
Responsabilidades representadas por títulos	26	21.544		21.544	9.831
Provisões	27	49.254		49.254	45.767
Passivos por impostos correntes		10.131		10.131	0
Passivos por impostos diferidos	22	4.356		4.356	4.297
Outros passivos subordinados	28	130.950		130.950	145.295
Outros passivos	29	33.803		33.803	48.162
Total de Passivo		6.456.131	0	6.456.131	5.526.990
Capital					
Capital	32	176.000		176.000	176.000
Prémios de emissão		10.109		10.109	10.109
Reservas de reavaliação	33	4.317		4.317	4.109
Outras reservas e resultados transitados	34	130.433		130.433	101.334
Resultado do exercício		46.429		46.429	27.294
Total de capital		367.288	0	367.288	318.846
Total de Passivo + Capital		6.823.419	0	6.823.419	5.845.836

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL NCA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(milhares de euros)

	Notas/ Quadros anexos	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	6	292.575	214.763
Juros e encargos similares	6	157.464	99.677
Margem financeira		135.111	115.086
Rendimento de instrumentos de capital	8	1.846	54
Rendimentos de serviços e comissões	7	53.431	44.984
Encargos com serviços e comissões	7	-3.829	-2.278
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	9	-690	-59
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)		0	665
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	9	1.454	875
Resultados de alienação de outros activos		140	57
Outros resultados de exploração		1.816	-148
Produto bancário		189.279	159.236
Custos com pessoal	10	46.042	45.234
Gastos gerais administrativos	10	29.194	25.783
Depreciações e amortizações	19 / 20	10.036	10.070
Provisões líquidas de reposições e anulações	27	6.316	5.149
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líq. de reposições e anulações)	18	27.672	31.987
Imparidade outros activos financ. líquida de reversões e recuperações		0	0
Imparidades de outros activos líquidas de reversões e recuperações	23	7.894	2.790
Resultado antes de impostos		62.125	38.223
Impostos		15.696	10.929
Correntes	11	16.203	6.943
Diferidos	11	-507	3.986
Resultado após impostos		46.429	27.294
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0
Resultado líquido do exercício		46.429	27.294
Resultado por acção (euro)		0,26	0,16

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(milhares de euros)

	Notas	2006	2005
Actividades Operacionais			
Juros e comissões recebidos		331.137	260.802
Juros e comissões pagos		-139.186	-100.660
Recuperação de crédito e juros vencidos		1.827	1.244
Pagamento a empregados e fornecedores		-70.777	-61.362
Contribuições para o fundo de pensões	30	-9.752	-23.467
<i>Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais</i>		<i>113.249</i>	<i>76.557</i>
<i>(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais</i>			
Créditos sobre instituições de crédito		19.025	-12.056
Depósitos em bancos centrais		-8.040	-13.239
Crédito sobre clientes		-804.164	-769.325
Activos financeiros		-4.464	-396
Outros activos operacionais		-22.536	-2.450
<i>Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais</i>			
Débitos para com instituições de crédito		693.241	123.763
Débitos para com clientes		162.795	1 070.991
Débitos representados por títulos		-1.430	-10.029
Outros passivos operacionais		23.872	-1.219
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes de impostos sobre lucros</i>			
		<i>171.548</i>	<i>462.597</i>
Impostos pagos sobre lucros		-5.625	-13.603
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		165.923	448.994
Actividades de Investimento			
Dividendos recebidos		3.599	54
Compra de participações em empresas filiais		-35.471	-9.750
Liquidação de empresas filiais		18.677	0
Activos financeiros disponíveis para venda		22.300	-8.664
Vendas de activos não correntes detidos para venda		2.522	807
Compra de imobilizações		-10.966	-22.028
Valores recebidos na venda de imobilizações		473	533
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		1.134	-39.048
Actividades de Financiamento			
Emissão de dívida subordinada	28	0	65.000
Juros e amortizações de dívida subordinada	28	-19.195	-2.140
Emissão de dívida não subordinada		26.087	0
Emissão de acções		0	72
Prémios de emissão de acções		0	196
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		6.892	63.128
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		7.035	-3.924
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		180.984	469.150
Caixa e seus equivalentes no início do período		695.557	226.407
Caixa e seus equivalentes no fim do período		876.541	695.557
		180.984	469.150

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS MOVIMENTOS NAS CONTAS DE CAPITAL PRÓPRIO

(milhares de euros)

	Capital Social	Prémio de emissão	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Balanço em 1 de Janeiro de 2005	175.928	9.913	81.249	-12.926	39.512	293.676
Transferência para resultados transitados				42.145	-39.512	2.633
Transferência resultados - Aplicação IFRS				-2.634		-2.634
Responsabilidades pensões de reforma (Transição IFRS)				-2.082		-2.082
Variações em investimentos disponíveis p/ venda, líq. de imposto			-310			-310
Aumentos de capital	72					72
Prémios de emissão		196				196
Transferência para reserva legal			4.215	-4.215		0
Transferência para outras reservas			37.930	-37.930		0
Resultado líquido do exercício					27.294	27.294
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	176.000	10.109	123.084	-17.642	27.294	318.845
Transferência para resultados transitados				27.294	-27.294	0
Incorporação de filial			4.677			4.677
Responsabilidades pensões de reforma (Transição IFRS)				-2.871		-2.871
Variações em investimentos disponíveis p/ venda, líq. de imposto			208			208
Transferência para reserva legal			2.730	-2.730		0
Transferência para outras reservas			24.564	-24.564		0
Resultado líquido do exercício					46.429	46.429
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	176.000	10.109	155.263	-20.513	46.429	367.288

BALANÇO CONSOLIDADO NIC/NIRF EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006					
(milhares de euros)					
	Notas/ Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Perímetro consolidação NIC/NIRF			Perímetro Consolidação NIC/NIRF
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	
1	2	3 = 1 - 2			
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	94.014		94.014	82.328
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	140.347		140.347	82.536
Activos financeiros detidos para negociação	14	38.128		38.128	17.985
Outros activos financ. justo valor através de resultados	15	348.003		348.003	290.144
Activos financeiros disponíveis para venda	16	142.256		142.256	70.995
Aplicações em instituições de crédito	17	724.957		724.957	616.720
Crédito a clientes	18	5.841.928	79.480	5.762.448	4.871.476
Propriedades de investimento		2.352		2.352	0
Outros activos tangíveis	19	178.819	60.805	118.014	113.301
Activos intangíveis	20	32.389	19.260	13.129	11.156
Activos por impostos correntes		1.928		1.928	2.040
Activos por impostos diferidos	22	9.142		9.142	14.160
Provisões técnicas de resseguro cedido	27	1.635		1.635	2.237
Outros activos	23	164.370	16.073	148.297	97.316
Devedores por seguro directo e resseguro		1.819		1.819	1.717
Outros		162.551	16.073	146.478	95.599
Total de Activo		7.720.268	175.618	7.544.650	6.272.394
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	14	57.278		57.278	2.693
Recursos de outras instituições de crédito	24	3.160.673		3.160.673	2.348.782
Recursos de clientes	25	3.004.755		3.004.755	2.875.219
Responsabilidades representadas por títulos	26	21.544		21.544	9.831
Provisões	27	2.343		2.343	2.915
Provisões técnicas	27	514.113		514.113	302.071
Passivos por impostos correntes		12.152		12.152	1.167
Passivos por impostos diferidos	22	7.622		7.622	7.615
Outros passivos subordinados	28	270.314		270.314	307.139
Outros passivos	29	58.144		58.144	50.571
Credores por seguro directo e resseguro		749		749	793
Outros passivos		57.395		57.395	49.778
Total de Passivo		7.108.938	0	7.108.938	5.908.003
Capital					
Capital	32	176.000		176.000	176.000
Prémios de emissão		10.109		10.109	10.109
Reservas de reavaliação	33	8.151		8.151	8.789
Outras reservas e resultados transitados	34	165.927		165.927	126.553
Resultado do exercício		55.916		55.916	42.940
Interesses minoritários		19.609		19.609	0
Total de capital		435.712	0	435.712	364.391
Total de Passivo + Capital		7.544.650	0	7.544.650	6.272.394

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS NIC/NIRF EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(milhares de euros)

		Ano	Ano anterior
	Notas/ Quadros anexos	Perímetro Consolidação NIC/NIRF	Perímetro Consolidação NIC/NIRF
Juros e rendimentos similares	6	321.382	236.459
Juros e encargos similares	6	161.017	102.968
Margem financeira		160.365	133.491
Rendimento de instrumentos de capital	8	54	870
Rendimentos de serviços e comissões	7	45.200	37.014
Encargos com serviços e comissões	7	-4.815	-3.453
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	9	7.866	721
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)		128	643
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	9	1.426	914
Resultados de alienação de outros activos		145	76
Prémios líquidos de resseguro		124.136	47.988
Custos com sinistros líquidos de resseguro		-51.489	-9.305
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	27	-79.605	-39.914
Outros resultados de exploração		85	-484
Produto da actividade		203.496	168.561
Custos com pessoal	10	48.863	46.948
Gastos gerais administrativos	10	31.423	27.351
Depreciações e amortizações	19 / 20	10.956	10.397
Provisões líquidas de reposições e anulações	27	2.246	-3.349
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	18	26.488	32.262
Imparidade outros activos financ. líquida de reversões e recuperações		0	0
Imparidades de outros activos líquidas de reversões e recuperações	23	7.366	2.871
Diferenças de consolidação negativas		0	3.118
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos		0	0
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		76.154	55.199
Impostos		20.238	12.259
Correntes	11	18.452	7.910
Diferidos	11	1.786	4.349
Resultado após impostos antes de interesses minoritários		55.916	42.940
Interesses minoritários		0	0
Resultado consolidado do exercício		55.916	42.940
Resultado por acção (euro)		0,32	0,24

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(milhares de euros)

	Notas	2006	2005
Actividades Operacionais			
Juros e comissões recebidos		351.258	271.698
Juros e comissões pagos		-137.866	-88.806
Recuperação de crédito e juros vencidos		1.827	1.244
Pagamento a empregados e fornecedores		-73.945	-62.304
Contribuições para o fundo de pensões	30	-9.752	-23.467
Prémios líquidos da actividade seguradora		205.715	10.018
<i>Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais</i>		<i>337.237</i>	<i>108.383</i>
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais			
Créditos sobre instituições de crédito		26.244	-19.556
Depósitos em bancos centrais		-8.040	-13.239
Crédito sobre clientes		-759.097	-736.545
Activos financeiros		-66.201	-3.564
Outros activos operacionais		-5.313	-3.953
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais			
Débitos para com instituições de crédito		651.060	747.268
Débitos para com clientes		122.852	469.065
Débitos representados por títulos		-1.430	-24.410
Outros passivos operacionais		25.428	-2.322
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes de impostos sobre lucros</i>			
		<i>322.740</i>	<i>521.127</i>
Impostos pagos sobre lucros		-7.550	-14.507
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		315.190	506.620
Actividades de Investimento			
Dividendos recebidos		54	54
Compra de participações em empresas filiais		-23.720	-9.750
Activos financeiros disponíveis para venda		-71.283	-9.475
Vendas de activos não correntes detidos para venda		2.730	1.202
Compra de imobilizações		-13.811	-22.037
Valores recebidos na venda de imobilizações		491	533
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		-105.539	-39.473
Actividades de Financiamento			
Emissão de dívida subordinada	28	0	65.000
Juros e amortizações de dívida subordinada	28	-47.654	-31.655
Emissão de dívida não subordinada		26.087	0
Emissão de acções		0	72
Prémios de emissão de acções		0	196
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		-21.567	33.613
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		5.914	-3.865
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		193.998	496.895
Caixa e seus equivalentes no início do período		696.228	199.333
Caixa e seus equivalentes no fim do período		890.226	696.228
		193.998	496.895

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS MOVIMENTOS NAS CONTAS DE CAPITAL PRÓPRIO

(milhares de euros)

	Capital Social	Prémio de emissão	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Interesses Minoritários	Total
Balanzo em 1 de Janeiro de 2005	175.928	9.913	88.614	9.215	37.811	0	321.481
Transferência para resultados transitados				37.811	-37.811		0
Transferência para reserva legal			4.701	-4.701			0
Transferência para outras reservas			39.873	-39.873			0
Aumentos de Capital	72						72
Prémios de emissão		196					196
Variação reservas de reavaliação em associadas			39	-27			12
Variações em investimentos disponíveis p/ venda, líq. de imposto							-310
Resultado líquido do exercício					42.940		42.940
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	176.000	10.109	132.917	2.425	42.940	0	364.391
Transferência para resultados transitados				42.940	-42.940		0
Incorporação de filial			1.933	-1.908			25
Transferência para reserva legal			3.119	-3.119			0
Transferência para outras reservas			24.565	-24.565			0
Aumentos de Capital							0
Dif. critérios contabilização (IFRS)				-3.590			-3.590
Prémios de emissão							0
Variações em investimentos disponíveis p/ venda, líq. de imposto							-639
Resultado líquido Consolidado					55.916		55.916
Interesses minoritários						19.609	19.609
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	176.000	10.109	161.895	12.183	55.916	19.609	435.712

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM BASE INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 (EM EUROS)

Natureza e espécie	Categoria de Activo Instrução nº 23/2004	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ Não cotado	Mercado organizado relevante	Cotação
Instrumentos de dívida						
<i>De dívida pública</i>						
OT Junho 2003/2014	Activos fin. justo valor através resultados	IC	Portugal	S	Portugal	7.296.800,00
<i>De outros emissores</i>						
Outros						
Dívida não subordinada						
Sodim Taxa Variável 1997/2007	Activos fin. detidos para venda	Outras	Portugal	S	Portugal	828.495,94
Silamos, SA	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Mundotextil - Indústrias Têxteis, SA - 3ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Trecem - Trefilaria do Centro, SA - 1ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Trecem - Trefilaria do Centro, SA - 2ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Inferchapa - Ind. de Ferro e Chapa - 1ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Inferchapa - Ind. de Ferro e Chapa - 2ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
3 Marcos - Indústrias Metálicas, SA	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Sardinha & Leite, SA	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Edifer, SA - 2ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Martins Ferreira - Com. Prod. Siderúrgicos	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Amorim Turismo, SGPS, SA - 1ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Amorim Turismo, SGPS, SA - 2ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Safina - Soc. Industrial de Alcatifas	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Amorim Hotéis e Serviços, SGPS, SA - 2ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Metalúrgica Ideal do Mondego, SA - 1ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Metalúrgica Ideal do Mondego, SA - 2ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Piedade, SA	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Graphicsleader Packaging, SA	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Antero & Ca, SA - 1ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Antero & Ca, SA - 2ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Antero & Ca, SA - 3ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Antero & Ca, SA - 4ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Galp Energia, SGPS, SA - 1ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Inapa, SA	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Barraqueiro, SGPS, SA	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Mestre Maco, Mat. Construção, SA	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Extrusal - Comp. Portug. Extrusão, SA - 1ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Extrusal - Comp. Portug. Extrusão, SA - 2ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Sopol, SA - 1ª Emissão	Créditos e Outros valores a receber	Outras	Portugal	N	Portugal	
Cédulas Hipotecárias GBP 4,25 02/14	Activos fin. justo valor através resultados	OIF	Espanha	S	Espanha	24.528.480,00
Dívida Subordinada						
Banif/97 - Obrigações caixa subordinadas	Activos fin. detidos para venda	IC	Portugal	N	Portugal	
Banco Finantia 2001/2012 - Obrgs Subordinadas	Activos fin. detidos para venda	IC	Portugal	N	Portugal	
Total						
Instrumentos de capital						
Finangeste - Emp. Fin. Gestão e Desenv., SA	Activos fin. detidos para venda	OIF	Portugal	N	Portugal	
Sibs - Soc. interb. de Serviços, SA	Activos fin. detidos para venda	OIF	Portugal	N	Portugal	
Unicre - Cartão Intern. de Crédito, SA	Activos fin. detidos para venda	OIF	Portugal	N	Portugal	
Visa Europe Limited	Activos fin. detidos para venda	OIF	Reino Unido	N	Reino Unido	
Gerfundos - SGFI, SA	Investimentos em filiais	OIF	Portugal	N	Portugal	
BNC Predifundos - SGFI, SA	Investimentos em filiais	OIF	Portugal	N	Portugal	
Consulteam, SA	Investimentos em filiais	Outras	Portugal	N	Portugal	
Populargest - Gestão de Imóveis, Lda	Investimentos em filiais	Outras	Portugal	N	Portugal	
Eurovida - Comp. de Seguros de Vida, SA	Investimentos em filiais	S	Portugal	N	Portugal	
Heller Factoring Portuguesa, Lda	Investimentos em filiais	OIF	Portugal	N	Portugal	
Class D Note Purchase Agreement	Investimentos em filiais	OIF	Irlanda	N	Irlanda	
Total						
Outros						
BNC Predifundo	Activos fin. detidos p/ negociação	OIF	Portugal	S	Portugal	3.399.861,75
Popular Euro Taxa Fixa - Fundo Invest. Mobiliário	Activos fin. detidos p/ negociação	OIF	Portugal	S	Portugal	82.969,18
Popular Oportunidades Globais	Activos fin. detidos p/ negociação	OIF	Portugal	S	Portugal	2.148.894,62
Popular Acções - Fundo de Investimento Mobiliário	Activos fin. detidos p/ negociação	OIF	Portugal	S	Portugal	130.984,64
Popular Global 25 - Fundo de Fundos	Activos fin. detidos p/ negociação	OIF	Portugal	S	Portugal	1.298.331,73
Popular Global 50 - Fundo de Fundos	Activos fin. detidos p/ negociação	OIF	Portugal	S	Portugal	318.652,71
Popular Global 75 - Fundo de Fundos	Activos fin. detidos p/ negociação	OIF	Portugal	S	Portugal	472.853,62
Popular Cabaz Mundial	Activos fin. detidos p/ negociação	OIF	Portugal	S	Portugal	2.280.924,54
Total						

Quantidade	Valor Nominal	Critério Valorimétrico	Valor de balanço	Valias (+/-)	Correções de valor		% de participação	
					Imparidade	Outras	Capital	Direitos de voto
700.000.000	7.000.000,00	Justo valor	7.326.430,12	358.936,99				
165.000	823.350,00	Justo valor	831.025,08	16,94				
50	2.500.000,00	Justo valor	2.500.000,00	0,00				
70	3.500.000,00	Justo valor	3.500.000,00	0,00				
10	500.000,00	Justo valor	500.000,00	0,00				
20	1.000.000,00	Justo valor	1.000.000,00	0,00				
10	500.000,00	Justo valor	500.000,00	0,00				
20	1.000.000,00	Justo valor	1.000.000,00	0,00				
20	1.000.000,00	Justo valor	1.000.000,00					
50	2.500.000,00	Justo valor	2.500.000,00					
100	5.000.000,00	Justo valor	5.000.000,00					
30	1.500.000,00	Justo valor	1.500.000,00					
100	5.000.000,00	Justo valor	5.000.000,00					
100	5.000.000,00	Justo valor	5.000.000,00					
20	1.000.000,00	Justo valor	1.000.000,00					
20	7.500.000,00	Justo valor	7.500.000,00					
10	500.000,00	Justo valor	500.000,00					
10	500.000,00	Justo valor	500.000,00					
50	2.500.000,00	Justo valor	2.500.000,00					
25	1.250.000,00	Justo valor	1.250.000,00					
10	500.000,00	Justo valor	500.000,00					
10	500.000,00	Justo valor	500.000,00					
10	500.000,00	Justo valor	500.000,00					
10	500.000,00	Justo valor	500.000,00					
500	25.000.000,00	Justo valor	25.000.000,00					
100	5.000.000,00	Justo valor	5.000.000,00					
100	5.000.000,00	Justo valor	5.000.000,00					
100	5.000.000,00	Justo valor	5.000.000,00					
20	1.000.000,00	Justo valor	1.000.000,00					
20	1.000.000,00	Justo valor	1.000.000,00					
60	3.000.000,00	Justo valor	3.000.000,00					
240	24.000.000,00	Justo valor	25.037.921,13	361.647,12				
94.771.600	947.716,00	Justo valor	949.759,90	-720,27				
200.000	10.000.000,00	Justo valor	10.014.700,01	-149.277,50				
			133.409.836,24					
100	500,00	Justo valor	1.399,90	-596,19			0,002%	0,002%
25.680	128.400,00	Justo valor	2.754.950,40	1.533.812,89			0,521%	0,521%
5.882	29.410,00	Justo valor	617.374,72	243.276,30			0,290%	0,290%
1	10,00	Justo valor	10,00	0,00			0,00%	0,00%
60.000		Custo Histórico	300.000,00				100,00%	100,00%
75.000		Custo Histórico	375.000,00				100,00%	100,00%
55.140		Custo Histórico	623.497,37				100,00%	100,00%
1		Custo Histórico	12.295.175,35		899.001,68		100,00%	100,00%
1.500.000	7.500.000,00	Custo Histórico	13.500.000,00				100,00%	100,00%
1.244.015	5,00	Custo Histórico	23.720.000,00				48,55%	49,76%
1	4.630.000,00	Custo Histórico	4.380.000,00				100,00%	100,00%
			58.567.407,74					
332.703	4,99	Justo valor	3.399.861,75	17.167,49				
14.056	5,00	Justo valor	82.969,17	2.991,15				
194.978	10,00	Justo valor	2.148.894,61	95.344,38				
30.597	5,00	Justo valor	130.984,64	-327,39				
233.563	5,00	Justo valor	1.298.331,72	137.288,51				
66.288	5,00	Justo valor	318.652,70	-7.649,63				
112.544	5,00	Justo valor	472.853,61	-61.809,16				
218.145	10,00	Justo valor	2.280.924,54	36.953,77				
			10.133.472,74					

1991, na sequência de autorização concedida pela Portaria do Ministério das Finanças nº 155/91, de 26 de Abril. Em 12 de Setembro de 2005, alterou a sua designação para Banco Popular Portugal, SA.

O Banco está autorizado a operar de acordo com as directrizes reguladoras da actividade bancária, vigentes em Portugal, tendo por objecto a obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de crédito ou em outros activos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

A empresa-mãe do Grupo é o Banco Popular Español, S.A., com sede em Madrid, na Calle Velázquez no 34, Espanha.

O Banco não está cotado em bolsa.

1.2 ESTRUTURA DO GRUPO

O Banco detém participações em empresas coligadas (filiais), cujas aquisições foram efectuadas com intenção de intervenção na gestão das empresas, quer pela existência de ligações quer pela complementaridade com a sua actividade.

São consideradas filiais as participações de capital superiores a 50%, e/ou em que seja exercido controlo pelo Banco.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação efectiva de controlo é a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em milhares de euros)

1. GRUPO FINANCEIRO

1.1 ACTIVIDADE

O Banco, sob a designação de BNC - Banco Nacional de Crédito Imobiliário, foi constituído em 2 de Julho de

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	% de participação efectiva	% de participação directa
Predifundos - SGFII, SA	Lisboa	375.000	EUR	Gestão de Fundos Imobiliários	100	100
Gerfundos - SGFI, SA	Lisboa	300.000	EUR	Gestão de Fundos Mobiliários	100	100
Populargest, Gestão de Imóveis, Lda	Lisboa	12.000.000	EUR	Serviços auxiliares	100	100
Consulteam - Consultores de Gestão, SA	Lisboa	300.000	EUR	Serviços auxiliares	100	100
Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, SA	Lisboa	7.500.000	EUR	Seguros	100	100
Popular Seguros - Companhia de Seguros, SA	Lisboa	7.500.000	EUR	Seguros	100	0
Heller Factoring Portuguesa, SA (a)	Lisboa	12.812.500	EUR	Factoring	49,76	48,55

(a) O Banco detém o controlo desta entidade através de acordo parassocial estabelecido com o outro accionista maioritário.

As subsidiárias acima são apresentadas nas contas consolidadas do Banco pelo método de consolidação integral.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos aplicados na preparação destas demonstrações financeiras são indicados abaixo. Estas políticas foram aplicadas, consistentemente, a todos os anos apresentados, excepto nos casos devidamente assinalados.

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais do Banco Popular Portugal foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e definidas nas instruções nº 9/2005 e nº 23/2004.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas pela União Europeia (EU) no âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, excepto quanto às seguintes matérias:

- Valorimetria dos créditos a clientes e outros valores a receber - Na data do reconhecimento inicial são registados pelo valor nominal, sendo a componente de juros, comissões e custos externos imputáveis às respectivas operações subjacentes reconhecidas segundo a regra de "pro rata temporis", quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês;
- Provisionamento de créditos a clientes e outros valores a receber - As provisões para esta classe de activos financeiros encontram-se sujeitas a um quadro mínimo de referência para constituição de provisões específicas, gerais e risco-país, nos

termos definidos no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal.

- Activos tangíveis - Na data do reconhecimento inicial são registados ao custo de aquisição, mantendo-se subsequentemente ao custo histórico, salvo quando se verificarem reavaliações legalmente autorizadas; e
- O impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação do IAS 19 com referência a 31 de Dezembro de 2005, poderá ser reconhecido em resultados transitados, através de um plano de prestações uniformes por um prazo de 5 anos, com excepção da parte relativa a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego e alteração dos pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para as quais o prazo se estende até aos 7 anos, conforme definido nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005, de 21 de Fevereiro e 22 de Dezembro, respectivamente.

As IFRS são as normas e interpretações adoptadas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que compreendem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standard Interpretation Committee (SIC).

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Popular Portugal foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) nº 1606/2002, de 19 de Julho, transposto para o normativo nacional através do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS exige o uso de estimativas e pressupostos contabilísticos. Exige de igual modo que a gestão utilize o seu juízo e conhecimento profissionais no

processo de aplicação das políticas contabilísticas da instituição. As áreas que envolvem um grau de complexidade ou julgamento superior, ou aquelas em que as suposições e estimativas assumidas são relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, são divulgadas na Nota 4.

2.2 CONSOLIDAÇÃO

a) Filiais

Filiais são todas as entidades (incluindo Entidades de finalidade especial "SPE"), onde o Grupo, directa ou indirectamente, tem poder para deliberar sobre as políticas financeiras e operacionais, sendo geralmente acompanhadas por uma participação que lhe dá direito a mais de metade dos direitos de voto. As filiais são consolidadas pelo método integral desde a data de transferência de controlo para o Grupo e deixam de o ser a partir da data em que este controlo cesse.

O método da compra é usado para contabilizar as aquisições de filiais pelo Grupo. O custo de aquisição é dado pelo justo valor dos activos entregues, acções emitidas ou passivos incorridos ou assumidos até à data de aquisição, acrescido de custos directamente associados à aquisição.

Os activos e passivos identificáveis adquiridos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são inicialmente mensurados ao seu justo valor à data da aquisição, sem consideração pela extensão de quaisquer interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição sobre a participação do Grupo no justo valor do património líquido das adquiridas é reconhecido como Goodwill (ver Nota 2.10). Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do património líquido da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração de resultados.

O reconhecimento inicial do método de compra de uma filial pode ser determinado provisoriamente no final do exercício em que a aquisição ocorreu. O Banco terá um período de até doze meses após a data de aquisição para reconhecer qualquer tratamento

a esses valores provisórios, conforme previsto no IFRS 3.

Os proveitos e custos das filiais são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco desde a data da sua aquisição, conforme o definido no IFRS 3.

Transacções intra-grupo, saldos e ganhos não realizados em transacções entre empresas do grupo, são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas, a não ser que a transacção apresente evidência que o activo transferido se encontrava em imparidade.

Quando necessário, as políticas contabilísticas das filiais são alteradas de modo a assegurar a consistência com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo.

b) Associadas

Associadas são entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não de controlo e geralmente detêm uma participação que lhe dá direito a deter entre 20 e 50% dos direitos de voto. O investimento em associadas é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial e é reconhecido inicialmente ao custo.

A percentagem de ganhos e perdas, pós-aquisição, equivalente às participações detidas pelo Grupo nas associadas, é reconhecida na demonstração de resultados. Da mesma forma, os movimentos pós-aquisição nas reservas são reconhecidos em reservas. Os movimentos acumulados, pós-aquisição, são ajustados por contrapartida do valor de balanço do investimento. Quando a percentagem das perdas, equivalente à participação do Grupo na associada, igualar ou exceder o investimento na associada, o Grupo não reconhece mais perdas, a não ser que tenha incorrido em obrigações ou feito pagamentos em nome da associada.

2.3 RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações utilizados para providenciar produtos ou serviços, sujeitos a riscos e a benefícios,

diferentes dos verificados noutros segmentos. Um segmento geográfico está associado à oferta de produtos ou serviços num ambiente económico específico, caracterizado por ter riscos e benefícios distintos dos verificados em segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.4 OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico primário em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

b) Transacções e Saldos

Transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio indicativas à data das transacções. Ganhos e perdas resultantes da conversão de transacções em moeda estrangeira, resultantes da sua liquidação e da conversão de activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras à taxa de câmbio do final de cada exercício, são reconhecidos na demonstração de resultados, excepto quando façam parte de relações de cobertura de fluxos de caixa ou investimento líquido em moeda estrangeira, que são diferidas em capital.

As diferenças de conversão em itens não monetários, tais como instrumentos de capital mensurados ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, são registadas como ganhos e perdas de justo valor. Em itens não monetários como sejam instrumentos de capital, classificados como disponíveis para venda, as diferenças de conversão são registadas em capital, na reserva de justo valor.

2.5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data

em que o Grupo negocia os contratos e subsequentemente são remensurados ao justo valor. Os justos valores são obtidos através de preços de mercados cotados em mercado activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções. Os derivados são considerados como activos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rendibilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração de resultados.

O Grupo só possui derivados de negociação, os quais são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas imediatamente em resultados.

2.6 RECONHECIMENTO DE JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Os proveitos e custos relacionados com juros são reconhecidos na demonstração de resultados para todos os instrumentos mensurados ao custo amortizado, de acordo com o princípio dos acréscimos, utilizando o método da taxa efectiva ou pela regra pro rata temporis, consoante sejam demonstrações financeiras consolidadas ou individuais.

O método da taxa de juro efectiva é um método de cálculo do custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e de crescer os proveitos ou custos com juros aos respectivos períodos relevantes. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta, de forma exacta, os recebimentos

ou pagamentos futuros estimados, ao longo da vida útil esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período menor para o valor líquido de balanço do activo ou passivo financeiro. Quando calcula a taxa efectiva, o Grupo estima os fluxos de caixa, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo tendo em conta cláusulas de reembolso antecipado), ignorando perdas de crédito futuras. Este cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas por ambas as partes envolvidas nos contratos, que sejam uma parte integral do método de taxa efectiva e ainda custos de transacção e outros prémios ou descontos.

Quando for identificada imparidade num activo ou num conjunto de activos financeiros, os juros recebidos desse activo, ou conjunto de activos, devem ser reconhecidos usando a taxa de juro utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, aquando da mensuração da perda de imparidade.

2.7 PROVEITOS COM COMISSÕES

As comissões são geralmente reconhecidas de acordo com o princípio dos acréscimos, à medida que os serviços vão sendo prestados. As comissões das linhas de crédito concedidas, em que é provável que o crédito seja originado, são diferidas (conjuntamente com quaisquer custos directamente relacionados) e reconhecidas como um ajustamento à taxa de juro efectiva. As comissões resultantes de negociações, ou participações na negociação de uma transacção por uma terceira parte - tais como a compra de acções ou venda ou compra de um negócio - são reconhecidas quando a transacção subjacente se encontra finalizada. As comissões de gestão de carteiras e outros aconselhamentos de gestão são reconhecidas de acordo com os serviços contratados - normalmente são reconhecidas numa base proporcional de acordo com o tempo decorrido. As comissões de gestão de activos relacionados com os fundos e investimento são especializados durante o período em que o serviço é prestado.

2.8 ACTIVOS FINANCEIROS

O Grupo classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, créditos e contas a receber e activos financeiros disponíveis para venda. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

a) Activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados

Esta categoria está subdividida em duas subcategorias: activos financeiros detidos para negociação e activos financeiros designados na opção de justo valor. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão. Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

A avaliação destes activos é efectuada diariamente ou em cada data de reporte, com base no justo valor. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados.

b) Créditos e contas a receber

O crédito e valores a receber abrangem os créditos concedidos pelo Banco a Clientes e a Instituições de Crédito, operações de locação financeira, operações de factoring, participações em empréstimos sindicados e créditos titulados (papel comercial e obrigações emitidas por Empresas) que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não haja intenção de venda.

Os empréstimos e créditos titulados transaccionados num mercado activo são classificados como activos financeiros disponíveis para venda.

No momento inicial os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Posteriormente, os empréstimos e contas a receber são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros, decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Nos créditos em contencioso são consideradas vencidas todas as prestações de capital (vincendas e vencidas).

O Banco procede ao abate de créditos ao activo (write-offs) das operações que considera irrecuperáveis e cujas provisões (de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), estabelecidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal) e imparidades estejam constituídas pelo valor total do crédito no mês anterior ao do abate.

Factoring

O crédito a clientes inclui os adiantamentos efectuados nas operações de *factoring* com recurso e o valor das facturas cedidas para cobrança sem recurso, cuja intenção não é a venda no curto prazo, sendo registado na data de aceitação das facturas cedidas pelos Aderentes.

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes para cobrança sem recurso, bem como a parte adiantada das facturas tomadas com

recurso, são registadas no activo, na rubrica de Créditos sobre clientes. Como contrapartida, é movimentada a rubrica de Outros passivos.

As tomadas de facturas com recurso em que o adiantamento de fundos por conta dos respectivos contratos ainda não se verificou, são registadas nas contas extrapatrimoniais pelo valor das facturas tomadas. A conta extrapatrimonial vai sendo regularizada à medida que o adiantamento das facturas for realizado.

Os compromissos resultantes de linhas de créditos concedidas a Aderentes e ainda não utilizadas são registados nas contas extrapatrimoniais.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Banco, nas contas consolidadas, não desreconhece do activo os créditos vendidos na operação de titularização, dado que:

- Mantém o controlo sobre as operações;
- Continua a receber parte substancial da sua remuneração;
- Mantém parte substancial do risco sobre os créditos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Os fundos recebidos pela operação de titularização são registados, na data de liquidação, na rubrica de "ganhos em investimentos em filiais". Os juros e comissões associadas a este passivo são periodificadas com base na remuneração cedida pelo Banco e de acordo com o período correspondente à vida média da operação de titularização à data do seu lançamento.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões

ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações. Estas operações são sujeitas a testes de imparidade.

d) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem carteira de crédito;
- Títulos de rendimento variável disponíveis para venda; e
- Suprimentos e prestações suplementares de capital em activos financeiros disponíveis para venda.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado ou estimado, que permanecem registados ao custo.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica "Reservas de reavaliação de justo valor", excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, até que o activo seja vendido, no momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto), são registados em resultados, de acordo com o método da taxa efectiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso de acções) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidades relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas. No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

As variações cambiais de activos não monetários (instrumentos de capital próprio) classificados na carteira de disponíveis para venda são registadas em reservas de justo valor. As variações cambiais dos restantes títulos são registadas em resultados.

2.9 IMPARIDADE DE ACTIVOS FINANCEIROS

a) Activos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia, a cada data de balanço, se existe evidência objectiva de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros. Um activo ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade e as perdas de imparidade já foram incorridas, se e só se, existir evidência objectiva de imparidade em resultado de um ou mais eventos ocorridos após a mensuração inicial do activo, e esse evento (ou eventos) tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo ou grupo de activos financeiros e estes podem ser estimados com fiabilidade. Evidência objectiva que um activo ou grupo de activos financeiros se encontra em imparidade, inclui dados observáveis de que o Grupo tenha conhecimento, sobre os seguintes eventos de perda:

- (i) dificuldades financeiras significativas do emitente;
- (ii) incumprimento do contrato, como por exemplo atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- (iii) facilidades concedidas ao devedor decorrentes das suas dificuldades financeiras, que não existiriam noutras circunstâncias;
- (iv) probabilidade elevada de falência ou de reorganização financeira do devedor;
- (v) desaparecimento de mercado activo para um activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- (vi) informação indicativa de que ocorrerá uma diminuição mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de um conjunto de activos financeiros desde o seu reconhecimento inicial, embora essa diminuição não seja ainda identificável individualmente nos activos do grupo, incluindo:
 - alterações adversas nas condições e/ou capacidade de pagamentos do grupo;
 - as condições económicas nacionais ou locais correlacionáveis com o incumprimento de activos de um grupo.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe evidência objectiva de imparidade, para activos financeiros que individualmente sejam significativos, e individualmente ou em grupo para activos financeiros que não são individualmente significativos. Se o Grupo determinar que não existe evidência objectiva de imparidade para um activo financeiro analisado individualmente, seja este significativo ou não, inclui esse activo num grupo de activos financeiros com risco de crédito similar e analisa em grupo a existência de imparidade.

Se existir evidência objectiva de que o Grupo incorreu numa perda de imparidade em créditos e contas a receber, ou investimentos detidos até à maturidade, o montante das perdas é determinado através da

diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras que ainda não tenham sido incorridas), descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. O valor de balanço do activo é reduzido através da utilização de uma conta de provisões e o montante da perda é reconhecido na demonstração de resultados. O Grupo pode ainda determinar as perdas de imparidade, através do justo valor dos instrumentos, recorrendo a preços de mercado observáveis.

Para a análise de existência de imparidade em grupos de activos, os activos financeiros são agrupados tendo por base características de risco de crédito similares (i.e., tendo por base o processo de classificação do Grupo que considera o tipo de activos, localização geográfica, tipo de garantia recebida, incumprimento e outros factores considerados relevantes). Essas características são relevantes para os fluxos de caixa futuros para grupos de activos serem estimados, uma vez que são indicativos da capacidade do devedor fazer face aos montantes a pagar, de acordo com os termos contratuais dos activos a serem avaliados.

Os fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros, avaliados em conjunto para efeitos de imparidade, são estimados tendo por base os fluxos de caixa contratuais dos activos do grupo e dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Os dados históricos são ajustados tendo por base dados correntes observáveis, a fim destes reflectirem os efeitos das condições correntes que não afectaram o período em que os dados históricos foram recolhidos e para remover os efeitos de condições que existiam quando os dados históricos foram recolhidos, mas que não existem correntemente.

Se, num período subsequente, o montante das perdas de imparidade diminuir e essa diminuição possa

ser atribuída a um evento que tenha ocorrido depois de ter sido registada a imparidade (como por exemplo uma melhoria no rating de crédito do devedor), o montante previamente reconhecido é revertido através do ajustamento da conta de provisões. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

b) Activos mensurados ao justo valor

O Grupo avalia, a cada data de balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos está em imparidade. No caso dos investimentos em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, um declínio no justo valor, abaixo do seu custo de aquisição, significativo ou prolongado, é tido em consideração para determinar se os mesmos se encontram em imparidade. Se existir evidência de imparidade em activos classificados como disponíveis para venda, as perdas acumuladas - determinadas através da diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, menos qualquer perda de imparidade nesse activo financeiro, que tenha sido reconhecida anteriormente em resultados - é transferida de capitais para a demonstração de resultados.

Perdas de imparidade em instrumentos de capital próprio, que tenham sido reconhecidas na demonstração de resultados, não são reversíveis. Se, num período posterior, o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar e esse acréscimo estiver objectivamente relacionado com um evento ocorrido depois da perda de imparidade ter sido reconhecida em resultados, a perda de imparidade é revertida através do seu registo na demonstração de resultados.

2.10 ACTIVOS INTANGÍVEIS

a) Goodwill

O goodwill representa o excesso do custo de uma aquisição acima do justo valor da participação adquirida pelo Grupo nos activos líquidos da subsidiária, à data de aquisição. O

goodwill na aquisição de subsidiárias é registado no balanço como um activo intangível. O goodwill é mensurado ao custo menos perdas de imparidade, sendo os testes de imparidade efectuados anualmente. Os ganhos e perdas na venda de uma entidade incluem os valores de balanço do goodwill relativo à entidade vendida.

b) Software informático

As licenças de software adquiridas são capitalizadas de acordo com os custos incorridos para a sua aquisição e para a sua entrada em funcionamento. Estes custos são amortizados segundo a vida útil esperada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de software são reconhecidos como custos do exercício quando incorridos. Os custos directamente associados à produção de produtos de software únicos e identificáveis, controlados pelo Grupo e que provavelmente irão gerar benefícios económicos futuros, por mais de um ano e que excedem os custos, são reconhecidos como activos intangíveis.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecidos como activos são amortizados durante a sua vida útil, utilizando o método das quotas constantes.

2.11 ACTIVOS TANGÍVEIS

Os imóveis são compostos essencialmente por escritórios e balcões do Grupo. Todos os activos tangíveis são mensurados ao custo histórico menos amortizações. O custo histórico inclui despesas directamente atribuíveis à aquisição dos activos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor de balanço do activo ou reconhecidos como outro activo, apenas se for provável que associado à detenção desse activo, o Grupo tenha benefícios económicos futuros e ainda que o custo do activo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os restantes custos associados a operações de manutenção e reparação são imputados à demonstração de resultados, no período em que são incorridos.

Os terrenos não são amortizados. A amortização dos restantes activos tangíveis é calculada seguindo o método das quotas constantes, durante a sua

vida útil estimada, de modo a reduzir o seu custo até ao seu valor residual, como segue:

	Anos de vida útil
Edifícios de uso próprio	50
Obras em edifícios arrendados	10, ou durante o período de arrendamento se este for inferior a 10 anos
Mobiliário e material	5 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Equipamento de transporte	4
Outro equipamento	4 a 10

Os activos tangíveis sujeitos a amortização são submetidos a testes de imparidade sempre que eventos ou alterações em certas circunstâncias indiquem que o seu valor de balanço poderá não ser recuperável. O valor de balanço de um activo é imediatamente ajustado para o seu valor recuperável, se o seu valor de balanço for superior ao valor estimado de recuperação. O montante recuperável é o maior justo valor do activo, menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Os ganhos e perdas resultantes de alienações resultam da comparação do valor de realização e o valor de balanço. Estes ganhos e perdas são registados na demonstração de resultados.

2.12 ACTIVOS TANGÍVEIS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os activos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação em cumprimento de operações de crédito são registados na rubrica "Activos tangíveis detidos para venda" pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação.

Estes imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados (ver Nota 23).

As mais-valias potenciais em activos não correntes detidos para venda não são reconhecidas no balanço.

2.13 LOCAÇÕES

a) Como locatário

As locações efectuadas pelo Grupo são essencialmente realizadas sobre equipamentos de transporte, sendo que existem contratos classificados como locações financeiras e outros como locações operacionais.

Os pagamentos efectuados nas locações operacionais são registados na demonstração de resultados.

Quando uma locação operacional é cessada antes que o período de locação tenha expirado, qualquer pagamento requerido pelo locador, a título de indemnização, é reconhecido como um custo no período em que a operação seja cessada.

Os contratos de locação financeira são registados nas datas do seu início, na respectiva rubrica de activos tangíveis ou intangíveis, por contrapartida da rubrica de Outros passivos, pelo mínimo entre (i) o justo valor do activo e (ii) valor actual dos pagamentos mínimos da locação financeira. Os custos incrementais pagos na locação são adicionados ao activo reconhecido. Os activos tangíveis são amortizados de acordo com o definido na Nota 2.11. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em custos e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzido à rubrica Outros passivos. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanes-

cente do passivo para cada período. No entanto, se não houver certeza razoável de que o Grupo obterá a posse no fim do prazo da locação, o activo deve ser totalmente depreciado durante o prazo da locação ou da sua vida útil, o que for mais curto.

b) Como locador

Os activos detidos sob locação financeira são registados como créditos concedidos, pelo valor actual dos pagamentos a efectuar na locação. A diferença entre o valor bruto a receber e o valor actual do saldo a receber é reconhecido como um proveito financeiro a receber.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em proveitos, enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.14 PROVISÕES

Provisões para outros riscos e encargos

As provisões para custos de reestruturação e processos legais são reconhecidas sempre que: o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva resultante de acontecimentos passados; sempre que for mais provável existir uma saída de recursos (do que não existir essa saída de recursos), para liquidar uma obrigação; e o montante possa ser estimado com fiabilidade.

Provisões para riscos específicos e gerais de crédito

Nas demonstrações financeiras individuais, a carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, nomeadamente para:

- crédito vencido e crédito de cobrança duvidosa;
- riscos gerais de crédito; e
- risco-país.

Estas provisões incluem:

- (i) uma provisão específica para crédito e juros vencidos apresentada no activo como dedução à rubrica Créditos sobre clientes, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 0,5% e 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos, em função da classe de risco e da existência ou não de garantias (ver Nota 18);
- (ii) uma provisão específica para créditos de cobrança duvidosa, apresentada no activo a deduzir à rubrica Créditos sobre clientes, que corresponde à aplicação das taxas previstas para as classes de incumprimento, às prestações reclassificadas como vencidas de uma mesma operação de crédito, assim como a aplicação, aos créditos vincendos de um mesmo cliente em que se verifica que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos, de metade das taxas de provisionamento aplicáveis aos créditos vencidos (ver Nota 18);
- (iii) uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, evidenciada no passivo, na rubrica provisões para riscos e encargos, correspondente a um mínimo de 1% do total do crédito não vencido pelo Banco, incluindo o representado por garantias e avales prestados, excepto para o crédito ao consumo em que a taxa de provisão ascende a um mínimo de 1,5% do referido crédito e para o crédito garantido por hipoteca sobre imóvel destinado à habitação do mutuário, em que se aplica a taxa mínima de 0,5% (ver Nota 27).
- (iv) uma provisão para risco-país, constituída para fazer face ao risco imputado aos activos financeiro e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco, conforme instrução do Banco de Portugal nº 94/96 (ver Notas 18 e 23).

2.15 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo constituiu um Fundo de Pensões destinado a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência, relativamente à totalidade do pessoal, calculadas em função dos salários projectados do pessoal no activo. O fundo de pensões é suportado através de contribuições efectuadas, com base nos montantes determinados por cálculos actuariais periódicos. Um plano de pensões de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de benefícios com pensões que um empregado irá receber quando se reformar, estando normalmente dependente de um ou mais factores, nomeadamente, idade, anos de serviço e compensações.

O Banco determina anualmente o valor das responsabilidades com serviços passados através de cálculos actuariais pelo método "Unit Credit Projectado" para as responsabilidades com serviços passados por velhice e pelo método de "Prémios Únicos Sucessivos" para o cálculo dos benefícios de invalidez e sobrevivência. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os pressupostos são mutuamente compatíveis. O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com subsídio de morte na reforma.

O Banco reconhece o valor acumulado líquido (após 1 de Janeiro de 2004) dos ganhos e perdas actuariais resultantes de alterações nos pres-

supostos actuariais e financeiros e de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, na rubrica "Outros activos ou Outros passivos - Desvios actuariais".

São enquadráveis no corredor, os ganhos ou perdas actuariais acumuladas que não excedam 10% do valor das responsabilidades com serviços passados ou 10% do valor do fundo de pensões, dos dois o maior. Os valores que excedam o corredor são amortizados em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrentes da passagem de trabalhadores à situação de reforma antecipada são integralmente reconhecidos como custo nos resultados do exercício em que se verificam.

Os acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrentes de alterações das condições dos Planos de Pensões são integralmente reconhecidos como custo no caso de benefícios adquiridos, ou amortizados durante o período que decorre até os benefícios se tornarem adquiridos. O saldo dos acréscimos de responsabilidades ainda não relevados como custo está registado na rubrica de "Outros activos".

A cobertura das responsabilidades com serviços passados (benefícios pós-emprego) é assegurada por fundos de pensões. O valor dos fundos de pensões corresponde ao justo valor dos seus activos à data do balanço.

O regime de financiamento pelo fundo de pensões está definido no Aviso nº 4/2005, do Banco de Portugal, que determina:

- a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo;

- o estabelecimento de um período transitório para o financiamento do acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 em 31 de Dezembro de 2004. Este acréscimo de responsabilidades pode ser financiado através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes, até 31 de Dezembro de 2009, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade, para as quais o plano de financiamento poderá ir até 31 de Dezembro de 2011.

Nas demonstrações financeiras do Grupo, o valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma, líquido do valor do fundo de pensões, está registado na rubrica "Outros passivos".

Os resultados consolidados do Grupo incluem os seguintes custos relativos a pensões de reforma e sobrevivência:

- custo do serviço corrente;
- custo dos juros da totalidade das responsabilidades;
- rendimento esperado dos fundos de pensões;
- custos com acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas;
- amortização de desvios actuariais ou de alterações de pressupostos fora do corredor;
- custos (ou amortização) resultantes da alteração das condições do Plano de Pensões.

Na data da transição, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pela IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção designada por *reset*). Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos, registados nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003, foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados na data da transição - 1 de Janeiro de 2004.

b) Prémios de antiguidade

O Banco, ao aderir ao Acordo

Colectivo de Trabalho para o Sector Bancário Português, assume o compromisso de atribuir aos trabalhadores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva no ano da atribuição.

O Banco determina anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método "Unit Credit Projectado". Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os pressupostos são mutuamente compatíveis.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica "Outros passivos".

Os resultados do Banco incluem os seguintes custos relativos a responsabilidades por prémios de antiguidade:

- custo do serviço corrente (custo do ano);
- custo dos juros;
- ganhos e perdas resultantes de desvios actuariais, de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

2.16 IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos são registados utilizando o método da dívida de balanço, baseado nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para preparação de demonstrações financeiras e os montantes apurados para tributação. Os impostos diferidos são calculados utilizando a taxa efectiva de imposto sobre os lucros apurada à data de balanço e que é expectável que venha a ser aplicada quando os

referidos impostos diferidos activos sejam realizados ou impostos diferidos passivos sejam liquidados.

São reconhecidos impostos diferidos activos, se for provável que no futuro existam impostos sobre lucros suficientes para que possam ser utilizados.

Os impostos sobre os lucros, baseados na aplicação das taxas legais em cada jurisdição, são reconhecidos como custo no período em que os lucros sejam originados. Os efeitos fiscais dos prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos como um activo quando é provável que os futuros lucros tributáveis sejam suficientes para que os prejuízos fiscais reportáveis sejam utilizados.

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação do justo valor de um investimento disponível para venda, que é debitado ou creditado directamente em capital próprio, também são creditados ou debitados directamente em capital próprio e subsequentemente são reconhecidos na demonstração de resultados juntamente com os ganhos ou perdas diferidos.

2.17 PASSIVOS FINANCEIROS

O Grupo classifica os seus passivos financeiros nas seguintes categorias: passivos financeiros detidos para negociação; recursos de outras instituições de crédito; recurso de clientes e responsabilidades representadas por títulos. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

a) Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui essencialmente depósitos com rendimento indexado a cabazes de acções ou índices. A avaliação destes passivos é efectuada com base no justo valor. O valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não pagos.

b) Recursos de outras instituições de crédito e de clientes

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de clientes e de instituições de crédito

são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

c) Responsabilidades representadas por títulos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo este o seu montante de emissão líquido de custos de transacção incorridos. Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e qualquer diferença entre o montante líquido recebido na transacção e o valor de reembolso é reconhecido na demonstração de resultados durante o período do empréstimo utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Se o Grupo adquirir a sua própria dívida, esse montante é retirado ao valor do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o montante dispendido na aquisição é registado em resultados.

2.18 CONTRATOS DE SEGURO

Sempre que um contrato efectuado inclua um risco de seguro significativo, aceitando compensar o beneficiário no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado, é classificado como contrato de seguro. Todos os contratos emitidos foram registados como contratos de seguro.

Os activos financeiros detidos para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do grupo.

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como segue:

- i) a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade restante nessa data; e
- ii) pela provisão de cerca de 1% do valor dos custos com sinistros do exercício, exceptuando vencimentos e resgates, de forma a fazer face a responsabilidades com sinistros declarados após o fecho do exercício.

Provisão para riscos e encargos

A provisão para riscos e encargos corresponde ao montante estimado para cobrir responsabilidades associadas a riscos de natureza específica e provável a suportar após o termo do exercício.

Provisão Matemática do ramo Vida e Provisão para participação nos resultados

A provisão matemática para o ramo vida tem como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras relativamente às apólices emitidas e é calculada mediante tabelas e fórmulas actuariais enquadradas no normativo do Instituto de Seguros de Portugal. As provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro registam o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices emitidas da correspondente natureza, o qual corresponde ao montante relevado na rubrica do activo, investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

A provisão para participação nos resultados tem como objectivo registar a especialização da Participação

nos Resultados adquirida mas não distribuída.

Ajustamento para recibos por cobrar

O ajustamento provisão para recibos por cobrar tem por objectivo ajustar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização.

O cálculo deste ajustamento é efectuado com base na probabilidade de cobrança de recibos de prémios por cobrar dos produtos de risco no final do exercício, enquadrado nos critérios estabelecidos pelo normativo do Instituto de Seguros Portugal.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO**3.1 ESTRATÉGIA USADA EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Face à actividade que desenvolve, o Banco capta recursos essencialmente através de depósitos de clientes e de operações de mercado monetário indexadas à taxa Euribor.

Para além da actividade de concessão de crédito, o Banco aplica ainda os recursos captados em investimentos financeiros, em particular, num conjunto de instrumentos que compõem a actual carteira de títulos do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2006, a carteira de títulos do Banco era composta essencialmente por obrigações de taxa variável e taxa fixa e por cédulas hipotecárias. Para fazer face ao risco de taxa de juro, o Banco efectuou operações de *swap* de taxa de juro e operações de mercado monetário, procurando assim controlar a variabilidade dos fluxos gerados por estes activos.

a) Cobertura do justo valor

Como referido anteriormente, o Banco cobre parte do seu risco de taxa de juro, resultante de qualquer potencial decréscimo no justo valor de activos de taxa de juro fixa, usando *swaps* de taxa de juro. O justo valor destes *swaps* a 31 de Dezembro de 2006 era de -204 milhares de euros.

b) Cobertura de cash flow

O Banco possui algum risco de *cash-flow* no que se refere a posições em aberto em moeda estrangeira. No entanto, face à escassa materialidade da posição global normalmente existente (€ 114.926 em 31 de Dezembro de 2006), não são efectuadas quaisquer operações de cobertura da mesma.

3.2 JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração do Banco considera que à data de 31.12.2006, o justo valor dos activos e passivos financeiros ao custo amortizado não difere significativamente do correspondente valor de balanço.

Em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo não tem instrumentos financeiros mensurados ao justo valor utilizando uma técnica de valorização não suportada por preços ou taxas observáveis no mercado.

3.3 RISCO DE CRÉDITO

O Grupo assume exposições de risco de crédito, que é o risco de uma contraparte não ser capaz de pagar a totalidade dos montantes quando devidos. O Grupo estrutura os níveis de risco de crédito que assume através de limites estabelecidos de montantes de risco aceitável em relação ao mutuário ou grupo de mutuários e a segmentos geográficos e industriais.

A exposição ao risco de crédito é gerida através de uma análise regular da capacidade de mutuários e potenciais mutuários de satisfazer obrigações de pagamento de capital e juros, e por alterar estes limites de empréstimos quando apropriado. Exposições a risco de crédito são também geridas em parte pela obtenção de colaterais e garantias pessoais ou empresariais.

Compromissos relacionados com créditos

O objectivo principal destes instrumentos é assegurar que os fundos estejam disponíveis para o cliente, quando requerido. Garantias e cartas de crédito "stand-by", que repre-

sentam garantias irrevogáveis que o Grupo irá efectuar pagamentos no caso do cliente não poder satisfazer as suas obrigações a entidades terceiras, assumem o mesmo risco de crédito que os empréstimos. Créditos documentários, que são operações em que o Banco desempenha o papel de intermediário entre o comprador e o vendedor e paga o valor das mercadorias contra a entrega dos documentos de embarque, até um montante estipulado sobre determinados termos e condições, são colateralizados pelas remessas subjacentes de mercadorias, assumindo menos risco do que um empréstimo directo.

3.4 SEGMENTAÇÃO GEOGRÁFICA DE ACTIVOS, PASSIVOS E EXTRAPATRIMONIAIS

O Grupo opera na sua quase totalidade no mercado nacional, não sendo relevante a apresentação por segmento geográfico, visto que não existe uma componente identificável dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos ou benefícios diferenciáveis de outros.

3.5 RISCO DE MERCADO

No seguimento da estratégia do Grupo Banco Popular de concentrar o risco de mercado na casa-mãe, a carteira de títulos do Banco Popular Portugal, no montante de 202 Milhões de euros, é composta em 44% por papel comercial, que não se encontra cotado em bolsa, e em cerca de 29% por participações financeiras de empresas, também não cotadas em bolsa.

Assim, apenas 27% da carteira se encontra investida em valores mobiliários mais expostos a variação de preços, sendo que 16% se referem a obrigações de longo prazo, essencialmente para servir de apoio a operações de tesouraria, e que têm cobertura de mercado através de *swaps* de taxa de juro.

Do remanescente, cerca de 5% refere-se a unidades de participação em fundos de investimento, geridos pela Gerfundos e Predifundos, cujo risco de mercado se considera financeiramente imaterial.

3.6 RISCO CAMBIAL

O contravalor, em milhares de euros, dos elementos à vista do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira decompõe-se como segue:

31 de Dezembro de 2006	Individual				Consolidado			
	USD	GBP	CHF	Outros	USD	GBP	CHF	Outros
Activos								
Caixa	261	68	136	71	261	68	135	71
Disponib. em O.I.C.'s	4.301	936	138	112	4.301	936	138	112
Outros activos financ. ao justo valor	-	-	-	-	3.266	45	-	2
Activos financ. disponiveis p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	60
Aplicações em instit. de crédito	23.895	2.026	-	439	23.895	2.026	-	439
Crédito a clientes	14.085	-	898	27	14.087	102	899	68
Outros activos	5.324	7	11	95	5.324	8	11	95
	47.866	3.037	1.183	744	51.134	3.185	1.183	847
Passivos								
Recursos de O.I.C.'s	52.966	-	965	751	52.966	-	965	751
Recursos de clientes	26.544	2.907	45	504	26.544	2.907	45	504
Outros passivos	4.994	133	13	106	4.996	236	13	147
	84.504	3.040	1.023	1.361	84.506	3.143	1.023	1.402
Posições de balanço líquidas	-36.638	-3	160	-617	-33.372	42	160	-555
31 de Dezembro de 2005								
Total de activos	35.343	2.631	1.706	1.557	35.397	2.631	1.706	1.557
Total de passivos	93.897	2.566	1.637	1.111	69.196	2.566	1.637	1.111
Posições de balanço líquidas	-58.554	65	69	446	-33.799	65	69	446

Esta posição encontra-se essencialmente coberta por operações cam-

biais a prazo expressas na sua quase totalidade em dólares americanos.

3.7 RISCO DE CASH FLOW E TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido por um modelo de *repricing gap* sobre os activos e passivos susceptíveis a variações de taxa de juro. De um modo sucinto, este modelo agrupa os activos e passivos sensíveis a variações em intervalos de tempo fixos (datas de

vencimento ou de primeira revisão de taxa de juro, quando a mesma está indexada), a partir dos quais se calcula um impacto potencial sobre a margem de intermediação.

No Quadro seguinte apresenta-se o balanço consolidado da Actividade Bancária do Grupo, em 31 de Dezembro de 2006, agrupado por prazos e respectivos *gaps*:

GAP DE VENCIMENTOS E REAPRECIAÇÕES DO BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Insensível	Total
Mercado Monetário						
Caixa e saldos em bancos centrais	64.059	-	-	-	29.954	94.013
Disponib. e aplicações em I.C.'s	836.486	14.609	2.718	-	-	853.813
Crédito	1.781.284	1.782.664	1.819.287	17.654	365.045	5.765.934
Mercado de Capitais						
Títulos disponíveis para venda	20.356	29.418	-	-	9.107	58.881
Participações financeiras	-	-	-	-	18.207	18.207
Outros activos	-	-	-	-	283.154	283.154
Total do Activo	2.702.185	1.826.691	1.822.005	17.654	705.467	7.074.002
Mercado Monetário						
Recursos de I.C.'s	1.361.040	1.346.651	412.982	-	40.000	3.160.673
Depósitos	1.384.754	672.444	410.087	342.658	251.687	3.061.630
Mercado de Capitais						
Obrig. de Caixa e Passivos Subord.	12.781	257.533	13.162	-	13.062	296.538
Outros passivos e Situação Líquida	-	-	-	-	555.161	555.161
Total do Passivo	2.758.575	2.276.628	836.231	342.658	859.910	7.074.002
Gap	-56.390	-449.937	985.774	-325.004	-154.443	
Gap Acumulado	-56.390	-506.327	479.447	154.443		
Gap de vencimentos e reapreciações em 31 de Dezembro de 2005						
Gap	135	-160.434	764.780	-558.336	-46.145	
Gap Acumulado	135	-160.299	604.481	46.145		

3.8 RISCO DE LIQUIDEZ

Este conceito pressupõe a possibilidade de uma instituição de crédito dispor de fundos líquidos para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento.

No que diz respeito à análise ao risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Portugal, o Banco ainda recorre ao conceito de *Gap* de liquidez, ou

seja, a partir do balanço do Banco, em 31.12.2006, conjugando-o com os vencimentos das operações activas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações.

Os Quadros seguintes apresentam o balanço individual e consolidado, no final do mês de Dezembro de 2006, com as principais classes agrupadas por prazos de vencimento.

GAP DE LIQUIDEZ DO BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Caixa e saldos em bancos centrais	64.058	-	-	-	-	29.953	94.011
Disponibilidades em outras I.C.'s	130.487	-	-	-	-	-	130.487
Activos financeiros detidos p/ negociação	268	14	33	-	-	10.665	10.980
Outros activos fin. ao justo valor	-	-	1.063	-	31.301	-	32.364
Activos financeiros disponíveis para venda	193	-	1.781	-	9.822	3.373	15.169
Aplicações em I.C.'s	591.492	124.609	2.718	-	1.000	1.315	721.134
Crédito a clientes	271.550	692.787	1.212.459	1.681.785	1.611.342	105.941	5.575.864
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-	-	-	56.093	56.093
Outros activos	3.158	18.753	18.641	-	-	35.013	75.565
Total do Activo	1.061.206	836.163	1.236.695	1.681.785	1.653.465	242.353	6.711.667
Passivos financeiros detidos p/ negociação	9.729	1.004	9.627	36.237	-	681	57.278
Recursos de outras I.C.'s	533.876	331.522	607.115	1.540.000	40.000	30.086	3.082.599
Recursos de clientes	1.946.191	706.935	371.779	28.969	335	12.007	3.066.216
Responsabilidades represent. por títulos	5.475	1.081	1.826	13.025	-	137	21.544
Passivos Subordinados	-	-	-	-	130.000	950	130.950
Outros passivos	14.593	2.801	11.084	-	-	15.457	43.935
Reservas de reavaliação	-	-	-	-	-131	4.448	4.317
Total do Passivo	2.509.864	1.043.343	1.001.431	1.618.231	170.204	63.766	6.406.839
Gap	-1.448.658	-207.180	235.264	63.554	1.483.261	178.587	304.828
Gap Acumulado	-1.448.658	-1.655.838	-1.420.574	-1.357.020	126.241	304.828	

Gap de liquidez a 31 de Dezembro de 2005

Gap	-1.040.809	-264.990	242.498	255.796	914.047	147.302	253.844
Gap Acumulado	-1.040.809	-1.305.799	-1.063.301	-807.505	106.542	253.844	

GAP DE LIQUIDEZ DO BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Caixa e saldos em bancos centrais	64.058	-	-	-	-	29.956	94.014
Disponibilidades em outras I.C.'s	140.347	-	-	-	-	-	140.347
Activos financeiros detidos p/ negociação	268	54	33	5.428	-	32.345	38.128
Outros activos fin. ao justo valor	857	522	16.525	94.980	113.240	121.879	348.003
Activos financeiros disponíveis para venda	392	649	7.209	48.816	51.851	33.339	142.256
Aplicações em I.C.'s	595.315	124.609	2.718	-	1.000	1.315	724.957
Crédito a clientes	298.243	767.938	1.219.495	1.685.358	1.744.559	126.335	5.841.928
Outros activos	3.988	18.753	19.372	-	-	34.314	76.427
Total do Activo	1.103.468	912.525	1.265.352	1.834.582	1.910.650	379.483	7.406.060
Passivos financeiros detidos p/ negociação	9.728	1.004	9.627	36.237	-	681	57.277
Recursos de outras I.C.'s	592.689	350.589	607.115	1 540.000	40.000	30.281	3 160.674
Recursos de clientes	1.888.242	704.435	370.778	28.969	335	12.019	3 004.778
Responsabilidades represent. por títulos	5.475	1.081	1.826	13.025	-	137	21.544
Passivos subordinados	-	-	-	-	268.930	1.384	270.314
Outros passivos	15.850	2.801	13.105	-	-	38.540	70.296
Reservas de reavaliação	-	-	-	-	-131	8.282	8.151
Total do Passivo	2.511.984	1.059.910	1.002.451	1.618.231	309.134	91.324	6 593.034
Gap	-1.408.516	-147.385	262.901	216.351	1.601.516	288.159	813.026
Gap Acumulado	-1.408.516	-1.555.901	-1.293.000	-1.076.649	524.867	813.026	

Gap de liquidez a 31 de Dezembro de 2005

Gap	-993.691	-263.724	245.633	348.294	1.012.660	191.557	540.729
Gap Acumulado	-993.691	-1.257.415	-1.011.782	-663.488	349.172	540.729	

3.9 ACTIVIDADES FIDUCIÁRIAS

O Grupo fornece custódias, garantias, serviços de administração empresarial, gestão de investimentos e serviços de aconselhamento a terceiras partes. Estas actividades exigem a alocação de activos e transacções de compra e venda em relação a uma vasta gama de instrumentos financeiros. Esses activos, que são mantidos em capacidade fiduciária, não são incluídos nestas demonstrações financeiras. À data de 31 de Dezembro, o Grupo mantinha custódia de contas de investimento no montante de 4.321.264 milhares de euros (2005: 2.409.797 mil €) e activos financeiros administrados, estimados em 442.150 milhares de euros (2005: 364.927 mil €).

4. ESTIMATIVAS E ASSUMPÇÕES NA APLICAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O Grupo efectua estimativas e assumpções que têm impacto nos valores reportados de activos e passivos durante o próximo exercício financeiro. Estas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e concebidos com base em dados históricos e outros factores, como expectativas de eventos futuros.

a) Perdas de imparidade em empréstimos

O Grupo analisa, numa base mensal, a sua carteira de crédito para avaliar eventuais perdas de imparidade. Na determinação do registo, ou não, de perdas de imparidade em resultados, o Grupo analisa

dados observáveis que indiquem um decréscimo mensurável nos futuros cash flows estimados da carteira de empréstimos, individualmente para casos específicos dessa carteira. A análise pode indicar, por exemplo, um evento adverso na capacidade do cliente cumprir o pagamento do empréstimo, ou deterioração das condições e indicadores macroeconómicos correlacionados. A gestão usa estimativas baseadas em dados históricos de activos com riscos de crédito semelhantes e possíveis perdas de imparidade nesses mesmos activos. A metodologia e as suposições utilizadas nestas estimativas são revistas regularmente para se reduzir quaisquer diferenças entre perdas estimadas e perdas realizadas.

b) Justo valor de derivados e de activos financeiros não cotados

O justo valor dos derivados e activos financeiros não cotados foi determinado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados.

c) Imparidade de investimentos em capital, disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade em investimentos em capital disponíveis para venda, quando se tenha verificado um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor, abaixo do seu custo. A quantificação necessária das expressões, significativa e prolongado, exigem juízo profissional. Na realização deste juízo, o Grupo avalia, entre outros factores, a volatilidade normal no preço da acção. Em complemento, deve ser considerada imparidade quando se verificarem eventos que evidenciem a deterioração da viabilidade do investimento, a performance da indústria e do sector, alterações tecnológicas e cash flows operacionais e financeiros.

d) Titularizações de créditos e Entidades de finalidade especial

O Grupo patrocinou a formação de

uma sociedade veículo com a intenção de permitir a manutenção dos investimentos de clientes, para a titularização de activos. O Grupo avalia a sua exposição ao risco e retorno, assim como à capacidade de exercer decisões operacionais na SPE em questão. Quando a conclusão acerca do controlo exercido sobre a SPE for de difícil obtenção, a SPE deve ser consolidada.

e) Pensões de reforma e sobrevivência

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários. Estes pressupostos são baseados nas expectativas do Banco para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

f) Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na interpretação da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos reconhecidos.

5. SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Actualmente o Grupo apresenta a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

- Banca Comercial (Negócio de particulares e empresas);
- Área Institucional e de Mercado (Negócio com sectores institucionais, corretagem e tesouraria);
- Área de Seguros (Negócio de seguros de vida).

A decomposição destes segmentos apresenta-se como segue:

	Individual - 2006			Individual - 2005		
	Banca Comercial	Área Institucional e de Mercado	Total	Banca Comercial	Área Institucional e de Mercado	Total
Juros e rendimentos similares	274.660	17.915	292.575	203.389	11.374	214.763
Juros e encargos similares	73.434	84.030	157.464	47.540	52.137	99.677
Rendimentos de serviços e comissões	45.376	8.055	53.431	41.050	3.934	44.984
Encargos com serviços e comissões	2.280	1.549	3.829	726	1.552	2.278
Resultados de Op. Financeiras (Líquido)	-	764	764	-	1.481	1.481
Outros Result. de Exploração (Líquido)	144	1.672	1.816	-65	-83	-148
Provisões / Imparidade (Líquido)	41.882	-	41.882	39.926	-	39.926
Resultado Líquido do Exercício			46.429			27.294
Passivos totais	3.180.594	3.275.537	6.456.131	2.986.804	2.540.186	5 526.990
Activos totais	5.901.056	1.079.122	6.980.178	5.115.468	863.029	5 978.497

	Consolidado - 2006			
	Banca Comercial	Área Institucional e de Mercado	Actividade de Seguros	Total
Juros e rendimentos similares	292.081	17.915	11.386	321.382
Juros e encargos similares	72.816	88.190	11	161.017
Rendimentos de serviços e comissões	32.756	10.792	1.652	45.200
Encargos com serviços e comissões	2.280	1.593	942	4.815
Resultados de Op. Financeiras (Líquido)	-	987	8.433	9.420
Outros Resultados de Exploração (Líquido)	-202	-105	392	85
Outros Result. da Act. Seguradora (Líquido)	-	-	72.647	72.647
Provisões / Imparidade (Líquido)	36.019	-	79.686	115.705
Resultado Líquido do Exercício				55.916
Passivos totais	3.089.033	3.493.556	526.349	7.108.938
Activos totais	6.239.184	987.077	494.007	7.720.268

	Consolidado - 2005			
	Banca Comercial	Área Institucional e de Mercado	Actividade de Seguros	Total
Juros e rendimentos similares	220.129	10.514	5.816	236.459
Juros e encargos similares	52.771	50.167	30	102.968
Rendimentos de serviços e comissões	30.604	4.794	1.616	37.014
Encargos com serviços e comissões	552	114	2.787	3.453
Resultados de Op. Financeiras (Líquido)	-	918	1.360	2.278
Outros Resultados de Exploração (Líquido)	-684	86	114	-484
Outros Resultados da Act. Seguradora (Líquido)	-	-	38.683	38.683
Provisões / Imparidade (Líquido)	-31.572	-	40.126	71.698
Resultado Líquido do Exercício				42.940
Passivos totais	2.924.426	2.676.857	306.720	5.908.003
Activos totais	5.275.140	833.983	312.056	6.421.179

6. MARGEM FINANCEIRA

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
<i>Juros e rendimentos similares de:</i>				
Disponibilidades	2.047	1.243	2.223	1.184
Aplicações em IC'S	13.772	7.819	14.037	7.027
Crédito a clientes	274.624	203.344	291.955	220.095
Outros activos fin. ao justo valor	1.321	1.352	9.601	6.188
Outros activos fin. disp. para venda	766	959	3.513	1.917
Outros	45	46	53	48
	292.575	214.763	321.382	236.459
<i>Juros e encargos similares de:</i>				
Recursos de OIC'S	79.068	49.837	79.080	41.308
Recursos de clientes	73.131	47.153	72.445	52.241
Responsabilidades representadas por títulos	395	369	395	484
Passivos subordinados	4.850	2.300	9.077	8.899
Outros	20	18	20	36
	157.464	99.677	161.017	102.968
Margem Financeira	135.111	115.086	160.365	133.491

7. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
<i>Rendimentos de serviços e comissões</i>				
Comissões e serviços relac. c/ crédito	19.119	17.014	7.806	6.720
Comissões de garantias e avales	4.585	4.160	4.585	4.165
Comissões de meios de cob. e pagamento	18.238	16.289	18.215	16.306
Comissões de gestão de activos	6.668	4.811	9.727	7.077
Comissões de angariação de seguros	1.272	1.103	216	479
Comissões de manutenção de contas	1.747	330	1.747	330
Comissões de processamento	957	829	957	829
Outros	845	448	1.947	1.108
	53.431	44.984	45.200	37.014
<i>Encargos com serviços e comissões</i>				
Comissões de meios de cob. e pagamento	1.948	1.647	1.948	1.681
Comissões de gestão de activos	374	239	418	411
Outros	1.507	392	2.449	1.361
	3.829	2.278	4.815	3.453

8. RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Activos financeiros disponíveis para venda	54	54	54	870
Investimentos em filiais	1.792	-	-	-
	1.846	54	54	870

9. RENDIMENTOS LÍQUIDOS EM OPERAÇÕES DE NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica é analisada como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-690	-59	7.866	721
Activos financeiros detidos para negociação	1.750	-2.928	3.318	-2.218
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-1.664	2.869	4.136	2.939
Passivos financeiros de negociação	-766	0	412	0
Resultados de reavaliação cambial	1.454	875	1.426	914

Os resultados de reavaliação cambial incluem ganhos e perdas com contratos *forward* e *spot*.

10. CUSTOS COM PESSOAL E GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
CUSTOS COM PESSOAL				
Remunerações	33.215	31.631	35.512	33.017
Encargos sociais obrigatórios:				
- Encargos relativos a remunerações	4.874	4.745	5.337	5.026
- Fundo de Pensões	6.435	7.030	6.435	7.030
- Outros encargos sociais obrigatórios	714	525	714	525
Outros custos	804	1.303	865	1.350
	46.042	45.234	48.863	46.948

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS				
<i>Com fornecimentos</i>				
Água, energia e combustíveis	1.322	1.140	1.350	1.151
Material de consumo corrente	1.234	997	1.297	1.015
Outros fornecimentos	586	548	622	564
	3.142	2.685	3.269	2.730
<i>Com serviços</i>				
Rendas e alugueres	3.631	3.298	4.024	3.474
Comunicações	3.355	3.575	3.485	3.661
Deslocações, estadas e representação	1.592	2.253	1.842	2.415
Publicidade e edição de publicações	1.464	1.865	1.639	2.023
Conservação e reparação	3.342	4.286	3.772	4.490
Transportes	1.871	1.562	1.871	1.562
Formação de Pessoal	462	139	503	139
Seguros	406	511	426	521
Serviços especializados	9.264	5.351	9.789	6.078
Outros serviços	665	258	803	258
	26.052	23.098	28.154	24.621
	29.194	25.783	31.423	27.351

11. IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

O cálculo do IRC dos exercícios de 2006 e 2005 foi apurado com base numa taxa nominal de imposto de 25% a que acresce a taxa da derrama de 10%.

O saldo desta rubrica tem a seguinte composição:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Impostos correntes				
Do período	15.757	6.943	18.006	7.910
De períodos anteriores	446	-	446	-
Impostos diferidos	-507	3.986	1.786	4.349
	15.696	10.929	20.238	12.259

	Individual	
	31-12-06	31-12-05
Resultado antes de impostos	60.695	38.223
Impostos calculados à taxa de 27,5%	16.691	10.511
Proveitos não sujeitos a impostos	-6.295	-8.430
Despesas não dedutíveis p/ impostos	5.698	4.722
Tributações autónomas	109	140
Impostos sobre os lucros	16.203	6.943

Informação adicional sobre impostos diferidos activos e passivos é apresentada na Nota 22.

12. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

O saldo desta rubrica analisa-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Caixa	29.953	26.309	29.956	26.310
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	64.058	56.018	64.058	56.018
	94.011	82.327	94.014	82.328

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal, de carácter obrigatório, têm por objectivo satisfazer os requisitos

legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

13. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Disponib. sobre instit. de crédito no país				
Depósitos à ordem	207	215	7.880	891
Cheques a cobrar	56.921	44.195	56.921	44.195
Outras disponibilidades	671	224	671	224
	57.799	44.634	65.472	45.310
Disponib. sobre instit. de crédito no estrang.				
Depósitos à ordem	70.509	31.092	72.696	36.983
Cheques a cobrar	2.179	243	2.179	243
Juros a receber	-	-	-	-
	72.688	31.335	74.875	37.226
	130.487	75.969	140.347	82.536

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País e no estrangeiro foram enviados para cobrança

nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

14. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O Banco utiliza, essencialmente, os seguintes instrumentos derivados:

Forward cambial ou câmbio a prazo representa um contrato realizado entre duas partes para a compra ou venda de uma moeda contra outra, a uma determinada taxa de câmbio estabelecida no momento de realização do contrato (preço *forward*) para uma data futura determinada. A sua finalidade é a de cobertura/gestão do risco cambial, através da eliminação da incerteza quanto ao valor futuro de determinada taxa de câmbio, que através do *forward* é imediatamente fixada.

Swap de taxa de juro em termos conceptuais pode ser perspectivado como um acordo pelo qual duas partes se obrigam a trocar um diferencial de taxas de juro, sobre um montante nocional, durante um determinado período de tempo. Envolve uma única moeda e consiste na troca de *cash flows* fixos por *cash flows* variáveis ou vice-versa. A sua finalidade é a de cobertura/gestão do risco de taxa de juro, relativamente ao rendimento de uma aplicação financeira ou ao custo de um financiamento que uma determinada entidade pretenda realizar num determinado momento futuro.

O justo valor de instrumentos derivados detidos são descritos no seguinte quadro:

Em 31 de Dezembro de 2006:	Individual			Consolidado		
	Valor contrato (Valor nocional)	Justo valor		Valor contrato (Valor nocional)	Justo valor	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
Derivados de negociação						
a) Derivados de moedas estrangeiras						
<i>Forwards</i> cambiais	42.306	316	1.116	42.306	316	1.116
b) Derivados de taxas de juro						
<i>Swaps</i> de taxa de juro	217.401	358	681	354.935	401	681
<i>Swaps</i> cotações	-	-	-	15.104	17.827	-
Opções	9.003	173	-	9.003	172	-
Total derivados negociação (activos/passivos)		847	1.797		18.716	1.797

Em 31 de Dezembro de 2005:	Individual			Consolidado		
	Valor contrato (Valor nocional)	Justo valor		Valor contrato (Valor nocional)	Justo valor	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
Derivados de negociação						
a) Derivados de moedas estrangeiras						
<i>Forwards</i> cambiais	60.045	2.723	22	35.359	2.470	22
b) Derivados de taxas de juro						
<i>Swaps</i> de taxa de juro	203.011	47	2.506	363.094	47	2.671
Total derivados negociação (activos/passivos)		2.770	2.528		2.517	2.693

Em 31 de Dezembro de 2006, o justo valor dos outros activos e passivos

financeiros detidos para negociação são apresentados como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Outros activos financeiros				
Títulos de rendimento fixo				
Títulos de dívida pública portuguesa	-	-	202	205
Outros títulos de dívida nacionais	-	-	1.926	806
Outros títulos de dívida estrangeiros	-	-	3.966	4.202
	0	0	6.094	5.213
Títulos de rendimento variável				
Unidades de participação	10.133	4.320	10.471	8.689
Outros títulos	-	-	2.847	1.566
	10.133	4.320	13.318	10.255
Total	10.133	4.320	19.412	15.468
Outros passivos financeiros para negociação	55.481	0	55.481	0
Total activos financeiros para negociação	10.980	7.090	38.128	17.985
Total passivos financeiros para negociação	57.278	2.528	57.278	2.693

15. ACTIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Títulos de rendimento fixo				
Títulos de dívida pública portuguesa	7.326	6.618	10.240	7.928
Outros títulos de dívida nacionais	-	-	31.474	18.406
Títulos de dívida pública estrangeira	-	-	20.384	19.986
Outros títulos de dívida estrangeiros	25.038	26.348	162.980	162.376
	32.364	32.966	225.078	208.696
Títulos de rendimento variável				
Unidades de participação	-	-	110.810	70.709
Outros títulos	-	-	12.115	10.739
	0	0	122.925	81.448
Total	32.364	32.966	348.003	290.144

A rubrica de outros títulos de dívida estrangeiros nas contas individuais refere-se a cédulas hipotecárias emitidas pelo Banco Popular Español.

A rubrica de outros títulos de dívida estrangeiros nas contas consolidadas inclui ainda obrigações diversas da carteira da Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, SA.

16. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica analisa-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Títulos emitidos por residentes				
Títulos de dívida pública - ao justo valor	-	-	5.387	2.641
Títulos de dívida de outras entidades - ao justo valor	11.795	33.323	18.301	36.597
Títulos de capital - ao justo valor	3.374	3.115	17.693	3.115
Outros títulos	-	-	-	1.627
	15.169	36.438	41.381	43.980
Títulos emitidos por não residentes				
Títulos de dívida pública - ao justo valor	-	-	15.980	8.104
Títulos de dívida de outras entidades - ao justo valor	-	-	76.361	18.197
Títulos de capital - ao justo valor	-	-	8.534	-
Outros títulos	-	-	-	714
	0	0	100.875	27.015
Total	15.169	36.438	142.256	70.995

17. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Quanto à sua natureza, os créditos sobre instituições de crédito analisam-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Aplicações em instit. de crédito no país				
Depósitos a prazo	-	-	3.823	-
Empréstimos	15.000	31.000	15.000	31.000
Outras aplicações	67.786	16.466	67.786	16.466
Juros a receber	255	202	255	202
	83.041	45.668	86.864	47.668
Aplicações em instit. de crédito no estrang.				
Aplicações a muito curto prazo	383.034	517.214	383.034	517.214
Depósitos a prazo	253.999	51.343	253.999	51.571
Juros a receber	1.060	267	1.060	267
	638.093	568.824	638.093	569.052
	721.134	616.492	724.957	616.720

O escalonamento destes créditos por prazos de vencimento é o seguinte:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Até 3 meses	716.101	593.279	719.924	593.279
De 3 meses a 1 ano	2.718	16.744	2.718	16.972
De 1 a 5 anos	0	5.000	0	5.000
Mais de 5 anos	1.000	1.000	1.000	1.000
Juros a receber	1.315	469	1.315	469
	721.134	616.492	724.957	616.720

18. CRÉDITO A CLIENTES

O crédito é concedido mediante contratos de empréstimo, incluindo

descobertos em depósitos à ordem, e através do desconto de efeitos. O total em balanço é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Crédito interno				
Empresas e administrações públicas	3.931.666	3.642.257	4.035.855	3.626.548
Particulares	1.092.319	1.011.752	1.232.893	1.169.030
Habituação	703.784	610.353	844.060	767.449
Consumo	149.931	45.374	149.999	45.556
Outras finalidades	238.604	356.025	238.834	356.025
	5.023.985	4.654.009	5.268.748	4.795.578
Crédito ao exterior				
Empresas e administrações públicas	348.769	45.317	349.674	45.317
Particulares	7.920	5.201	7.920	5.201
Consumo	423	-	423	-
Outras finalidades	7.497	5.201	7.497	5.201
	356.689	50.518	357.594	50.518
Outros créditos (Titulados)	89.250	0	89.250	0
Juros e comissões a receber	23.225	11.353	21.261	9.737
Crédito e juros vencidos				
Até 90 dias	4.166	4.360	15.871	4.475
Mais de 90 dias	78.549	78.649	89.204	82.673
	82.715	83.009	105.075	87.148
Total Bruto	5 575.864	4.798.889	5.841.928	4.942.981
Menos:				
Provisão para créditos de cob. Duvidosa	7.357	3.079	-	-
Provisão para crédito e juros vencidos	55.026	52.550	-	-
Provisão para risco país	54	76	-	-
Provisão para crédito titularizado	3.302	2.581	-	-
Imparidade sobre crédito a clientes	-	-	79.480	71.505
	65.739	58.286	79.480	71.505
Total Líquido	5.510.125	4.740.603	5.762.448	4.871.476

O escalonamento dos créditos sobre clientes por prazos de vencimento é o seguinte:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Até 3 meses	964.337	970.576	1.066.181	968.070
De 3 meses a 1 ano	1.212.460	1.120.603	1.219.495	1.109.452
De 1 a 5 anos	1.681.785	1.568.722	1.685.357	1.571.685
Mais de 5 anos	1.611.342	1.044.626	1.744.559	1.196.889
Duração indeterminada (vencidos)	82.715	83.009	105.075	87.148
Juros e comissões a receber	23.225	11.353	21.261	9.737
	5.575.864	4.798.889	5.841.928	4.942.981

Provisões para perdas de crédito a clientes

Os saldos e movimentos das contas de provisões para riscos específicos de crédito, decompõem-se como segue:

	Individual	
	2006	2005
Saldo em 1 de Janeiro	58.286	32.564
Dotações	35.927	34.184
Transferências	82	998
Utilizações	23.012	8.508
Anulações	5.544	952
Saldo em 31 de Dezembro	65.739	58.286
Dotações para provisões	35.927	34.184
Reposição e anulações	-5.544	-952
Recuperações de crédito	-2.711	-1.245
Provisões líquidas de anulações e recuperações	27.672	31.987

Os saldos e movimentos das contas de imparidade para perdas de crédito decompõem-se como segue:

	Consolidado	
	2006	2005
Saldo em 1 de Janeiro	71.505	46.506
Dotações	30.987	33.507
Utilizações	23.012	8.508
Saldo em 31 de Dezembro	79.480	71.505
Dotações para imparidade	28.315	33.507
Reversões e recuperação de créditos	-1.827	-1.245
Imparidade de crédito líquida	26.488	32.262

Durante o exercício de 2006, o Banco procedeu ao write-off de créditos totalmente provisionados no montante de 23.012 milhares de euros (2005: 8.508 milhares de euros), através da utilização de provisões.

19. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	Individual - 2006				Total
	Imóveis	Equipam.	Património artístico	Imobiliz. em curso	
Saldo em 1 de Janeiro de 2006					
Custo de aquisição	116.887	31.595	149	6.024	154.655
Amortizações acumuladas	-21.589	-23.643			-45.232
Imparidade acumulada	-6.595	-			-6.595
Aquisições	43	3.053		7.373	10.469
Transferências e outros					
Custo de aquisição	8.409			-8.848	-439
Alienações / Abates					
Custo de aquisição	- 88	-396		-322	-806
Amortizações acumuladas	115	195			310
Amortizações do exercício	-3.696	-3.556			-7.252
Saldo em 31 de Dezembro de 2006					
Custo de aquisição	125.251	34.252	149	4.227	163.879
Amortizações acumuladas	-25.170	-27.004			-52.174
Imparidade acumulada	-6.595				-6.595
Valor líquido	93.486	7.248	149	4.227	105.110

	Individual - 2005				Total
	Imóveis	Equipam.	Património artístico	Imobiliz. em curso	
Saldo em 1 de Janeiro de 2005					
Custo de aquisição	106.942	25.050	149	4.918	137.059
Amortizações acumuladas	-18.182	-19.567			-37.749
Imparidade acumulada	-6.595				-6.595
Aquisições	367	6.415		10.708	17.490
Transferências e outros					
Custo de aquisição	9.578	466		-9.534	510
Amortizações acumuladas	-63	-769			-832
Alienações / Abates					
Custo de aquisição		-336		-68	-404
Amortizações acumuladas		196			196
Amortizações do exercício	-3.344	-3.503			-6.847
Saldo em 31 de Dezembro de 2005					
Custo de aquisição	116.887	31.595	149	6.024	154.655
Amortizações acumuladas	-21.589	-23.643			-45.232
Imparidade acumulada	-6.595				-6.595
Valor líquido	88.703	7.952	149	6.024	102.828

	Consolidado - 2006				
	Imóveis	Equipam.	Patrimônio artístico	Imobiliz. em curso	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2006					
Custo de aquisição	117.190	32.671	149	6.024	156.034
Reserva de reavaliação (1)	9.791				9.791
Amortizações acumuladas	-21.875	-24.054			-45.929
Imparidade acumulada	-6.595				-6.595
Aquisições	3.020	4.184	3	7.373	14.580
Transferências e outros					
Custo de aquisição	8.408			-8.848	-440
Amortizações acumuladas	-665	-851			-1.516
Alienações / Abates					
Custo de aquisição	-371	-453		-322	-1.146
Amortizações acumuladas	390	242			632
Amortizações do exercício	-3.707	-3.690			-7.397
Saldo em 31 de Dezembro de 2006					
Custo de aquisição	128.247	36.402	152	4.227	169.028
Reserva de reavaliação (1)	9.791				9.791
Amortizações acumuladas	-25.857	-28.353			-54.210
Imparidade acumulada	-6.595				-6.595
Valor líquido	105.586	8.049	152	4.227	118.014

(1) Reserva de reavaliação resultante da valorização ao justo valor do terreno da Rua Ramalho Ortigão.

	Consolidado - 2005				
	Imóveis	Equipam.	Patrimônio artístico	Imobiliz. em curso	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2005					
Custo de aquisição	107.236	26.088	149	4.931	138.404
Reserva de reavaliação (1)	9.791				9.791
Amortizações acumuladas	-18.459	-19.880			-38.339
Imparidade acumulada	-6.595				-6.595
Aquisições	376	6.517		10.735	17.628
Transferências e outros					
Custo de aquisição	9.578	466		-9.534	510
Amortizações acumuladas	-63	-820			-883
Alienações / Abates					
Custo de aquisição		-400		-108	-508
Amortizações acumuladas		230			230
Amortizações do exercício	-3.350	-3.584			-6.934
Saldo em 31 de Dezembro de 2005					
Custo de aquisição	117.190	32.671	149	6.024	156.034
Reserva de reavaliação (1)	9.791				9.791
Amortizações acumuladas	-21.875	-24.054			-45.929
Imparidade acumulada	-6.595				-6.595
Valor líquido	98.511	8.617	149	6.024	113.301

(1) Reserva de reavaliação resultante da valorização ao justo valor do terreno da Rua Ramalho Ortigão.

20. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	Individual - 2006		
	Software	Diversos	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2006			
Custo de aquisição	15.614	3.479	19.093
Amortizações acumuladas	-11.601	-2.792	-14.393
Aquisições	486	10	496
Amortizações do exercício	-2.575	-209	-2.784
Saldo em 31 de Dezembro de 2006			
Custo de aquisição	16.100	3.489	19.589
Amortizações acumuladas	-14.176	-3.001	-17.177
Valor líquido	1.924	488	2.412

	Individual - 2005		
	Software	Diversos	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2005			
Custo de aquisição	11.429	3.478	14.907
Amortizações acumuladas	-8.891	-2.622	-11.513
Aquisições	4.797	91	4.888
Transferências e outros			
Custo de aquisição		-90	-90
Amortizações acumuladas		63	63
Alienações / Abates			
Custo de aquisição	-612		-612
Amortizações acumuladas	280		280
Amortizações do exercício	-2.990	-233	-3.223
Saldo em 31 de Dezembro de 2005			
Custo de aquisição	15.614	3.479	19.093
Amortizações acumuladas	-11.601	-2.792	-14.393
Valor líquido	4.013	687	4.700

	Consolidado - 2006				
	Software	Embedded Value	Goodwill	Diversos	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2006					
Custo de aquisição	16.281	6.100	252	4.714	27.347
Amortizações acumuladas	-12.040	-142		-4.008	-16.190
Aquisições	1.084		4.608	588	6.280
Alienações / Abates					
Custo de aquisição	-32			-1.206	-1.238
Amortizações acumuladas	30			1.206	1.236
Amortizações do exercício	-3.246	-568		-492	-4.306
Saldo em 31 de Dezembro de 2006					
Custo de aquisição	17.333	6.100	4.860	4.096	32.389
Amortizações acumuladas	-15.256	-710	0	-3.294	-19.260
Valor líquido	2.077	5.390	4.860	802	13.129

	Consolidado - 2005			
	Software	Embedded Value	Diversos	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2005				
Custo de aquisição	11.429		3.730	15.159
Amortizações acumuladas	-8.891		-2.622	-11.513
Aquisições	4.859	6.100	91	11.050
Transferências e outros				
Custo de aquisição	604		1.145	1.749
Amortizações acumuladas	-347		-1.147	-1.494
Alienações / Abates				
Custo de aquisição	-612			-612
Amortizações acumuladas	280			280
Amortizações do exercício	-3.082	- 142	-239	-3.463
Saldo em 31 de Dezembro de 2005				
Custo de aquisição	16.280	6.100	4.966	27.346
Amortizações acumuladas	-12.040	-142	-4.008	-16.190
Valor líquido	4.240	5.958	958	11.156

21. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Individual	
	31-12-06	31-12-05
Investimentos em Filiais		
Gerfundos - SGFI, SA	300	300
Predifundos - SGFII, SA	375	375
Populargest - Gestão de Imóveis, Lda	13.194	1.444
INCA - SGPS, Lda	-	14.025
Consulteam, SA	623	623
Navigator Mortgage Finance (SPE)	4.380	4.380
Eurovida - Comp. Seguros de Vida, SA	13.500	13.500
Heller Factoring Portuguesa, SA	23.720	-
	56.093	34.647
Provisões para imparidade acumulada	899	899
	55.194	33.748

No decorrer do 1º semestre de 2006, e no seguimento das acções empreendidas durante o ano de 2005, o Banco solicitou o cancelamento da licença bancária do BNC International (Cayman) Ltd., e procedeu à liquidação desta sua filial.

No decorrer do 2º semestre de 2006, o Banco procedeu à liquidação da sua filial INCA - SGPS, Lda.

Em 27 de Dezembro de 2006, o Banco adquiriu 1.244.015 acções ordinárias da categoria A da empresa Heller Factoring Portuguesa, SA, correspondentes a 48,55% do capital social e a 49,76% dos direitos de voto, tendo ainda assinado um acordo para a aquisição de 62.497 acções preferenciais sem direito a voto.

Existe um acordo parassocial, assinado entre o Banco e o outro accionista maioritário, em que o primeiro fica com o controlo da Heller. Desta forma, o Banco reconheceu nas suas contas consolidadas do exercício de 2006 esta participação pelo método de consolidação integral.

No entanto, dado que a aquisição apenas foi concretizada no final do mês de Dezembro de 2006 o resultado apurado pela Heller neste exercício não foi incluído no apuramento do resultado consolidado do Banco.

O reconhecimento inicial do método de compra desta filial foi determinado provisoriamente, tendo-se regis-

tado um goodwill no montante de 4.608 milhares de euros.

No decorrer do exercício de 2006, o Banco alterou a denominação da sua filial BNC Gestão de Imóveis, para Populargest Gestão de Imóveis, e aumentou o seu capital social de 249.398,95 euros para 12.000 milhares de euros.

22. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporais usando uma taxa efectiva de 26,5% (2005: 27,5%).

Os saldos destas rubricas decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Títulos disponíveis para venda	48	471	48	718
Activos/Passivos financ. negociação	158	-	194	326
Activos tangíveis	1.556	-	1.556	2.693
Activos intangíveis	17	-	17	-
Comissões	2.458	-	2.862	-
Pensões de reforma	-	3.662	3.163	3.662
Campanhas de Publicidade	60	-	60	-
Provisões RGC	1.674	-	2	-
Reavaliação de imóveis	-	223	-	223
Outros activos/passivos	945	-	1.240	-
Saldo a 31-12-2006	6.916	4.356	9.142	7.622

	Individual		Consolidado	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Títulos ao justo valor através resultados	-	29	32	74
Títulos disponíveis para venda	-	367	-	948
Activos tangíveis	1.727	10	1.727	2.703
Activos intangíveis	300	-	300	-
Imparidade	-	-	3.590	-
Comissões	2.943	-	3.374	-
Pensões de reforma	1.376	3.880	4.534	3.880
Campanhas de Publicidade	289	-	289	-
Outros activos/passivos	-	11	314	10
Saldo a 31-12-2005	6.635	4.297	14.160	7.615

23. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Bonificações a receber do Estado	934	940	934	940
Impostos a recuperar	8.800	3.698	8.808	3.703
Outros devedores diversos	11.251	6.398	12.648	6.655
Outros rendimentos a receber	463	303	1.215	601
Despesas com encargo diferido	9.301	11.887	757	410
Devedores por seguro directo e resseguro	-	-	1.819	1.717
Operações activas a regularizar	228	16.029	228	16.029
Operações de bolsa a regularizar	-	1.677	-	1.677
Cobranças - Sistema débitos directos	-	1.878	-	1.878
Activos tangíveis detidos para venda	78.128	61.592	89.872	64.651
Responsabilidades c/ pensões	7.539	4.222	7.548	4.222
Operações cambiais a liquidar	835	3.017	835	2.726
Outras operações a regularizar	35.016	12	39.706	673
	152.495	111.653	164.370	105.882
Imparidade - Activos tangíveis para venda	-14.175	-7.256	-14.879	-7.617
Provisões para outros activos	-	-	-1.194	-949
	138.320	104.397	148.297	97.316

O movimento ocorrido nos activos tangíveis para venda (activos recebidos por recuperação de crédito) durante os anos de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	Individual - 2006			
	Imóveis	Equipam.	Outros	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2006				
Valor bruto	61.155	437	-	61.592
Imparidade acumulada	-7.163	-93	-	-7.256
Valor líquido	53.992	344	-	54.336
Adições				
Aquisições	16.333	-	103	16.436
Outras	2.559	-	-	2.559
Alienações				
Valor bruto	-2.362	-97	-	-2.459
Perdas de imparidade	-7.552	-	-91	-7.643
Utilizações	-	91	-	91
Reversões	631	2	-	633
Saldo em 31 de Dezembro de 2006				
Valor bruto	77.685	340	103	78.128
Imparidade acumulada	-14.084	0	-91	-14.175
Valor líquido	63.601	340	12	63.953

	Individual - 2005		
	Imóveis	Equipam.	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2005			
Valor bruto	23.503	437	23.940
Imparidade acumulada	-4.375	-93	-4.468
Valor líquido	19.128	344	19.472
Adições			
Aquisições	36.939	-	36.939
Outras	1.516	-	1.516
Alienações			
Valor bruto	-803	-	-803
Imparidade	21	-	21
Perdas de imparidade	-2.809	-	-2.809
Saldo em 31 de Dezembro de 2005			
Valor bruto	61.155	437	61.592
Imparidade acumulada	-7.163	-93	-7.256
Valor líquido	53.992	344	54.336

	Consolidado - 2006			
	Imóveis	Equipam.	Outros	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2006				
Valor bruto	64.214	437	-	64.651
Imparidade acumulada	-7.525	-92	-	-7.617
Valor líquido	56.689	345	-	57.034
Adições				
Aquisições	25.126	-	103	25.229
Outras	2.667	-	-	2.667
Alienações				
Valor bruto	-2.579	-97	-	-2.676
Perdas de imparidade	-7.907	-	-91	-7.998
Utilizações	13	91	-	104
Reversões	631	1	-	632
Saldo em 31 de Dezembro de 2006				
Valor bruto	89.428	340	103	89.871
Imparidade acumulada	-14.788	0	-91	-14.879
Valor líquido	74.640	340	12	74.992

	Consolidado - 2005		
	Imóveis	Equipam.	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2005			
Valor bruto	27.048	437	27.485
Imparidade acumulada	-4.747	-92	-4.839
Valor líquido	22.301	345	22.646
Adições			
Aquisições	36.939	-	36.939
Outras	1.516	-	1.516
Alienações			
Valor bruto	-1.289	-	-1.289
Imparidade	112	-	112
Perdas de imparidade	-2.890	-	-2.890
Saldo em 31/Dezembro/2005			
Valor bruto	64.214	437	64.651
Imparidade acumulada	-7.525	-92	-7.617
Valor líquido	56.689	345	57.034

24. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O saldo desta rubrica, à vista e a prazo, é composto, quanto à natureza, como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Recursos de instituições de crédito no país				
Depósitos	35.110	4.599	35.110	4.599
Juros a pagar	237	14	237	14
	35.347	4.613	35.347	4.613
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro				
Empréstimos	10.000	10.000	30.000	10.000
Depósitos	3.007.401	2.344.673	3.007.401	2.319.082
Outros recursos	2	-	57.881	-
Juros a pagar	29.849	15.123	30.044	15.087
	3.047.252	2.369.796	3.125.326	2.344.169
	3.082.599	2.374.409	3.160.673	2.348.782

A rubrica de Instituições de crédito no estrangeiro - Depósitos inclui essencialmente aplicações efectuadas pelo accionista BPE.

Quanto à sua duração residual, estes recursos decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Exigível à vista	13.062	36.530	13.062	10.939
Exigível a prazo				
Até 3 meses	852.337	605.507	930.216	605.507
De 3 meses a 1 ano	607.114	418.759	607.114	418.759
De 1 a 5 anos	1.540.000	1.258.476	1.540.000	1.258.476
Mais de 5 anos	40.000	40.000	40.000	40.000
Juros a pagar	30.086	15.137	30.281	15.101
	3.069.537	2.337.879	3.147.611	2.337.843
	3.082.599	2.374.409	3.160.673	2.348.782

25. RECURSOS DE CLIENTES

O saldo desta rubrica é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Recursos de residentes				
Depósitos à ordem	759.301	650.053	749.852	644.216
Depósitos a prazo	2.067.766	2.035.745	2.015.765	2.020.111
Depósitos de poupança	96.629	115.737	96.629	115.737
Cheques e ordens a pagar	55.352	10.727	55.352	10.727
Outros recursos	55	25	55	25
	2.979.103	2.812.287	2.917.653	2.790.816
Recursos de não residentes				
Depósitos à ordem	29.044	26.029	29.044	26.029
Depósitos a prazo	42.557	46.638	42.557	46.638
Cheques e ordens a pagar	3.505	1.601	3.505	1.601
	75.106	74.268	75.106	74.268
Juros a pagar	12.007	10.146	11.996	10.135
	3.066.216	2.896.701	3.004.755	2.875.219

Quanto à sua duração residual, estes recursos decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Exigível à vista	788.345	676.082	778.896	670.245
Exigível a prazo				
Até 3 meses	1.864.780	1.669.078	1.813.780	1.655.944
De 3 meses a 1 ano	371.780	492.335	370.779	489.835
De 1 a 5 anos	28.969	48.251	28.969	48.251
Mais de 5 anos	335	1.138	335	1.138
Juros a pagar	12.007	9.817	11.996	9.806
	2.277.871	2.220.619	2.225.859	2.204.974
	3.066.216	2.896.701	3.004.755	2.875.219

26. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Certificados de depósito	8.382	9.812	8.382	9.812
Obrigações	13.025	-	13.025	-
Juros a pagar	137	19	137	19
	21.544	9.831	21.544	9.831

Em 2 de Outubro de 2006, o Banco efectuou 5 emissões de Obrigações de caixa, no montante de 13.025 milhares de euros, representadas por 260.500 títulos com o valor nominal de 50 euros cada.

O reembolso destes empréstimos será efectuado pela totalidade, ao par, na data de 17 de Abril de 2008, e não está previsto o reembolso antecipado das obrigações.

Os juros destas obrigações vencem-se a 2 de Abril e 2 de Outubro de 2007, e a 17 de Abril de 2008. A taxa de juro nominal (TNB) é de 2%, 3% e 5%, para o 1º, 2º e 3º cupões, respectivamente.

27. OUTRAS PROVISÕES E PROVISÕES TÉCNICAS

Os saldos e movimentos das contas de provisões decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Outras Provisões (Passivo) - Saldos				
Provisões para encargos com benef. empregados	-	2.518	-	2.518
Outras provisões	80	393	177	397
Provisões para riscos gerais de crédito	49.174	42.856	-	-
Provisões para garantias e compromissos	-	-	2.166	-
	49.254	45.767	2.343	2.915

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Outras Provisões (Passivo) - Movimentos				
Saldo em 1 de Janeiro	45.767	37.866	2.915	2.558
Dotações	6.489	5.355	2.328	602
Transferências	-2.747	2.752	-2.746	3.706
Utilizações	-	-	47	-
Anulações	255	206	107	3.951
Saldo em 31 de Dezembro	49.254	45.767	2.343	2.915

As provisões técnicas (actividade seguradora) ilustram-se como segue:

	31-12-06	31-12-05
Provisões técnicas		
Provisão Matemática	510.519	299.605
Provisão para Sinistros	2.209	1.659
Provisão para Participação nos Resultados	1.358	807
Provisão para Prémios não adquiridos	27	-
Saldo em 31 de Dezembro	514.113	302.071

28. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Obrgs de caixa subordinadas - BNC 1997	-	14.950	-	14.950
Obrgs de caixa subordinadas - BNC 2001	10.000	10.000	10.000	10.000
Obrgs de caixa subordinadas - BNC 2004	55.000	55.000	55.000	55.000
Obrgs de caixa subordinadas - Popular 2005	65.000	65.000	65.000	65.000
Unidades de titularização - SPE	-	-	138.929	160.391
	130.000	144.950	268.929	305.341
Juros a pagar	950	345	1.385	1.798
	130.950	145.295	270.314	307.139

OBRIGAÇÕES

Obrigações de Caixa Subordinadas - BNC 1997

Em 15 de Novembro de 2006, o Banco procedeu ao pagamento de juros do cupão nº 18 e ao reembolso antecipado (*call option*) do total destas obrigações no montante de 14.964 milhares de euros.

Obrigações de Caixa Subordinadas - BNC 2001

Em 17 de Dezembro de 2001, o Banco procedeu à emissão de obrigações de caixa subordinadas no montante de 10.000 milhares de euros, representada por 200 mil títulos com o valor nominal de 50 euros cada.

Os juros destas obrigações vencem-se semestral e posticipadamente em 17

de Julho e 17 de Janeiro de cada ano. A taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de contagem de juros será variável e igual à Euribor a 6 meses do segundo "dia útil TARGET" anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de um ponto percentual.

O reembolso das obrigações será efectuado ao par em 17 de Janeiro de 2012, podendo, contudo, ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco (*call option*), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º cupão e, posteriormente, em cada data de vencimento de juros.

No dia 17 de Janeiro de 2007, o Banco procedeu ao pagamento de juros do cupão nº 10 e ao reembolso antecipado (*Call Option*), do total desta emissão.

Obrigações de Caixa Subordinadas - BNC 2004

Em 30 de Setembro de 2004, o Banco procedeu à emissão de obrigações de caixa subordinadas, no montante de 55.000 milhares de euros, representada por 1.100.000 títulos com o valor nominal de 50 euros cada.

Os juros destas obrigações vencem-se trimestralmente em 30 de Março, 30 de Junho, 30 de Setembro e 30 de Dezembro de cada ano. A taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de contagem de juros é variável, e igual à taxa Euribor a 3 meses, do segundo "dia útil TARGET" anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 0,435%.

O reembolso deste empréstimo obrigacionista será efectuado pela totalidade, ao par, na data de 30 de Setembro de 2014, podendo, contudo, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco (*call option*), total ou parcialmente, neste último caso por redução do valor nominal, na data de vencimento do 20º período de contagem de juros e, posteriormente, nas datas dos 24º, 28º, 32º e 36º cupões, sem qualquer penalização.

Obrigações de Caixa Subordinadas - Popular 2005

Em 30 de Novembro de 2005, o Banco procedeu à emissão de obrigações de caixa subordinadas, no montante de 65.000 milhares de euros, representada por 1.300.000

títulos com o valor nominal de 50 euros cada.

Os juros destas obrigações vencem-se trimestralmente em 28 de Fevereiro, 31 de Maio, 31 de Agosto e 30 de Novembro de cada ano. A taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de contagem de juros é variável, e igual à taxa Euribor a 30 meses, do segundo "dia útil TARGET" anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 0,325%.

O reembolso deste empréstimo obrigacionista será efectuado pela totalidade, ao par, na data de 30 de Novembro de 2015, podendo, contudo, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco (*call option*), total ou parcialmente, neste último caso por redução do valor nominal, nas datas de vencimento do 20º, 24º, 28º, 32º e 36º cupões, sem qualquer penalização.

Titularização de créditos

Em Junho de 2002, o Banco realizou uma operação de titularização de crédito à habitação, no valor de 250 milhões de euros, denominada Navigator Mortgage Finance Number 1.

Os activos foram adquiridos por um fundo de titularização de créditos, denominado Navigator Mortgage Finance nº 1 Fundo, que, em simultâneo, emitiu unidades de titularização totalmente subscritas pelo Navigator Mortgage Finance Nº 1 Plc, o qual também emitiu obrigações, cujas características são as seguintes:

	Valor Nominal	Rating		Taxa de juro
	mil euros	Standard & Poors	Moody's	(até Maio de 2035)
Class A Notes (Senior)	230.000	AAA	Aaa	Euribor 3 meses + 0,21%
Class B Notes (Senior)	10.000	AA	Aa2	Euribor 3 meses + 0,38%
Class C Notes (Senior)	10.000	A	A2	Euribor 3 meses + 0,55%
Class D notes (Subordinada)	4.630	n.a.	n.a.	n.a.

O Banco, nos termos dos contratos assinados, não assumiu qualquer compromisso respeitante a disponibilidades de caixa do emitente, assim como linhas de liquidez, financiamentos, garantias, direitos e proveitos residuais ou quaisquer outros riscos, para além das obrigações subordinadas (Class D Notes), identificadas no quadro acima, que integram o saldo da rubrica de títulos de investimento de rendimento variável.

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor contabilístico, nas contas individuais, das Class D Notes ascende a 4.380 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2006, em termos de conta individuais encontram-se constituídas provisões no montante de 3.302 milhares de euros, (2005: 2.580 milhares de euros), de acordo com o estabeleci-

do na Instrução nº 27/2000 alterada pela Instrução nº 18/2004 do Banco de Portugal.

Entidades intervenientes:

- Navigator Mortgage Finance Nº 1 Fundo, fundo de titularização de créditos portugueses que adquiriu os créditos;
- Navigator, SGFTC, sociedade gestora de fundos de titularização de créditos que gere o fundo;
- Navigator Mortgage Finance Nº 1 Plc, sociedade que adquiriu as unidades de titularização e que emitiu as obrigações (Notes).

29. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Credores por fornecimento de bens	1.314	3.773	1.654	4.253
Retenção de impostos na fonte	4.874	3.772	5.087	3.831
Outros encargos a pagar	10.836	8.126	14.027	9.283
Credores por contratos de factoring	-	-	6.292	-
Credores por seguro directo e resseguro	-	-	749	793
Operações cambiais	-	3.139	-	2.848
Operações de bolsa a regularizar	2.899	14.815	3.393	14.815
Operações passivas a regularizar	1.283	6.786	1.283	6.786
Outras contas de regularização	12.597	7.751	25.659	7.962
	33.803	48.162	58.144	50.571

30. PENSÕES DE REFORMA

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho vigente para o sector bancário (ACT), o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial (ACT) negociada anualmente para o pessoal no activo.

Em 27 de Maio de 1994, o Banco, de acordo com o Decreto-Lei nº 396/86, de 25 de Novembro, criou um fundo de pensões para cobrir as prestações pecuniárias acima referidas. O Fundo é gerido pela Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, SA, entidade inserida no Grupo Banco Popular.

Os membros do Conselho de Administração têm direito aos benefícios estabelecidos no regulamento do Plano de Pensões dos membros do Conselho de Administração do Banco Popular Portugal. A 31 de Dezembro de 2006,

este plano possui 2 participantes, 1 dos quais também pertence aos quadros dos empregados do Banco.

Os trabalhadores têm direito aos benefícios estabelecidos pelo ACT vigente à data. Em 31 de Dezembro de 2006, o número de trabalhado-

res participantes no fundo era de 1179 participantes (2005: 1182). A esta data existiam 8 reformados e 8 pensionistas.

As responsabilidades assumidas por pensões de reforma e de sobrevivência apresentam-se como segue:

Serviços Passados	31-12-06	31-12-05
Responsabilidades no início do exercício	76.282	51.205
Custo do serviço corrente:		
Banco	5.515	4.774
Trabalhadores	573	548
Custo dos juros	3.699	2.969
Pensões pagas	-458	-319
Desvios actuariais	-360	17.105
Responsabilidades no final do exercício	85.251	76.282
Valor actual das responsabilidades	31-12-06	31-12-05
Serviços Passados		
Velhice	73.269	65.250
Invalidez	309	211
Pensões em pagamento	7.283	6.644
Ex-participantes	4.390	4.177
	85.251	76.282
Serviços Futuros		
Velhice	168.298	165.893
Invalidez	237	219
Sobrevivência	471	428
	169.006	166.540

As responsabilidades por serviços passados foram determinadas para os activos na cobertura de velhice pelo método "Unit Credit Projectado".

As responsabilidades de sobrevivência e invalidez, previstas no ACT e seguráveis, estão cobertas através da subscrição de um seguro de vida "Multiprotecção" para o universo populacional, à excepção daqueles cuja premência de invalidez ou sobrevivência seja considerada imprópria para segurar.

Trata-se de um contrato temporário anual renovável em que a Seguradora garante ao Fundo de Pensões do

Banco Popular Portugal, SA, em caso de morte ou invalidez de grau igual ou superior a 66%, de acordo com a Tabela Nacional de Incapacidade, verificadas em qualquer das pessoas aderentes constantes do grupo seguro, o pagamento dos capitais contratados.

O contrato de seguro foi celebrado com a seguradora Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, SA, que se encontra em relação de grupo com o Banco Popular Portugal, SA.

Os movimentos ocorridos no valor patrimonial do fundo de pensões foram os seguintes:

Valor patrimonial do Fundo	31-12-06	31-12-05
Valor no início do exercício	64.215	38.309
Contribuições entregues:		
Entidade Patronal	9.752	23.467
Trabalhadores	573	548
Rendimento do Fundo	3.623	2.853
Pensões pagas	-458	-319
Outras variações líquidas	7	-643
Responsabilidades no final do exercício	77.712	64.215
Responsabilidades por serviços passados	85.251	76.282
Valor por amortizar até 31 de Dezembro de 2009	9.050	12.067
Responsabilidades por serviços passados actuais	76.201	64.215
Nível de Cobertura	102,0%	100,0%

Em 31 de Dezembro de 2006, o Fundo possuía 146 mil unidades de participação do fundo de investimento "Popular Global 75", no montante de 613 mil euros.

Os montantes reconhecidos como custos do exercício decompõem-se como segue:

Custos do exercício	31-12-06	31-12-05
Custo do serviço corrente	5.515	5.597
Custo dos juros	3.699	2.969
Rendimento esperado do Fundo	-3.061	-2.011
Amortização de perdas actuariais	289	0
Outros	-7	475
Total	6.435	7.030

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados, bem como os valores efectivamente verificados no exercício, apresentam-se como segue:

	31-12-06		31-12-05	
	Pressup.	Real	Pressup.	Real
Taxa de desconto	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Taxa de rendimento esperado dos activos do Fundo	4,5%	5,2%	4,5%	6,2%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	3,0%	3,3%	3,0%	6,2%
Taxa de crescimento das pensões	2,0%	2,4%	2,0%	2,5%
Tábua de mortalidade	TV 88/90		TV 88/90	
Tábua de invalidez	ERC Francona		ERC Francona	
Turnover	0,0%	6,0%	0,0%	5,0%

31. PASSIVOS E COMPROMISSOS CONTINGENTES

O quadro seguinte indica o montante contratual dos instrumentos financeiros extrapatrimoniais do Grupo, que obriga à concessão de crédito a clientes.

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Passivos eventuais				
Garantias e avales prestados	332.214	297.242	332.214	297.233
Créditos documentários	19.541	9.944	19.541	9.944
Compromissos				
Créditos irrevogáveis	10.912	8.932	10.912	8.932
Créditos revogáveis	1.726.916	1.609.836	1.988.435	1.608.095
	2.089.583	1.925.954	2.351.102	1.924.204

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica de Créditos irrevogáveis inclui o montante de € 4.854 milhares (2005: € 4.752 milhares), referente a responsabilidades a prazo para com o Fundo de Garantia de Depósitos em relação à parte das contribuições anuais que, de acordo com as deliberações do Fundo, não foram pagas em numerário.

O montante da rubrica de Activos dados em garantia é integralmente constituído por títulos da carteira própria do Banco destinados, na quase totalidade, a colateralizar uma linha de crédito irrevogável junto do Banco de Portugal, no âmbito do Sistema de Pagamentos de Grandes Transacções (SPGT), a qual não está a ser utilizada.

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Activos dados em garantia	18.014	18.014	18.014	18.014

No decurso da sua actividade, o Banco realiza operações com instrumentos financeiros com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a exposição às flutuações

das taxas de juro e de câmbio. Em 31 de Dezembro de 2006, as principais rubricas extrapatrimoniais relacionadas com este tipo de operações analisam-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Operações cambiais a prazo				
Compras	39.432	59.107	39.432	34.421
Vendas	2.875	938	2.875	938
Operações de <i>swap</i> de taxa de juro	217.401	203.011	354.935	363.094
Opções	9.003	0	9.003	0
	268.711	263.056	406.245	398.453

Para além dos passivos eventuais, existiam em 31 de Dezembro de

2006 e 2005 os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Depósito e guarda de valores	4.321.264	2.409.797	4.321.264	2.409.797
Valores recebidos para cobrança	112.380	94.234	145.013	94.234
	4.433.644	2.504.031	4.466.277	2.504.031

32. CAPITAL SOCIAL

O capital do Banco, em 31 de Dezembro de 2006, era representado por 176.000 milhares de acções com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente detidas pelo Banco Popular Español, SA, estando totalmente subscrito e realizado.

33. RESERVAS DE REAVIAÇÃO

Os movimentos ocorridos na rubrica de reservas de reavaliação foram os seguintes:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Reservas de reavaliação e Justo Valor				
Investimentos disponíveis p/ venda				
Saldo líq. em 1 de Janeiro	966	1.276	1.690	1.962
Reaval. ao justo valor	265	191	-915	244
Impostos diferidos	-57	117	277	102
Transf. p/ lucro líq. em alienações	-	-618	-	-618
Saldo em 31 de Dezembro	1.174	966	1.052	1.690
Activos tangíveis de uso próprio ao justo valor	-	-	9.791	9.791
Impostos diferidos	-	-	-2.692	-2.692
	0	0	7.099	7.099
Reservas de reavaliação (Diplomas legais)	3.143	3.143	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	4.317	4.109	8.151	8.789

A reserva de reavaliação relativa aos títulos disponíveis para venda resulta da adequação ao justo valor dos títulos em carteira. Estes saldos serão movimentados por contrapartida de resultados no momento da alienação dos títulos que lhes deram origem ou caso se verifique imparidade.

A reserva de reavaliação referente à adequação ao justo valor de activos tangíveis de uso próprio está relacionada com o imóvel da Rua Ramalho Ortigão (Nota 19).

A reserva de reavaliação do imobilizado corpóreo apurada de acordo com o Decreto-Lei nº 31/98, apenas poderá ser movimentada quando se considerar realizada, total ou parcial-

mente, e de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- (i) Para corrigir qualquer excedente que se verifique, à data da reavaliação, entre o valor líquido contabilístico dos elementos reavaliados e o seu valor real actual;
- (ii) Para cobrir prejuízos acumulados até à data a que se reporta a reavaliação, inclusive;
- (iii) Para incorporação no capital social, na parte remanescente.

Pela aplicação dos IFRS, nas demonstrações financeiras consolidadas esta reserva foi transferida para resultados transitados.

34. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Os saldos das contas de reservas e resultados transitados decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Reserva legal	17.966	13.570	18.818	15.659
Outras reservas	132.981	105.406	134.926	108.469
Resultados transitados	-20.514	-17.642	12.183	2.425
	130.433	101.334	165.927	126.553

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Reserva legal				
Saldo em 1 de Janeiro	13.570	9.355	15.659	10.957
Transf. Resultados Transitados	2.730	4.215	3.119	4.702
Transf. Incorporação de Filial	1.666	-	40	-
Saldo em 31 de Dezembro	17.966	13.570	18.818	15.659
Outras reservas				
Saldo em 1 de Janeiro	105.406	67.475	108.469	68.597
Transf. Resultados Transitados	24.564	37.931	24.564	39.872
Transf. Incorporação de Filial	3.011	-	1.893	-
Saldo em 31 de Dezembro	132.981	105.406	134.926	108.469
Resultados transitados				
Saldo em 1 de Janeiro	-17.642	-12.926	2.425	9.215
Resultado líquido ano anterior	27.294	42.145	42.940	33.731
Dif. result. alt. critério contab. (IFRS)	-2.872	-4.716	-3.565	4.054
Transf. p/ reserva legal	-2.730	-4.215	-3.160	-4.702
Transf. p/ outras reservas	-24.564	-37.930	-26.457	-39.873
	-20.514	-17.642	12.183	2.425
	130.433	101.334	165.927	126.553

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector ban-

cário (Artigo 97º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

35. PESSOAL

O número de colaboradores ao serviço do Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, analisa-se como segue:

	31-12-06	31-12-05
Funções directivas	55	58
Funções de enquadramento	426	301
Funções técnicas e específicas	303	362
Funções administrativas e auxiliares	401	465
	1 185	1 186

Em 31 de Dezembro de 2006, as remunerações e outros encargos atribuídos aos membros dos órgãos de administração ascenderam a 1.457 milhares de euros (2005: 2.590 milhares de euros).

Um membro do Conselho de Administração é mutuário de empréstimo para aquisição de habitação própria

no valor de 86 milhares de euros (2005: 98 milhares de euros).

36. RELAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o montante dos créditos e débitos e dos resultados do Banco relativos a entidades relacionadas é o seguinte:

	Créditos		Débitos		Proveitos		Custos	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
BNC International (Cayman), Ltd	-	-	-	25.627	-	15.125	-	18.594
Consulteam, SA	-	-	31	38	-	-	1	21
Eurovida, SA	4.024	2.000	49.987	13.073	1.248	664	562	99
Gerfundos - SGFI, SA	-	-	2.898	2.247	914	-	39	7
Heller Factoring Portuguesa, SA	67.947	-	-	-	-	-	-	-
Imopopular Fundo Especial I.I.	2	-	-	-	-	-	-	-
INCA - SGPS, Lda	-	11.236	-	4.446	-	1.891	-	5.170
Populargest - Gestão Imóveis, Lda	-	2.523	6	9	41	88	-	-
Popular Seguros, SA	-	-	6.889	-	4	-	56	-
Predifundos - SGFII, SA	-	-	1.651	1.608	267	-	28	21
SPE - Special Purpose Entities	4.403	4.380	-	-	1.902	395	-	-
	76.376	20.139	61.462	47.048	4.376	18.163	686	23.912
Banco Popular Español, SA	680.130	580.313	3.109.623	2.477.700	15.601	10.433	83.877	46.704

Em 31 de Dezembro de 2006, as Garantias Prestadas pelo Banco a entidades relacionadas ascendiam ao montante de 15.220 milhares de euros (2005: 4.177 milhares de euros).

As operações com entidades relacionadas são efectuadas a condições normais de mercado.

37. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos de demonstrações de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa compreendem os seguintes saldos com menos de 90 dias de maturidade:

	Individual		Consolidado	
	31-12-06	31-12-05	31-12-06	31-12-05
Caixa (Nota 12)	29.953	26.309	29.955	26.310
Disponib. à vista em outros bancos (Nota 13)	130.487	75.969	140.347	82.096
Aplicações em I.C.'s com prazo inferior a 3 meses	716.101	593.279	719.924	587.822
	876.541	695.557	890.226	696.228

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1050-217 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 213 599 999

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhor Accionista

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas pelo Banco Popular Portugal S.A. (adiante designado por Banco) relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Banco e das suas subsidiárias e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Tomámos em devida conta o teor das Certificações Legais das Contas e Relatórios de Auditoria, em anexo, e do Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração do Banco nos termos do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- os Balanços Individual e Consolidado, as Demonstrações de Resultados Individuais e Consolidados, as Demonstrações de alterações no capital próprio individuais e consolidados, e dos Fluxos de Caixa individuais e consolidados e as correspondentes Notas explicativas permitem uma adequada compreensão da situação financeira individual e consolidada do Banco e dos seus resultados;
- as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco e das suas subsidiárias e associadas, evidenciando os aspectos mais significativos;
- a proposta de aplicação de resultados obedece às disposições estatutárias e legais aplicáveis.





Banco Popular Portugal S.A.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços do Banco e as conclusões constantes das Certificações Legais das Contas e Relatórios de Auditoria, somos do parecer que:

- seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração;
- sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas;
- seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 16 de Março de 2007

O Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.

PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1050-217 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 213 599 999

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do Banco Popular Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de 6.823.419 milhares de euros e um total de capital próprio de 367.288 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 46.429 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso n.º1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com as excepções referidas nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as Normas de Contabilidades Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.





Banco Popular Portugal S.A.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Popular Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 16 de Março de 2007

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.

(2)

PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1050-217 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 213 599 999

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Popular Portugal S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de 7.544.650 milhares de euros e um total de capital próprio de 435.712 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 55.916 milhares de euros e interesses minoritários de 19.609 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco (i) a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.





Banco Popular Portugal S.A.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Popular Portugal SA em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 16 de Março de 2007

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por


António Alberto Henriques Assis, R.O.C.

REDE DE BALCÕES

ABÓBODA

Multi Business Center,
Edifício C, Lojas C5 e C6
Estrada Nacional 249
2785-599 ABÓBODA

ABRANTES

Avenida das Forças Armadas, 455
2200-300 ABRANTES

ÁGUAS SANTAS

Rua D. Afonso Henriques, 2706
4445-035 ÁGUAS SANTAS - MAIA

ÁGUEDA

Rua Fernando Caldeira, 17
3750-147 ÁGUEDA

AIRÃES

Edifício Valverde, Agrad
4650-061 AIRÃES

ALBARRAQUE

Parque Empresarial Primóvel,
Edifício C, Estrada Terras da Lagoa
Albarraque
2635-595 RIO DE MOURO

ALBUFEIRA

Avenida dos Descobrimentos,
Lote E1, Loja 24/25, Quinta
da Bela Vista
8200-260 ALBUFEIRA

ALCOBAÇA

Praça 25 de Abril, 33
2460-018 ALCOBAÇA

ALFRAGIDE

Avenida dos Moinhos, 12-B
2610-119 AMADORA

ALGÉS

Rua Damião de Góis, 34-A
1495-043 ALGÉS

ALGUEIRÃO

Estrada do Algueirão, 26-C - Algueirão
2725-019 MEM MARTINS

ALMADA - Cova da Piedade

Largo 5 de Outubro, 46-C - Loja 10
Cova da Piedade
2805-119 ALMADA

ALMADA - Pragal

Avenida D. Nuno Álvares Pereira, 73-A
2800-181 ALMADA

ALMADA - S. Salvador da Baía

Rua São Salvador da Baía, 11
2800-201 ALMADA

ALMANCIL

Avenida José dos Santos Farias,
Lote 20, Loja 3
8135-167 ALMANCIL

ALMEIRIM

Rua de Coruche, 9-B
2080-094 ALMEIRIM

ALVERCA

Quinta de Sta. Maria, E. N. 10,
Edifício Pratagi, Bloco 5
2615-354 ALVERCA DO RIBATEJO

AMADORA - 1º de Dezembro

Rua 1º de Dezembro, 4-B
2700-671 AMADORA

AMADORA - Gonçalves Ramos

Rua Gonçalves Ramos, 44
2700-437 AMADORA

AMADORA - Vila Chã

Colina Parque, Casal de Vila Chã,
Zona C, Lote 28, Loja D
2700-848 AMADORA

AMARANTE

Rua Cândido dos Reis, 234
4600-055 AMARANTE

ARCOS DE VALDEVEZ

Rotunda da Família,
Lote 1-A e B
4970-465 ARCOS DE VALDEVEZ

ARRIFANA

Urbanização Quinta do Corgo,
Lote 8
3700-460 ARRIFANA VFR

AVEIRO

Avenida Dr. Lourenço
Peixinho, 169
3800-166 AVEIRO

AVEIRO - Cacia

Estrada Nacional 16, Km 3,
Quinta do Simão, Esgueira
3800-042 AVEIRO

AVINTES

Rua 5 de Outubro, 3138
4430-799 AVINTES

AZAMBUJA

Edifício Atrium Azambuja
Rua Eng.º Moniz da Maia, 66,
Loja 29
2050-356 AZAMBUJA

AZOIA

Cruz de São Tomé,
Edifício Estrela - Azoia
2400-823 LEIRIA

BALTAR

Avenida Bombeiros Voluntários
Edifício Rotunda
4585-015 BALTAR

BARCELOS

Avenida Alcides de Faria
4750-106 ARCOZELO BARCELOS

BARREIRO

Avenida Bocage,
Centro Comercial Via Europa
2830-102 BARREIRO

BEJA

Rua Gomes Palma, 27
7800-505 BEJA

BENEDITA

Rua Rei da Memória, 116
2475-149 BENEDITA

BOMBARRAL

Rua do Comércio, 2-B
2540-076 BOMBARRAL

BRAGA - Campo da Vinha

Praça Conde de Agrolongo, 127
4700-312 BRAGA

BRAGA - Lamações

Rua José António Cruz,
71, R/C
4710-000 BRAGA

BRAGA - Visconde do Raio

Rua do Raio, Edifício Visconde
do Raio, 171
4710-923 BRAGA

BRAGANÇA

Avenida Sá Carneiro, 25
5300-252 BRAGANÇA

CACÉM - Alto

Estrada de Paço D'Arcos, 27-D
2735-308 CACÉM

CACÉM - Bons Amigos

Avenida dos Bons Amigos, 12-A
2735-073 CACÉM

CALDAS DA RAINHA

Rua Dr. Leonel Sotto Mayor, 19-B,
Edifício Sotto Mayor
2500-227 CALDAS DA RAINHA

CALDAS DAS TAIPAS

Rua do Alvite, bloco D, entrada 4, loja 7
4805-086 CALDAS DAS TAIPAS

CAMINHA

Rua 16 de Setembro, 20
4910-125 CAMINHA

CANEDO

Praceta 4 de Junho, 46
4535-018 CANEDO VFR

CANTANHEDE

Praça Marquês de Marialva, 8
3060-133 CANTANHEDE

CARCAVELOS

Rua Dr. José Joaquim de Almeida,
Edifício Vila Mary, Loja 7, Piso -1
2775-595 CARCAVELOS

CARNAXIDE

Avenida do Forte, 8
2790-072 CARNAXIDE

CARREGADO

Rua António Correia Baharém, 21
2580-468 CARREGADO

CARTAXO

Rua Luís de Camões, 6-A
2070-101 CARTAXO

CASCAIS

Avenida Adelino Amaro da Costa,
599-A e B
2750-279 CASCAIS

CASTELO BRANCO

Rua Rei D. Dinis, 12
6000-272 CASTELO BRANCO

CASTELO DA MAIA

Via Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo,
65, R/C
4475-401 MAIA

CESAR

Lugar da Praia, Edifício As Amoreiras,
Bloco B
3700-647 CESAR

CHARNECA DE CAPARICA

Estrada do Poço Novo, 1-A
2820-427 CHARNECA DE CAPARICA

CHAVES

Largo do Arrabalde, 48 a 53
5400-093 CHAVES

COIMBRA

Avenida Fernão de Magalhães, 170,
Centro Comercial D. Dinis
3000-171 COIMBRA

COIMBRA - Solum

Rua Eng.º Jorge Anjinho, Lote 3, Loja FD
3030-482 COIMBRA

CORROIOS

Av. 25 de Abril, 95-B, R/C - Dtº
2885-367 CORROIOS

CORTEGAÇA

Praça Comendador Álvaro Rola, 8
3885-225 CORTEGAÇA OVR

COVILHÃ

Alameda Pêro da Covilhã,
Edifício Monteverde, Lote 2, R/C
6200 - 507 COVILHÃ

ELVAS

Avenida da Piedade, 15
7350-094 ELVAS

ERMESINDE

Rua José Joaquim Ribeiro
Teles, 423
4445-485 ERMESINDE

ESPINHO

Rua 19, 635
4500-257 ESPINHO

ESPOSENDE

Largo Rodrigues Sampaio
4740-218 ESPOSENDE

ÉVORA

Rua Diana de Liz, 2
7005-413 ÉVORA

FAFE

Avenida 5 de Outubro, 71
4820-115 FAFE

FARO - Mercado

Rua Mouzinho de Albuquerque, 17
8000-397 FARO

FARO - Ria

Praça D. Francisco Gomes, 2, Loja 10
8000-168 FARO

FÁTIMA

Avenida Santo Agostinho
2495-404 FÁTIMA

FIÃES

Rua Central dos Valos, 699,
Lugar de Valos
4535-257 FIÃES VFR

FIGUEIRA DA FOZ

Praceta Maria Madalena
Azeredo Perdigão, 34-D
3080-087 FIGUEIRA DA FOZ

FOGUETEIRO

Rua Estácio da Veiga, 5-A - Fogueteiro
2845-159 AMORA

FREAMUNDE

Rua do Grupo Teatral Freamundense,
15, R/C
4590-346 FREAMUNDE

GONDOMAR

Gaveto da Rua Padre Andrade da Silva
com Via direccional de Gondomar,
Edifício Prestige
4420-244 GONDOMAR

GRIJÓ

Estrada Nacional 1,
Avenida S. Salvador, 618
4415-534 GRIJÓ

GUARDA

Rua Alves Roçadas, 2
6300-663 GUARDA

GUIMARÃES

Avenida Conde Margaride, 595, R/C
4835-072 GUIMARÃES

GULPILHARES

Largo da Igreja, 82 - Gulpilhares
4405-918 VILA NOVA DE GAIA

LEÇA DA PALMEIRA

Av. Dr. Fernando Aroso, 656,
Leça da Palmeira
4450-663 MATOSINHOS

LAGOS

Rua Victor Costa e Silva
8600-764 LAGOS

LARANJEIRO

Rua dos Castanheiros, 13-B
2810-036 LARANJEIRO

LEIRIA

Avenida D. João III, Lote 3
2400-164 LEIRIA

LEIRIA - Marquês de Pombal

Av. Marquês de Pombal, 6
2410-152 LEIRIA

LINDA-A-VELHA

Avenida Vinte e Cinco de Abril
de 1974, 16-B
2795-226 LINDA-A-VELHA

LISBOA - Alcântara-Rio

Empreendimento Alcântara-Rio,
3ª Fase, Loja 1, Rua de Cascais
1300-120 LISBOA

LISBOA - Alto de Santo Amaro

Rua Filinto Elísio, 15
1300-243 LISBOA

LISBOA - Alto dos Moinhos

Urbanização Alto dos Moinhos,
Rua B, 3-B
1500-461 LISBOA

LISBOA - Alvalade

Avenida da Igreja, 46-A
1700-239 LISBOA

LISBOA - Av. de Berna

Avenida de Berna, 12
1050-040 LISBOA

LISBOA - Av. da Liberdade

Avenida da Liberdade, 69
1250-140 LISBOA

LISBOA - Benfica

Avenida do Uruguai, 24-A
1500-613 LISBOA

LISBOA - Braamcamp

Rua Braamcamp, 68 e 70 C
1250-140 LISBOA

LISBOA - Campo de Ourique

Rua Almeida e Sousa, 30-C
1350-012 LISBOA

LISBOA - Carnide

Rua Padre Américo, 20-G
1600-548 LISBOA

LISBOA - Conde Barão

Calçada Marquês de Abrantes, 26
1200-179 LISBOA

LISBOA - Estrada da Luz

Estrada da Luz, 177-A
1600-154 LISBOA

LISBOA - Fontes Pereira de Melo

Avenida Fontes Pereira de Melo, 8
1050-121 LISBOA

LISBOA - Graça

Rua Damasceno Monteiro, 2A e 2B
1170-111 LISBOA

LISBOA - Guerra Junqueiro

Avenida Guerra Junqueiro, 17-A e B
1000-166 LISBOA

LISBOA - Infante Santo

Avenida Infante Santo, 43-C
1350-177 LISBOA

LISBOA - Lumiar

Alameda das Linhas
de Torres, 225-C
1750-144 LISBOA

LISBOA - Morais Soares

Rua Morais Soares, 96 a 98
T1900-348 LISBOA

LISBOA - Nova Campolide

Urbanização Nova Campolide,
Bloco A1-B
1070-026 LISBOA

LISBOA - Parque das Nações

Avenida D. João II, Lote 1.16.04,
Edifício Cooplar
1990-083 LISBOA

LISBOA - Parque Europa

Rua Manuel Marques, Lote 122-8,
Edifício Manchester
1750-171 LISBOA

LISBOA - Ramalho Ortigão

Rua Ramalho Ortigão, 51
1099-090 LISBOA

LISBOA - Rua Augusta

Rua Augusta, 16
1100-053 LISBOA

LISBOA - Saldanha

Praça Duque de Saldanha, 31-B
1050-094 LISBOA

LISBOA - Telheiras

Rua Hermano Neves, 18-C
1600-477 LISBOA

LOULÉ

Avenida José da Costa Mealha, 91
8100-500 LOULÉ

LOURES - Infantado

Rua Vasco da Gama, Edifício Euro, 26,
Loja 2
2670-393 LOURES

LOURINHÃ

Alameda Nuno Brion,
Edifício Prestige,
Bloco A, Loja 1
2530 LOURINHÃ

LOUROSA

Rua Central, 3231
4535-031 LOUROSA

LOUSADA

Rua Palmira Meireles, 572 R/C
esq., Fracção C-Silvares
4620-668 LOUSADA

MAFRA

Avenida 25 de Abril, 13-A/B
2640-456 MAFRA

MAIA - Catassol

Avenida António Santos
Leite, 695
4470-142 MAIA

MAIA - Parque Central

Rua Simão Bolívar, 299
4470-214 MAIA

MALVEIRA

Rua 25 de Abril, 16 - Loja 6-A
2665-205 MALVEIRA

MARINHA GRANDE

Rua das Indústrias, Lote 1
2430-069 MARINHA GRANDE

MASSAMÁ

Rua da Milharada, Lote 5/6
Massamá
2745-822 QUELUZ

MATOSINHOS - Álvaro Castelões

Rua Lô Ferreira, 623
4450-177 MATOSINHOS

MATOSINHOS - Fonte Luminosa

Avenida D. Afonso Henriques, s/n,
Loja 1236
4450 MATOSINHOS

MEM MARTINS

Rua Dr. João de Barros, 116-A
2725-486 MEM MARTINS

MIRANDELA

Rua da República, 28
5370-347 MIRANDELA

MOITA

Rua Bento de Jesus Caraça, 27-B
2860-467 MOITA

MONÇÃO

Praça da República
4950-506 MONÇÃO

MONTE DE CAPARICA

Rua dos Trabalhadores
Rurais, 99
2825-103 MONTE DE CAPARICA

MONTIJO

Praça da República, 36
2870-235 MONTIJO

MOREIRA DA MAIA

Rua Conselheiro Luís
de Magalhães, 1920
4470-616 MAIA

MOZELOS

Lugar da Quintã,
Blocos 1 e 2
4535-178 MOZELOS VFR

NOGUEIRA DA REGEDOURA

Avenida São Cristóvão, 1240
4500-705 N. DA REGEDOURA

ODIVELAS - Abreu Lopes

Avenida Prof. Dr. Augusto Abreu
Lopes, 2
2675-296 ODIVELAS

ODIVELAS - Colinas do Cruzeiro

Rua Pulido Valente, Zona 7,
Lote 9, Loja 1
Porto do Pinheiro
2675-670 ODIVELAS

OEIRAS

Rua Cândido dos Reis, 84
2780-211 OEIRAS

OLHÃO

Praça da Restauração, 2 e 3
8700-350 OLHÃO

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Gaveto da Rua Frei Caetano Brandão
e Arruamento Novo
3720-265 OLIVEIRA DE AZEMÉIS

OLIVEIRA DO BAIRRO

Avenida Dr. Abílio Pereira Pinto, 52
Loja 1
3770-201 OLIVEIRA DO BAIRRO

OURÉM

Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 104
2490-548 OURÉM

PAÇOS DE BRANDÃO

Rua da Laranjeira, 6
4535-287 PAÇOS DE BRANDÃO

PAÇOS DE FERREIRA

Rua D. José de Lencastre, 87
4490-506 PAÇOS DE FERREIRA

PADRÃO DA LÉGUA

Avenida Xanana Gusmão, 339
Custóias
4460-840 CUSTÓIAS - MTS

PAIVAS

Praceta Dr. Manuel Arriaga,
1-A - Paivas
2840-351 AMORA

PAREDE

Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 77-B
2775-196 PAREDE

PENAFIEL

Avenida Egas Moniz, 55
4560-546 PENAFIEL

PENICHE

Avenida Paulo VI, 9
2520-400 PENICHE

PESO DA RÉGUA

Rua dos Camilos, 107
Edifício Columbano
5050-273 PESO DA RÉGUA

PINHAL NOVO

Avenida General Humberto Delgado,
Lote 1
2955-115 PINHAL NOVO

POMBAL

Avenida Heróis do Ultramar, 97
3100-462 POMBAL

PONTE DE FRIELAS

Quinta do Almirante, Rua Pero Vaz de
Caminha, Lote 3, Piso -2, loja 1
2660-441 SANTO ANTÓNIO DOS
CAVALEIROS

PONTE DE LIMA - ANTÓNIO FEIJÓ

Avenida António Feijó,
Edifício António Feijó
4990-029 PONTE DE LIMA

PONTE DE LIMA - Correlhã

Lugar da Gândra - Correlhã
4990-297 PONTE DE LIMA

PONTE DE SOR

Avenida da Liberdade, 61-A
7400-215 PONTE DE SOR

PORTALEGRE

Rua General Conde Jorge Avilez, 6 e 10
7300-185 PORTALEGRE

PORTIMÃO

Rua Dr. Teófilo Braga, 21
8500-668 PORTIMÃO

PORTO - Amial

Rua do Amial, 35
4200-059 PORTO

PORTO - Antas

Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 285
4200-314 PORTO

PORTO - António Cardoso

Rua António Cardoso, 391, Loja 6
4150-082 PORTO

PORTO - Boavista

Rua da Meditação, 25
4150-487 PORTO

PORTO - Campanhã

Rua Pinto Bessa, 155
4300-430 PORTO

PORTO - Clérigos

Praça Dr. Guilherme
Gomes Fernandes, 98
4050-294 PORTO

PORTO - Constituição

Rua de São Brás, 513
Edifício Arquitectura Emanuel Silva
4000-497 PORTO

PORTO - Pereiró

Avenida Dr. Antunes Guimarães, 872
4100-076 PORTO

PORTO - Praça D. João I

Rua Sá da Bandeira, 176-178
4200-428 PORTO

PORTO - Sá da Bandeira

Rua Sá da Bandeira, 813
4000-438 PORTO

PÓVOA DE VARZIM

Avenida Vasco da Gama, 606
4490-410 PÓVOA DE VARZIM

PRIOR VELHO

Rua Dio, 2
2685-325 PRIOR VELHO

QUELUZ

Avenida José Elias Garcia, 110-A
2745-143 QUELUZ

RIO MAIOR

Rua José Pedro Inês Canadas,
Lote 61, R/C, Loja 1
2040-326 RIO MAIOR

RIO MEÃO

Largo de Santo António, Edifício Britu's
4520-473 RIO MEÃO

RIO TINTO

Rua da Venda Nova, 2
4435-469 RIO TINTO

SACAVÉM

Urbanização Real Forte, Lote 11,
Bloco 1
2685-048 SACAVÉM

SAMORA CORREIA

Avenida O Século, 133-A
2135-231 SAMORA CORREIA

SANTARÉM

Avenida Bernardo Santareno, 45
2009-004 SANTARÉM

SANTA MARIA DA FEIRA

Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 22-D
4520-164 SANTA MARIA DA FEIRA

SANTO TIRSO

Rua Dr. Carneiro Pacheco, 87
4805-446 SANTO TIRSO

SÃO MAMEDE DE INFESTA

Avenida do Conde, 6066
4465-094 S. MAMEDE INFESTA

SEIA

Largo Marques da Silva
Edifício Monte Branco
6270-490 SEIA

SENHORA DA HORA

Avenida Calouste Gulbenkian,
1604-E
4460-267 SENHORA DA HORA

SESIMBRA - Cotovia

Av. João Paulo II, 32-A - Cotovia
2970-868 SESIMBRA

SETÚBAL

Avenida 22 de Dezembro, 6
2900-667 SETÚBAL

TAVIRA

Rua da Liberdade, 57
8800-399 TAVIRA

TENTÚGAL

Estrada Nacional, 111
3140-563 TENTÚGAL

TERRUGEM

Rua do Poço, 21- Terrugem
7350-491 ELVAS

TOMAR

Rua de Coimbra, Lote 1
2300-471 TOMAR

TONDELA

Rua de Teófilo da Cruz, 10
3460-526 TONDELA

TORRES NOVAS

Cancela do Leão, Lote 1
2350-433 TORRES NOVAS

TORRES VEDRAS

Avenida General Humberto
Delgado, 30-A
2560-272 TORRES VEDRAS

TROFA

Rua D. Pedro V, 1161 - S. Martinho
do Bougado
4785-309 TROFA

VALENÇA DO MINHO

Avenida Miguel Dantas, 25
4930 - 678 VALENÇA DO MINHO

VALONGO

Avenida dos Desportos, 27
4440-504 VALONGO

VIANA DO CASTELO

Rua Nova de Santana, 184
4900-530 VIANA DO CASTELO

VILA DO CONDE

Rua 5 de Outubro, 969 e 971,
Edifício Benguiados
4480-739 VILA DO CONDE

VILA FRANCA DE XIRA

Rua Serpa Pinto,
Edifício Vila Franca Centro
2600-263 VILA FRANCA DE XIRA

V. N. DE FAMALICÃO

Rua Padre Benjamim Salgado
4760-412 V. N. FAMALICÃO

V. N. DE GAIA - Arrábida Shopping

Praceta Henrique Moreira, 244, Lojas
50 e 102 - Afurada
4400-346 VILA NOVA DE GAIA

V. N. DE GAIA - Avenida da República

Avenida da República, 1328
4430-192 VILA NOVA DE GAIA

VILA NOVA DE GAIA - Canidelo

Rua da Bélgica, 2599 - Canidelo
4400-053 VILA NOVA DE GAIA

VILA REAL

Praça Luís de Camões, 10, loja 9
5000-626 VILA REAL

VILA REAL DE STº ANTÓNIO

Avenida dos Bombeiros Portugueses, 32
8900-209 VILA REAL DE SANTO
ANTÓNIO

WISEU

Rua Serpa Pinto, 36
3510-110 WISEU

VIZELA

Rua Dr. Abílio Torres, 41
Caldas de Vizela
4815-552 VIZELA